DIÁRIO OFICIAL PORTO ALEGRE

Órgão de divulgação do Município - Ano XXX - Edição 7667 - Segunda-feira, 15 de dezembro de 2025
Divulgação: Segunda-feira, 15 de dezembro de 2025 **Publicação:** Terça-feira, 16 de dezembro de 2025

EXECUTIVO

Leis

PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, através dos "links" abaixo:

LEI Nº 14.401, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025, que "inclui a efeméride Dia da Corrida *New Balance* 42k Porto Alegre no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, no último domingo do mês de abril."

LEI Nº 14.401, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025

http://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/5894_ce_581851_1.pdf

LEI Nº 14.402, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025, que "institui as Prateleiras Maria da Penha nas escolas e bibliotecas municipais."

LEI Nº 14.402, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025

http://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/5894_ce_581859_1.pdf

LEI Nº 14.403, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025, que "inclui as efemérides Dia da Limpeza do Lago Guaíba e Semana da Limpeza do Lago Guaíba no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de

maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, no terceiro sábado de setembro e na semana do terceiro sábado ao quarto domingo de setembro, respectivamente."

LEI Nº 14.403, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025

http://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/5894_ce_581881_1.pdf

Leis Complementares

PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, através dos "links" abaixo:

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.056, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025, que "autoriza o Município de Porto Alegre a desafetar e alienar imóvel ocupado de forma consolidada por núcleo urbano informal para fins de habitação e regularização fundiária para a cooperativa ou associação de moradores que esteja legalmente constituída."

LEI COMPLEMENTAR Nº 1.056, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2025,

http://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/5894_ce_581855_1.pdf

Decretos

PROCURADOR-GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições legais, TORNA PÚBLICO, através dos "links" abaixo:

DECRETO Nº 23.580, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025, que "altera o inc. VII do art. 68; inclui o art. 38-E e o inc. VIII no art. 68; e revoga o art. 38-D do Decreto nº 21.363, de 3 de fevereiro de 2022, que estabelece o Regimento Interno da Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio (SMAP)."

DECRETO Nº 23.580, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025

http://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/5894_ce_582045_1.pdf

DECRETO Nº 23.581, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025, que "altera o inc. VIII do art. 11 e os incs. I e II do art. 25 e inclui o inc. XXII no art. 11 do Decreto nº 23.186, de 18 de março de 2025, que reorganiza a distribuição nos grupos de Cargos em Comissão (CCs) dos quadros da Administração Direta e lota nos Órgãos e nas Secretarias Municipais os Cargos em Comissão e Funções Gratificadas."

DECRETO Nº 23.581, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2025

http://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/5894_ce_582047_1.pdf

EXECUTIVO PESSOAL

Portarias

PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, no uso de suas atribuições legais,

DISPENSA do registro eletrônico de efetividade, com fulcro no que dispõe o § 2º do art. 2º do Decreto nº 21.569, de 14/07/2022, MAURICIO CHIMENDES DE ALMEIDA, matrícula 79839602, da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos, a contar de 01/12/2025 até 31/12/2028, através da Portaria 1053, de 11/12/2025 (Processo 25.0.000148539-6).

DESIGNA os membros abaixo elencados para comporem o Conselho Municipal de Proteção e Defesa dos Direitos do Consumidor (CONDECON), Gestão 2025/2027, para mandato de 02 (dois) anos, em conformidade com o art. 10 da Lei Complementar nº 563, de 30 de janeiro de 2007, a contar de 24/11/2025 até 23/11/2027, através da Portaria 1050, de 10/12/2025 (Processo 25.0.000094442-7).

I - Representantes do Executivo Municipal:

Nome	Matrícula	Atuação	Órgão
WAMBERT GOMES DI LORENZO	1159542	Presidente	PROCON
FELIPE DE SOUSA MENEZES	1448510	Titular	PGM
NILO RAPHAEL COSTA DOS SANTOS	1530003	Suplente	PGM
BIANCA DOS SANTOS ARAÚJO	1709305	Titular	SMED
JOSIANE GARCIA GOMES	1355260	Suplente	SMED
JEFFERSON FRAGA DA SILVA	1064606	Titular	SMS
ALEXANDRE RAMOS DE OLIVEIRA	1065084	Suplente	SMS
JOAQUIM VIANA CARDINAL	1453270	Titular	SMAMUS
VICKTÓRIA FURTADO ÁVILA	171796001	Suplente	SMAMUS
ANDERSON HENRIQUE MENGUE	1092979004	Titular	SMTC

SABRINA LATOSINSKY CARDOSO DE AGUIAR	169811702	Suplente	SMTC

II - Representante da Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul (DPE-RS):

Nome	Atuação
FELIPE KIRCHNER	Titular
RODRIGO AHLERT WEIRICH	Suplente

III - Representante de entidade civil de defesa dos direitos do consumidor sediada em Porto Alegre:

Nome	Atuação	Órgão
JOSÉ LUIZ DA SILVA	Titular	Instituto do Consumidor Geração X (ICON-X)
ALEXANDRE APPEL	Suplente	

IV - Representante do Sindicato de Lojistas do Município:

Nome	Atuação	Órgão
CAMILA PETRUCCI DE FREITAS	Titular	Sindicato dos Lojistas do Comércio de Porto Alegre (SINDILOJAS)
LUIZ CARLOS VIVIAN	Suplente	

V - Representante de entidade sindical local de trabalhadores:

Nome	Atuação	Órgão
RÔMULO ANDRADE DE VARGAS	Titular	Sindicato Médico do Rio Grande do Sul (SIMERS)
JOSÉ ACCIOLY JOBIM FOSSARI	Suplente	

VI - Representante de entidade sindical local de fornecedores:

Nome	Atuação	Órgão
FRANCISCO MIGUEL SCHMIDT	Titular	Associação Gaúcha de Supermercados (AGAS)
EDINA FASSINI	Suplente	

VII - Representante da Ordem dos Advogados do Brasil - Seccional Rio Grande do Sul (OAB-RS):

Nome	Atuação
TERESA CRISTINA FERNANDES MOESCH	Titular
CRISTIANO HEINECK SCHMITT	Suplente

VIII - Ministério Público Estadual:

Nome	Atuação
ANDRÉ RICARDO COLPO MARCHESAN	Convidado

EXONERA, a pedido, FERNANDA DA CUNHA BARTH, matrícula 338762, do cargo de Secretário Municipal, da Secretária Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Eventos (SMDETE), a contar de 15/12/2025, com base no art. 71, I, da Lei Complementar 133, de 31/12/1985, cessando todas as vantagens percebidas, através da Portaria 1051, de 11/12/2025 (Processo 25.0.000065652-9).

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA, no uso de suas atribuições legais,

DESIGNA LEANDRO COSTA DE SOUZA, 708206/2, Guarda Municipal, FV20206, adido, do/da Secretaria Municipal de Segurança, para responder pela função gratificada de Responsavel Por Atividades III, 11130042, do/da Supervisão Sul 2/Equipe de Comando 3 - Comando Sul/Comando Geral da Guarda Municipal/Secretaria Municipal de Segurança, 08304010, substituindo GLAUBER SILVESTRE ZILIO, 539147/1, Guarda Municipal, FV10306, por motivo de Férias, de 02/01/2026 a 16/01/2026, com base na Lei Complementar 133 de 31/12/1985, artigo 69; Decreto 15047 de 13/01/2006, através da Portaria 217 de 10/12/2025 (Processo 24.0.000142232-0).

DESIGNA CARLOS AUGUSTO FONSECA PEREIRA, 345389/1, Guarda Municipal, FV10306, efetivo, do/da Secretaria Municipal de Segurança, para responder pela função gratificada de Responsavel Por Atividades III, 11130042, do/da Equipe de Segurança Eletrônica/Comando Geral da Guarda Municipal/Secretaria Municipal de Segurança, 08501025, substituindo LUIZ ANTONIO SOUZA PITHAN, 809126/1, Guarda Municipal, FV10306, por motivo de Licença Prêmio, de 16/01/2026 a 30/01/2026, com base na Lei Complementar 133 de 31/12/1985, artigo 69; Decreto 15047 de 13/01/2006, através da Portaria 216 de 10/12/2025 (Processo 25.0.000171363-1).

DESIGNA PABLO HENRIQUO TOMBESI SOUSA, 1650289/1, Guarda Municipal, FV10306, efetivo, do/da Secretaria Municipal de Segurança, para responder pela função gratificada de Responsavel Por Atividades III, 11130042, do/da Supervisão Orla/Equipe de Comando 4 - Comando Centro/Comando Geral da Guarda Municipal/Secretaria Municipal de Segurança, 08304014, substituindo PEDRO HENRIQUE GRANGEIRO, 1650025/1, Guarda Municipal, FV10306, por motivo de Férias, de 01/01/2026 a 15/01/2026, com base na Lei Complementar 133 de 31/12/1985, artigo 69; Decreto 15047 de 13/01/2006, através da Portaria 218 de 10/12/2025 (Processo 25.0.000168539-5).

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO, no uso de suas atribuições legais,

CESSA, a contar de 07/11/2025, os efeitos da Portaria 34643790/2025, publicada no DOPA Edição 7562, em 21/07/2025, em relação à servidora FERNANDA DE SOUZA ALVES, 1047744/1, Enfermeiro, da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), que concedeu a Gratificação de Incentivo à Produtividade - GIP Nível 04, com base no Decreto nº 23.320 de 06/06/2025, que regulamenta a aplicação do artigo 70, da Lei 6.309, de 28/12/1988, através da Portaria 37008114 de 10/12/2025 (Processo 22.0.000142309-0).

CESSA, a contar de 07/11/2025, os efeitos da Portaria 34843805/2025, publicada no DOPA Edição 7569, em 30/07/2025, em relação à servidora LAURA BRAGA DE PINHO, 954631/2, Farmacêutico, da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), que concedeu a Gratificação de Incentivo à Produtividade - GIP Nível 04, com base no Decreto nº 23.320 de 06/06/2025, que regulamenta a aplicação do artigo 70, da Lei 6.309, de 28/12/1988, através da Portaria 37036287 de 11/12/2025 (Processo 24.0.000035941-2).

CONCEDE, à servidora FERNANDA DE SOUZA ALVES, 1047744/1, Enfermeiro, da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), a Gratificação de Incentivo à Produtividade – GIP NÍVEL 04, no período de 07/11/2025 a 06/11/2026, em virtude da designação como Fiscal de Serviço, relativa ao Contrato nº 98.672/2025, com base no Decreto

nº 23.320/2025 de 06/06/2025, que regulamenta a aplicação do artigo 70, da Lei nº 6.309, de 28/12/1988, através da Portaria 37008445 de 10/12/2025 (Processo 22.0.000142309-0).

CONCEDE, à servidora LAURA BRAGA DE PINHO, 954631/2, Farmacêutico, da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), a Gratificação de Incentivo à Produtividade – GIP NÍVEL 04, no período de 07/11/2025 a 06/11/2026, em virtude da designação como Fiscal de Serviço, relativa ao Contrato nº 98.672/2025, com base no Decreto nº 23.320/2025 de 06/06/2025, que regulamenta a aplicação do artigo 70, da Lei nº 6.309, de 28/12/1988, através da Portaria 37036295 de 11/12/2025 (Processo 24.0.000035941-2).

CONVOCA RUI ANTÔNIO DE SOUZA, matrícula 1362780/03, Conselheiro Tutelar, 21250002, Membros de Conselhos Tutelares, da Secretaria Municipal da Inclusão e Desenvolvimento Humano, para cumprir Regime de Dedicação Exclusiva, de 08/12/2025 a 22/12/2025, com base na Lei Complementar 133 de 31/12/1985, artigos 37, I, "b", 110, III e 131 a 133; Lei 6309 de 28/12/1988, artigos 36, II, 38 a 42 e 43 II, através da Portaria 37011654 de 10/12/2025 (Processo 25.0.000167868-2).

CONVOCA RUI ANTÔNIO DE SOUZA, matrícula 1362780/03, Conselheiro Tutelar, 21250002, Membros de Conselhos Tutelares, da Secretaria Municipal da Inclusão e Desenvolvimento Humano, para cumprir Regime de Dedicação Exclusiva, de 05/01/2026 a 24/01/2026, com base na Lei Complementar 133 de 31/12/1985, artigos 37, I, "b", 110, III e 131 a 133; Lei 6309 de 28/12/1988, artigos 36, II, 38 a 42 e 43 II, através da Portaria 37011693 de 10/12/2025 (Processo 25.0.000167868-2).

DECLARA estáveis, nos respectivos cargos, com base no Decreto 16.256 de 25/03/2009, através da Portaria 37056475 de 12/12/2025 (Processo 25.0.000168996-0).

Nome	Matrícula	Cargo	Secretaria	Período de Avaliação
ALDREY KATHERINE MELO DUTRA	490511/3	MONITOR	SMED	11/04/2022 a 10/04/2025
ANDREIA ALBERTI LAIMER	1603949/1	PROFESSOR	SMED	29/08/2022 a 28/08/2025
CLAUDIA DA COSTA NETO	1599992/1	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	SMS	02/09/2022 a 01/09/2025
CRISTIANE FEIJO CORREA	1414720/2	PSICÓLOGO	SMAS	21/09/2022 a 20/09/2025
GABRIELA LUNARDI DE ALMEIDA	1589008/1	ECONOMISTA	SMPG	20/04/2022 a 07/10/2025
GRAZIELLA LUZ PEDROSO	1605348/1	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	SMS	29/08/2022 a 28/08/2025
JESSICA BAGESTEIRO VENCATO	1603876/1	PROFESSOR	SMED	17/08/2022 a 16/08/2025
JESSICA GOMES FERREIRA	1605364/1	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	SMS	30/08/2022 a 29/08/2025
JOSICLER AMES	1592769/1	PROFESSOR	SMED	13/05/2022 a 12/05/2025
JULIETE AZEVEDO MARTINS	1592637/1	PROFESSOR	SMED	13/05/2022 a 12/05/2025
KARILI DA SILVEIRA MOTTA	1533584/3	PROFESSOR	SMED	05/05/2022 a 04/05/2025
				12/08/2022 a

LISIANE DIAS TIRONI	1603507/1	PROFESSOR	SMED	11/08/2025
LUANA SILVA DA SILVA	1589105/1	PROFESSOR	SMED	27/04/2022 a 26/04/2025
LUCE HELENA KOCHEM	1604082/1	PROFESSOR	SMED	26/08/2022 a 25/08/2025
LUISA ABRUNHOZA DE MARTINI DUARTE	1279718/2	PROFESSOR	SMED	01/09/2022 a 31/08/2025
LUIZA KONZEN RODESKI	1603604/1	PROFESSOR	SMED	05/08/2022 a 04/08/2025
MARCIA ESTEVES DE CALAZANS	1029940/1	PROFESSOR	SMED	23/05/2022 a 18/08/2025
MARISTEL PEREIRA NOGUEIRA	1492616/2	PROFESSOR	SMED	17/08/2022 a 16/08/2025
PATRICIA MACIEL CABELEIRA	1605046/1	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	SMS	06/09/2022 a 05/09/2025
VERIDIANA MARTINA RAMOS MEDEIROS	1605399/1	TÉCNICO EM ENFERMAGEM	SMS	01/09/2022 a 31/08/2025

DESIGNA MARIA EDUARDA BATISTA MOREIRA COSTA, 1517961/3, Assistente Administrativo, AA10406, efetivo, do/ da Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio, para responder pela função gratificada de Responsavel Por Atividades III, 11130042, do/da Equipe de Pagamento de Efetivos/Unidade de Pagamento de Estatutários/ Coordenação de Registro Funcional e Folha de Pagamento/Diretoria de Gestão de Pessoas/Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio, 50500010, substituindo MARCIA RIBEIRO DRESSLER, 1110551/1, Assistente Administrativo, AA10406, por motivo de Licença Tratamento de Saúde, de 08/12/2025 a 19/12/2025, com base na Lei Complementar 133 de 31/12/1985, artigo 69; Decreto 15047 de 13/01/2006, através da Portaria 37013217 de 10/12/2025 (Processo 25.0.000170484-5).

EXONERA CAROLINA ZENI ROSA, 1645307/1, do Cargo em Comissão Nível 15 Especial, EP31215, da Secretaria Municipal de Saúde, vaga 1003730, a contar de 05/01/2026, cessando todas as vantagens percebidas, com base no artigo 71, da Lei Complementar 133, de 31/12/1985, através da Portaria 36994758, de 09/12/2025 (Processo 23.0.000065925-8).

MODIFICA, em relação à JULIANA SOUZA MARCELO, 1710451/01, Assistente Administrativo, AA.1.04.06, a Portaria 36850488, de 01/12/2025, que a relotou, a contar de 02/01/2026, quanto à Secretaria de destino, que passa a ser Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio, e não como constou anteriormente, com base legal no artigo 27, da Lei Complementar 133, de 31/12/1985, através da Portaria 37031667, de 11/12/2025 (Processo 25.0.000140353-5).

MODIFICA a Portaria 24392392 de 11/07/2023 que designou servidores para comporem o Comitê Gerencial do Sistema de Arquivos do Município de Porto Alegre, conforme artigo 4º-B e artigo 10, do Decreto nº 16.798/2010, substituindo a servidora CLARISSA CORTES FERNANDES BOHRER, matrícula 359339, Procuradora Municipal, pelo servidor PAULO RODRIGO DE MIRANDA, matrícula 1686887, Procurador Municipal, a contar de 09/12/2025, através da Portaria 37030342 de 11/12/2025 (Processo 23.0.000071121-7).

MODIFICA, em relação a ANDRE LUIS DO PRADO, 538970/01, Guarda Municipal, FV.1.03.06, da Secretaria Municipal de Segurança, a Portaria 36326000 de 29/10/2025, que o colocou à disposição da Câmara Municipal de Porto Alegre, quanto ao ônus, que passa a ser para a origem mediante ressarcimento, no período 22/10/2025 a 31/12/2028, mantendo o regime de trabalho de 40 horas semanais, e não como constou anteriormente, com base

legal no artigo 32, inciso I, da Lei Complementar 133, de 31/12/1985 e artigo 1º, do Decreto 15.559, 08/05/2007, e alterações posteriores, através da Portaria 37036313, de 11/12/2025 (Processo 25.0.000145592-6).

MODIFICA, em relação a RODRIGO MEOTTI TENTARDINI, 538891/01, Guarda Municipal, FV.1.03.06, da Secretaria Municipal de Segurança, a Portaria 36326886 de 29/10/2025, que o colocou à disposição da Câmara Municipal de Porto Alegre, quanto ao ônus, que passa a ser para a origem mediante ressarcimento, no período 22/10/2025 a 31/12/2028, mantendo o regime de trabalho de 40 horas semanais, e não como constou anteriormente, com base legal no artigo 32, inciso I, da Lei Complementar 133, de 31/12/1985 e artigo 1º, do Decreto 15.559, 08/05/2007, e alterações posteriores, através da Portaria 37037656, de 11/12/2025 (Processo 25.0.000145592-6).

MODIFICA a Portaria 36638005/2025, disponibilizada no DOPA em 18/11/2025, que tornou sem efeito a nomeação do candidato ISMAEL PAIVA DA SILVA, no cargo de Assistente Administrativo, AA.1.04.06.A, quanto ao motivo, que passa a ser por não ter tomado posse no prazo legal, com base no Art. 26, § 2º, da Lei Complementar nº 133/85, e não como constou, através da Portaria 37059515 de 12/12/2025 (Processo 25.0.000099615-0).

NOMEIA ROCHELE SCOTT MARINHO NEVES, 943750/6, Cargo em Comissão Nível 15 Especial, EP31215, da Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio, para responder pelo Cargo em Comissão Nível 16 Especial, EP31216, na Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio, vaga 1003824, durante o impedimento do titular, ELEN RIBEIRO SANTOS FONTOURA, 1501925/2, por motivo de Férias, no período de 08/12/2025 a 27/12/2025, com base no artigo 69, da Lei Complementar 133, de 31/12/1985 e na Lei Complementar 1.033, de 21/01/2025, através da Portaria 37005113, de 10/12/2025 (Processo 25.0.000169521-8).

NOMEIA RUI ANTÔNIO DE SOUZA, matrícula 1362780/03, da Secretaria Municipal da Inclusão e Desenvolvimento Humano, para responder pelo cargo em comissão de Conselheiro Tutelar, 21250002, da Microrregião 09, LOMBA DO PINHEIRO/ AGRONOMIA, 43501009, vaga 1002226 da Secretaria Municipal da Inclusão e Desenvolvimento Humano, durante o impedimento do titular, JÉSSICA LABANDEIRA REIS DOS PASSOS, matrícula 1473417/02, por motivo de férias no período de 08/12/2025 a 22/12/2025, com base no artigo 69, § 2º, combinado com o artigo 27, § 3º, da Lei Complementar 133, de 31/12/1985, e artigo 3º, da Lei Complementar 810, de 04/01/2017, com alterações dadas pela Lei Complementar 817, de 30/08/2017, através da Portaria 37010881, de 10/12/2025 (Processo 25.0.000167868-2).

NOMEIA RUI ANTÔNIO DE SOUZA, matrícula 1362780/03, da Secretaria Municipal da Inclusão e Desenvolvimento Humano, para responder pelo cargo em comissão de Conselheiro Tutelar, 21250002, da Microrregião 09, LOMBA DO PINHEIRO/ AGRONOMIA, 43501009, vaga 1002230 da Secretaria Municipal da Inclusão e Desenvolvimento Humano, durante o impedimento do titular, WAGNER GUICONI CHAVES, matrícula 1277570/02, por motivo de férias no período de 05/01/2026 a 24/01/2026, com base no artigo 69, § 2º, combinado com o artigo 27, § 3º, da Lei Complementar 133, de 31/12/1985, e artigo 3º, da Lei Complementar 810, de 04/01/2017, com alterações dadas pela Lei Complementar 817, de 30/08/2017, através da Portaria 37010979, de 10/12/2025 (Processo 25.0.000167868-2).

NOMEIA, no cargo de GUARDA CIVIL METROPOLITANO, SP.1.01.GCM1, os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Concurso Público 794, com homologação disponibilizada no DOPA em 12/08/2025, na Secretaria Municipal de Segurança, em caráter efetivo, para cumprirem estágio probatório, com base legal no artigo 20, parágrafo único, da Lei Complementar 133, de 31/12/1985, através da Portaria 37018525 de 10/12/2025 (Processo 25.0.000040709-0).

NOME	CLASSIFICAÇÃO	
VINICIUS DE JESUS VILELA DOS SANTOS	31º Negro (218º Geral)	Favor comparecer junto à Equipe de Ingresso, situada na Rua Siqueira Campos, 1300, 6º andar, Sala Matriz, na QUARTA-FEIRA, 17/12/2025, às 09h, a fim de tratar de sua
	32º Negro	

FELIPE RODRIGUES LUCAS BELCHIOR	(221º Geral)	respectiva nomeação (exames admissionais e documentação exigida), portando documento de identificação válido, com foto.

NOMEIA, no cargo de PSICÓLOGO, ES.1.29.NS.A, a candidata abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público 644, com homologação disponibilizada no DOPA em 25/03/2022, na Secretaria Municipal de Assistência Social, em caráter efetivo, para cumprir estágio probatório, com base legal no artigo 20, parágrafo único, da Lei Complementar 133, de 31/12/1985, através da Portaria 37019458 de 10/12/2025 (Processo 25.0.000104001-7).

NOME	CLASSIFICAÇÃO	
JÚLIA CORRÊA PINTO	36º Geral	Favor comparecer junto à Equipe de Ingresso, situada na Rua Siqueira Campos, 1300, 6º andar, SALA MATRIZ, na QUARTA-FEIRA, 17/12/2025, às 09h, a fim de tratar de sua respectiva nomeação (exames admissionais e documentação exigida), portando documento de identificação válido, com foto.

NOMEIA, no cargo de AUDITOR-FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL, AT-1.01.AF, na Secretaria Municipal da Fazenda, a candidata abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público 792, com homologação disponibilizada no Diário Oficial de Porto Alegre em 03/07/2025, em caráter efetivo, para cumprir estágio probatório, com base legal no artigo 20, parágrafo único, da Lei Complementar 133, de 31/12/1985, através da Portaria 37037802 de 11/12 /2025 (Processo 25.0.000144957-8).

NOME	CLASSIFICAÇÃO	
TÁSSILA NAKATA SUNAKOZAWA	4º Geral	Favor ler atentamente as Instruções para Posse conforme *e-mail* enviado com as orientações para o ingresso.

NOMEIA, no cargo de ENFERMEIRO, ES-1.13.NS.A, a candidata abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público 742, com homologação disponibilizada no DOPA em 06/09/2023, na Secretaria Municipal de Saúde, em caráter efetivo, para cumprir estágio probatório, com base legal no artigo 20, parágrafo único, da Lei Complementar 133, de 31/12/1985, através da Portaria 37038290 de 11/12/2025 (Processo 25.0.000153235-1).

NOME	CLASSIFICAÇÃO	
JANAINA DE OLIVEIRA TERRA	12º Negro (140º Geral)	Favor comparecer junto à Equipe de Ingresso, situada na Rua Siqueira Campos, 1300, 6º andar, SALA MATRIZ, na QUARTA-FEIRA, 17/12/2025, às 09h, a fim de tratar de sua respectiva nomeação (exames admissionais e documentação exigida), portando documento de identificação válido, com foto.

NOMEIA, no cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, TP.1.07.07.A, a candidata abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público 649, com homologação disponibilizada no DOPA em 25/03/2022, na Secretaria Municipal de Saúde, em caráter efetivo, para cumprir estágio probatório, com base legal no artigo 20, parágrafo único, da Lei Complementar 133, de 31/12/1985, através da Portaria 37038656 de 11/12/2025 (Processo 25.0.000153235-1).

NOME	CLASSIFICAÇÃO	
DEBORA DA SILVA SANTOS	299º Geral	Favor comparecer junto à Equipe de Ingresso, situada na Rua Siqueira Campos, 1300, 6º andar, SALA MATRIZ, na QUARTA-FEIRA, 17/12/2025, às 09h, a fim de tratar de sua respectiva nomeação (exames admissionais e documentação exigida), portando documento de identificação válido, com foto.

NOMEIA, no cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, AA.1.04.06.A, na Procuradoria-Geral do Município, o candidato abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público 661, com homologação disponibilizada no DOPA em 23/11/2022, em caráter efetivo, para cumprir estágio probatório, com base legal no artigo 20, parágrafo único, da Lei

Complementar 133, de 31/12/1985, através da Portaria 37039516 de 11/12/2025 (Processo 25.0.000143492-9).

NOME	CLASSIFICAÇÃO	Favor comparecer junto à Equipe de Ingresso, situada na Rua Siqueira Campos, 1300, 6º andar, SALA MATRIZ, na QUARTA-FEIRA, 17/12/2025, às 09h, a fim de tratar de sua respectiva nomeação (exames admissionais e documentação exigida), portando documento de identificação válido, com foto.
RAFAEL IFARRAGUIRRE JACQUES	378º Geral*	

*Candidato solicitou reposicionamento de fila.

NOMEIA, no cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, AA.1.04.06.A, na Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, o candidato abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público 661, com homologação disponibilizada no DOPA em 23/11/2022, em caráter efetivo, para cumprir estágio probatório, com base legal no artigo 20, parágrafo único, da Lei Complementar 133, de 31/12/1985, através da Portaria 37044004 de 11/12/2025 (Processo 25.0.000028293-9).

NOME	CLASSIFICAÇÃO	Favor comparecer junto à Equipe de Ingresso, situada na Rua Siqueira Campos, 1300, 6º andar, SALA MATRIZ, na QUARTA-FEIRA, 17/12/2025, às 09h, a fim de tratar de sua respectiva nomeação (exames admissionais e documentação exigida), portando documento de identificação válido, com foto.
MÁRCIO DE OLIVEIRA MATOS	387º Geral*	

*Candidato solicitou reposicionamento de fila.

NOMEIA, no cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, AA.1.04.06.A, na Secretaria Municipal da Saúde, a candidata abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público 661, com homologação disponibilizada no DOPA em 23/11/2022, em caráter efetivo, para cumprir estágio probatório, com base legal no artigo 20, parágrafo único, da Lei Complementar 133, de 31/12/1985, através da Portaria 37044131 de 11/12/2025 (Processo 25.0.000153235-1).

NOME	CLASSIFICAÇÃO	Favor comparecer junto à Equipe de Ingresso, situada na Rua Siqueira Campos, 1300, 6º andar, SALA MATRIZ, na QUARTA-FEIRA, 17/12/2025, às 09h, a fim de tratar de sua respectiva nomeação (exames admissionais e documentação exigida), portando documento de identificação válido, com foto.
MARIA DE FATIMA MORAES MEDINA	411º Geral*	

*Candidata solicitou reposicionamento de fila.

NOMEIA, no cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, AA.1.04.06.A, na Secretaria Municipal de Educação, as candidatas abaixo relacionadas, aprovadas no Concurso Público 661, com homologação disponibilizada no DOPA em 23/11/2022, em caráter efetivo, para cumprirem estágio probatório, com base legal no artigo 20, parágrafo único, da Lei Complementar 133, de 31/12/1985, através da Portaria 37047427 de 12/12/2025 (Processo 25.0.000016157-0).

CLASS. GERAL	NOME	Favor comparecer junto à Equipe de Ingresso, situada na Rua Siqueira Campos, 1300, 6º andar, SALA MATRIZ, na QUARTA-FEIRA, 17/12/2025, às 09h, a fim de tratar de sua respectiva nomeação (exames admissionais e documentação exigida), portando documento de identificação válido, com foto.
415º Geral*	TÂNIA REJANE DOS SANTOS	
418º Geral*	ANA CRISTINA HILÁRIO SCHNEIDER VIEIRA	

*Candidatas que solicitaram reposicionamento de fila.

NOMEIA, no cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, AA.1.04.06.A, na Secretaria Municipal da Inclusão e

Desenvolvimento Humano, a candidata abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público 661, com homologação disponibilizada no DOPA em 23/11/2022, em caráter efetivo, para cumprir estágio probatório, com base legal no artigo 20, parágrafo único, da Lei Complementar 133, de 31/12/1985, através da Portaria 37047689 de 12/12/2025 (Processo 25.0.000027575-4).

NOME	CLASSIFICAÇÃO	
CIBELE PEREIRA PUHL	434º Geral*	Favor comparecer junto à Equipe de Ingresso, situada na Rua Siqueira Campos, 1300, 6º andar, SALA MATRIZ, na QUARTA-FEIRA, 12/12/2025, às 09h, a fim de tratar de sua respectiva nomeação (exames admissionais e documentação exigida), portando documento de identificação válido, com foto.

*Candidata solicitou reposicionamento de fila.

NOMEIA, no cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, AA.1.04.06.A, na Secretaria Municipal Geral de Governo, o candidato abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público 661, com homologação disponibilizada no DOPA em 23/11/2022, em caráter efetivo, para cumprir estágio probatório, com base legal no artigo 20, parágrafo único, da Lei Complementar 133, de 31/12/1985, através da Portaria 37059143 de 08/12/2025 (Processo 25.0.000027574-6).

CLASS. GERAL	NOME	
452º Geral*	EVERSON MARQUES DA ROCHA ROSSA	Favor comparecer junto à Equipe de Ingresso, situada na Rua Siqueira Campos, 1300, 6º andar, SALA MATRIZ, na QUARTA-FEIRA, 17/12/2025, às 09h, a fim de tratar de sua respectiva nomeação (exames admissionais e documentação exigida), portando documento de identificação válido, com foto.

*Candidato que solicitou reposicionamento de fila.

NOMEIA, no cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, AA.1.04.06.A, na Secretaria Municipal de Segurança, a candidata abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público 661, com homologação disponibilizada no DOPA em 23/11/2022, em caráter efetivo, para cumprir estágio probatório, com base legal no artigo 20, parágrafo único, da Lei Complementar 133, de 31/12/1985, através da Portaria 37059401 de 12/12/2025 (Processo 25.0.000099615-0).

NOME	CLASSIFICAÇÃO	
HELENA LUKIANSKI PACHECO	454º Geral*	Favor comparecer junto à Equipe de Ingresso, situada na Rua Siqueira Campos, 1300, 6º andar, SALA MATRIZ, na QUARTA-FEIRA, 17/12/2025, às 09h, a fim de tratar de sua respectiva nomeação (exames admissionais e documentação exigida), portando documento de identificação válido, com foto.

*Candidata solicitou reposicionamento de fila.

NOMEIA, no cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, AA.1.04.06.A, na Secretaria Municipal de Assistência Social, o candidato abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público 661, com homologação disponibilizada no DOPA em 23/11/2022, em caráter efetivo, para cumprir estágio probatório, com base legal no artigo 20, parágrafo único, da Lei Complementar 133, de 31/12/1985, através da Portaria 37060341 de 12/12/2025 (Processo 25.0.000158612-5).

NOME	CLASSIFICAÇÃO	
AILTON LUIZ NEIBERT	465º Geral*	Favor comparecer junto à Equipe de Ingresso, situada na Rua Siqueira Campos, 1300, 6º andar, SALA MATRIZ, na QUARTA-FEIRA, 17/12/2025, às 09h, a fim de tratar de sua respectiva nomeação (exames admissionais e documentação exigida), portando documento de identificação válido, com foto.

*Candidato solicitou reposicionamento de fila.

NOMEIA, no cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, AA.1.04.06.A, na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, os candidatos abaixo relacionados, aprovados no Concurso Público 661, com homologação disponibilizada no DOPA em 23/11/2022, em caráter efetivo, para cumprirem estágio probatório, com base legal no artigo 20, parágrafo único, da Lei Complementar 133, de 31/12/1985, através da Portaria 37060753 de 12/12/2025 (Processo 25.0.000125051-8).

NOME	CLASSIFICAÇÃO	
GERSON ANDRADE DA SILVA	488º Geral*	Favor comparecer junto à Equipe de Ingresso, situada na Rua Siqueira Campos, 1300, 6º andar, SALA MATRIZ, na QUARTA-FEIRA, 17/12/2025, às 09h, a fim de tratar de sua respectiva nomeação (exames admissionais e documentação exigida), portando documento de identificação válido, com foto.
VIVIANE DE FATIMA ZAMO	496º Geral*	
TATIANE MALISZESKY FORMIGA	505º Geral*	

*Candidatos solicitaram reposicionamento de fila.

NOMEIA, no cargo de ASSISTENTE ADMINISTRATIVO, AA.1.04.06.A, na Secretaria Municipal da Cultura, o candidato abaixo relacionado, aprovado no Concurso Público 661, com homologação disponibilizada no DOPA em 23/11/2022, em caráter efetivo, para cumprir estágio probatório, com base legal no artigo 20, parágrafo único, da Lei Complementar 133, de 31/12/1985, através da Portaria 37060934 de 12/12/2025 (Processo 25.0.000027581-9).

NOME	CLASSIFICAÇÃO	
ADARIEL DENAISSON SOUZA CHAVES	509º Geral*	Favor comparecer junto à Equipe de Ingresso, situada na Rua Siqueira Campos, 1300, 6º andar, SALA MATRIZ, na QUARTA-FEIRA, 17/12/2025, às 09h, a fim de tratar de sua respectiva nomeação (exames admissionais e documentação exigida), portando documento de identificação válido, com foto.

*Candidato solicitou reposicionamento de fila.

NOMEIA, no cargo de MÉDICO ESPECIALISTA – GINECOLOGIA E OBSTETRÍCIA, ESM-1.01.ESM.A, a candidata abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público 768, com homologação disponibilizada no DOPA em 17/04/2024, na Secretaria Municipal de Saúde, em caráter efetivo, para cumprir estágio probatório, com base legal no artigo 20, parágrafo único, da Lei Complementar 133, de 31/12/1985, através da Portaria 37061436 de 12/12/2025 (Processo 25.0.000089876-0).

NOME	CLASSIFICAÇÃO	
MARIANA RUSCHEL CASTOLDI	15º Geral	Favor ler atentamente as Instruções para Posse conforme *e-mail* enviado com as orientações para o ingresso.

NOMEIA, no cargo de ENFERMEIRO, ES-1.13.NS.A, a candidata abaixo relacionada, aprovada no Concurso Público 742, com homologação disponibilizada no DOPA em 06/09/2023, na Secretaria Municipal de Saúde, em caráter efetivo, para cumprir estágio probatório, com base legal no artigo 20, parágrafo único, da Lei Complementar 133, de 31/12/1985, através da Portaria 37065715 de 12/12/2025 (Processo 25.0.000153235-1).

NOME	CLASSIFICAÇÃO	
CRISTIANE SCHIOCHET	30º Geral	Favor comparecer junto à Equipe de Ingresso, situada na Rua Siqueira Campos, 1300, 6º andar, SALA MATRIZ, na QUARTA-FEIRA, 17/12/2025, às 09h, a fim de tratar de sua respectiva nomeação (exames admissionais e documentação exigida), portando documento de identificação válido, com foto.

PRORROGA, de 01/01/2026 a 31/12/2028, em relação a JULIA AGUSTONI SILVA, matrícula 1060287/02, Bibliotecário, ES.1.08.NS, da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade, o prazo de sua designação para ter exercício na Procuradoria-Geral do Município, sem prejuízo do vencimento e demais vantagens temporais, com base legal no artigo 32, inciso IV, da Lei Complementar 133 de 31/12/1985, através da Portaria 37004716, de 10/12/2025 (Processo 24.0.000114184-4).

PRORROGA, de 01/01/2026 a 31/12/2028, em relação a CARLA ZAMBIASI, matrícula 825144/05, Arquiteto, ES.1.02. NS, da Secretaria Municipal da Inclusão e Desenvolvimento Humano, o prazo de sua designação para ter exercício na Secretaria Municipal de Esporte e Lazer, sem prejuízo do vencimento e demais vantagens temporais, com base legal no artigo 32, inciso IV, da Lei Complementar 133 de 31/12/1985, através da Portaria 37006079, de 10/12/2025 (Processo 22.0.000026541-5).

PRORROGA, de 01/01/2026 a 31/12/2028, em relação a ROGÉRIO BAÚ, matrícula 957048/01, Engenheiro, ES.1.14. NS, da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, o prazo de sua designação para ter exercício na Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, sem prejuízo do vencimento e demais vantagens temporais, com base legal no artigo 32, inciso IV, da Lei Complementar 133 de 31/12/1985, através da Portaria 37032432, de 11/12/2025 (Processo 19.0.000040247-0).

PRORROGA, de 01/01/2026 a 31/12/2026, em relação a FLÁVIO JOSÉ HELMANN DA SILVA, matrícula 258778/03, Professor, ED.1.03.M4, da Secretaria Municipal de Educação, o prazo da sua colocação à disposição do Tribunal de Justiça Militar do Estado do Rio Grande do Sul, com ônus para o destino, permanecendo na condição de segurado do regime próprio de previdência social, vinculado ao regime de repartição simples, ficando o desconto, o recolhimento e o repasse das contribuições previdenciárias ao Departamento Municipal de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Porto Alegre sob responsabilidade do órgão cessionário, com base legal no artigo 32, inciso I, da Lei Complementar 133 de 31/12/1985 e artigo 1º do Decreto 15.559, de 08/05/2007, e alterações posteriores, através da Portaria 37034565, de 11/12/2025 (Processo 21.0.000014010-1).

RELOTA GABRIEL AFONSO MARCHESI LOPES, 1592092/01, Estatístico, ES.1.18.NS, da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, para a Secretaria Municipal de Educação, a contar de 15/12/2025, com base legal no artigo 27, da Lei Complementar 133, de 31/12/1985, através da Portaria 37065307, de 12/12/2025 (Processo 21.0.000121003-0).

TORNA SEM EFEITO, em relação à candidata ISABELLY LOUIZE CAVALCANTE DE SOUZA, GUARDA CIVIL METROPOLITANO, SP.1.01.GCM1 – 21º negro, a Portaria 36322161/2025, disponibilizada no Diário Oficial de Porto Alegre em 30/10/2025, que a nomeou em caráter efetivo, por não ter satisfeito as condições para o ingresso no serviço público municipal através da reserva de vagas para negros, com base no artigo 8º da Lei Complementar 133 de 31/12/1985 e no artigo 3º da Lei Complementar 746 de 03/11/2014, passando a constar somente no 159º lugar da listagem geral, através da Portaria 37018386 de 10/12/2025 (Processo 25.0.000040709-0).

TORNA SEM EFEITO, em relação à candidata RAYANE BEZERRA DANTAS DE LIMA, aprovada no Concurso Público 794, GUARDA CIVIL METROPOLITANO, SP.1.01.GCM1, a Portaria 36569016/2025, disponibilizada no Diário Oficial de Porto Alegre em 14/11/2025, que a nomeou em caráter efetivo, por ter solicitado reposicionamento de fila, através da Portaria 37019665 de 10/12/2025 (Processo 25.0.000040709-0).

TORNA SEM EFEITO, em relação ao candidato GABRIEL CIRINO SAMY, no cargo de AUDITOR-FISCAL DA RECEITA MUNICIPAL, AT-1.01.AF, a Portaria 36696927/2025, disponibilizada no Diário Oficial de Porto Alegre em 24/11/2025, que o nomeou em caráter efetivo, por ter solicitado desistência da nomeação, através da Portaria 37037684 de 11/12/2025 (Processo 25.0.000144957-8).

TORNA SEM EFEITO, em relação à candidata ANA CAROLINE MARTINS WINGERT, no cargo de ENFERMEIRO, ES-1.13.NS.A, a Portaria 36654885/2025, disponibilizada no Diário Oficial de Porto Alegre em 19/11/2025, que a nomeou em caráter efetivo, por não ter tomado posse no prazo legal, com base no Art. 26, § 2º, da Lei Complementar nº 133/85, através da Portaria 37038165 de 11/12/2025 (Processo 25.0.000153235-1).

TORNA SEM EFEITO, em relação à candidata MELANIA PIRES PRESTES, no cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM, TP.1.07.07.A, a Portaria 36659073/2025, disponibilizada no Diário Oficial de Porto Alegre em 19/11/2025, que a nomeou em caráter efetivo, por não ter tomado posse no prazo legal, com base no Art. 26, § 2º, da Lei Complementar nº 133/85, através da Portaria 37038595 de 11/12/2025 (Processo 25.0.000153235-1).

TORNA SEM EFEITO, em relação ao candidato ADRIANO BRATKOWSKI, no cargo de Assistente Administrativo, AA.1.04.06.A, a Portaria 36632522/2025, disponibilizada no Diário Oficial de Porto Alegre em 18/11/2025, que o nomeou em caráter efetivo, por ter solicitado desistência da nomeação, através da Portaria 37039451 de 11/12/2025 (Processo 25.0.000143492-9).

TORNA SEM EFEITO, em relação à candidata BIANCA RIBOLI BESEN HOFFMEISTER, aprovada no Concurso Público 661, Assistente Administrativo, AA.1.04.06.A, a Portaria 36637510/2025, disponibilizada no Diário Oficial de Porto Alegre em 18/11/2025, que a nomeou em caráter efetivo, por não ter tomado posse no prazo legal, com base no Art. 26, § 2º, da Lei Complementar nº 133/85, através da Portaria 37043981 de 11/12/2025 (Processo 25.0.000028293-9).

TORNA SEM EFEITO, em relação à candidata JOSIANE WEIRICH SCHRENK NIGOLINO, no cargo de Assistente Administrativo, AA.1.04.06.A, a Portaria 36633042/2025, disponibilizada no Diário Oficial de Porto Alegre em 18/11/2025, que a nomeou em caráter efetivo, por não ter tomado posse no prazo legal, com base no Art. 26, § 2º, da Lei Complementar nº 133/85, através da Portaria 37044093 de 11/12/2025 (Processo 25.0.000153235-1).

TORNA SEM EFEITO, em relação ao candidato JACKSON ANDREOLLA LAGOAS, aprovado no Concurso Público 661, Assistente Administrativo, AA.1.04.06.A, a Portaria 36796233/2025, disponibilizada no Diário Oficial de Porto Alegre em 28/11/2025, que o nomeou em caráter efetivo, por ter solicitado desistência da nomeação, através da Portaria 37047378 de 12/12/2025 (Processo 25.0.000016157-0).

TORNA SEM EFEITO, em relação à candidata TATIANA GERI no cargo de Assistente Administrativo, AA.1.04.06.A, a Portaria 35893499/2025, disponibilizada no Diário Oficial de Porto Alegre em 02/10/2025, que a nomeou em caráter efetivo, por não ter tomado posse no prazo legal, com base no Art. 26, § 2º, da Lei Complementar nº 133/85, através da Portaria 37047636 de 12/12/2025 (Processo 25.0.000027575-4).

TORNA SEM EFEITO, em relação à candidata JOSSELMA MACHADO MERHEB no cargo de Assistente Administrativo, AA.1.04.06.A, a Portaria 36962563/2025, disponibilizada no Diário Oficial de Porto Alegre em 11/12/2025, que a nomeou em caráter efetivo, por ter solicitado desistência da nomeação, através da Portaria 37058973 de 12/12/2025 (Processo 25.0.000027574-6).

TORNA SEM EFEITO, em relação ao candidato FERNANDO ROTTA FERREIRA, aprovado no Concurso Público 661, Assistente Administrativo, AA.1.04.06.A, a Portaria 36962333/2025, disponibilizada no Diário Oficial de Porto Alegre em 11/12/2025, que o nomeou em caráter efetivo, por ter solicitado desistência da nomeação, através da Portaria 37060180 de 12/12/2025 (Processo 25.0.000016157-0).

TORNA SEM EFEITO, em relação à candidata DIANA MEDEIROS DA ROSA, no cargo de Enfermeiro(a), ES-1.13. NS.A, a Portaria 36837752/2025, disponibilizada no Diário Oficial de Porto Alegre em 02/12/2025, que a nomeou em caráter efetivo, por ter solicitado reposicionamento de fila, através da Portaria 37065676 de 12/12/2025 (Processo 25.0.000153235-1).

DIRETORA DE GESTÃO DE PESSOAS da SMAP, no uso de suas atribuições legais,

CONCEDE, a PATRICIA DE SOUZA FLORES, 422001/1, Professor M5, ED103M5, efetivo, Abono de Permanência, a contar de 05/10/2025, por ter preenchido os requisitos determinados pela Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, com redação acrescida pela Emenda nº 47/2021, através da Portaria 37056083 de 12/12/2025 (Processo 25.13.000007156-5).

GERENTE DE SAÚDE DO SERVIDOR MUNICIPAL da SMAP, no uso de suas atribuições legais,

CONCEDE, em relação aos servidores estatutários da Equipe de Atividades Primárias, Industriais e Infraestrutura da Diretoria de Licenciamento e Monitoramento da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade abaixo relacionados, adicional de periculosidade (30%), a contar de 04/09/2025, com base legal nos artigos 110, inciso V, alínea “g”, da Lei Complementar 133/1985 e artigo 63 da Lei 6309/1988, Laudo 036/2025 Equipe de Atividades Primárias, Industriais, Serviços e Infraestrutura/ Diretoria de Licenciamento e Monitoramento Ambiental/ Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade, através da Portaria 999, de 10/12/2025 (Processo 25.0.000118893-6).

Matrícula	Nome	Cargo
519331/2	DANIELA DOS SANTOS SENFF	ENGENHEIRA
714218/2	DERI CALVETE DA ROCHA	ENGENHEIRO
929351/1	GLAUBER ZETTLER PINHEIRO	ENGENHEIRO
575620/2	JULIANA BRAZ FREDIANI	ENGENHEIRO
1154699	LUCIANO ALVES BROCCA	ENGENHEIRO AGRÔNOMO
1278070/3	MARCELLE GARCIA CHIODO	ENGENHEIRA

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE GOVERNANÇA CIDADÃ E DESENVOLVIMENTO RURAL, no uso de suas atribuições legais,

DESIGNA PATRICIA BASTOS DA ROCHA, 1662821/1, Assistente Administrativo, AA10406, efetivo, do/da Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural, para responder pela função gratificada de Gerente de Atividades V, 11150047, do/da Equipe de Expediente e Pessoal/Unidade de Administração e Serviços/ Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural, 49500021, substituindo JANAINA RODRIGUES DA SILVA, 1415700/1, Assistente Administrativo, AA10406, por motivo de FÉRIAS, de 30/12/2025 a 09/01/2026, com base na Lei Complementar 133 de 31/12/1985, artigo 69, Decreto 15047 de 13/01/2006, através da Portaria 36564158 de 12/11/2025 (Processo 25.0.000156330-3).

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E EVENTOS, no uso de suas atribuições legais,

DESIGNA os servidores abaixo relacionados, pelo período de 06 (seis) meses, contados de 08 de dezembro de 2025 a 08 de junho de 2026, para gerenciar, acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no Contrato celebrado entre o MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico, Turismo e Eventos – SMDETE e RIO CREATIVE CONFERENCES LTDA, com Sede na Rua dos Oitis, n° 48, Bairro Gávea, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil, CEP 22451-080, inscrita no CNPJ sob o n° 26.079.220/0001-46, Contrato nº 99246/2025, cujo objeto é a cota de Patrocínio no evento do Rio2C 2026, através da Portaria 36945516, de 10/12/2025 (Processo 25.0.000129014-5).

FUNÇÃO	TITULAR	CARGO	MATRÍCULA	SUPLENTE	CARGO	MATRÍCULA
Fiscais de Contrato	ANDERSON DE SOUZA GOMES	Chefe de Unidade	1566245	MARGUERITA RAMON DE BERNARDES	Assistente Administrativo	536160
Fiscais de Serviços	JOANA DE MACEDO BRAGA	Técnica em Turismo	968393	DÉBORA TOFFOLI	Agente Administrativo Adido externo	1039636

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA, no uso de suas atribuições legais,

DESIGNA LUIS ROBERTO DO NASCIMENTO, 114823/3, Operario, AC11002, efetivo, do/da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, para responder pela função gratificada de Responsavel Por Atividades III, 11130042, do/da Equipe de Manutenção Predial/Coordenação de Manutenção de Prédios Públicos/Diretoria de Prédios Públicos/ Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, 46500009, substituindo ANTENOR FAUSTINO, 273263/1, Eletricista, OP10104, por motivo de Licença para Tratamento de Saúde, de 01/10/2025 a 19/10/2025, com base na Lei Complementar 133 de 31/12/1985, artigo 69; Decreto 15047 de 13/01/2006, através da Portaria 158 de 11/11/2025 (Processo 24.0.000081047-5).

DESIGNA DOUGLAS CRUZ BERNARDES, 424538/3, Engenheiro, ES114NS, efetivo, do/da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, para responder pela função gratificada de Coordenador, 11170001, do/da Coordenação de Manutenção de Prédios Públicos/Diretoria de Prédios Públicos/Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura, 46700004, substituindo DIOGENES SAVI MONDO, 1224182/1, Engenheiro, ES114NS, por motivo de Férias, de 02/10/2025 a 16/10/2025, com base na Lei Complementar 133 de 31/12/1985, artigo 69; Decreto 15047 de 13/01/2006, através da Portaria 159 de 05/12/2025 (Processo 24.0.000081128-5).

SECRETÁRIO MUNICIPAL DA INCLUSÃO E DESENVOLVIMENTO HUMANO, no uso de suas atribuições legais,

DESIGNA, a contar de 02/12/2025, os servidores abaixo relacionados para desempenharem as funções de Gestor Titular, Gestor Suplente e Membros da Comissão de Avaliação e Monitoramento na realização das atividades de gerenciamento, acompanhamento e fiscalização e do adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas em parceria celebrada entre a Secretaria Municipal da Inclusão e Desenvolvimento Humano - SMIDH e o CENTRO DE SOLIDARIEDADE, AJUDA MÚTUA E MEIO AMBIENTE - CENTRO SAMA, CNPJ nº 01.477.916/0001-08, que tem como objeto a execução do projeto Unidade de Triagem do Loteamento Santa Terezinha, em função das ações de

intervenção Estatal para reorganização do território, a partir do desenvolvimento de processo produtivo e de geração de renda, através da Portaria 37040491, de 11/12/2025 (Processo 25.0.000120929-1).

I - Gestor:

Gestor	Nome	Matrícula	Cargo
Gestor Titular	DARI PEREIRA	1451600	Assessor VI
Gestor Suplente	MARCOS DOS SANTOS VALASCO	1686810	Gerente de Atividades V

II - Comissão de Avaliação e Monitoramento:

Nome	Matrícula	Cargo
ESTER MIRIAN SOARES RODRIGUES	1012495	Assessor V
MICHELI VIEGAS BENTO	129830502	Assistente Social
CARLOS HENRIQUE RIBEIRO FERREIRA	1645463	Assessor V

DESIGNA, a contar de 25/11/2025, os servidores abaixo relacionados para desempenharem as funções de Fiscal de Serviço na realização das atividades de gerenciamento, acompanhamento e fiscalização da execução e do adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no Contrato registrado sob nº 92433/2024, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE e a TR2 PRESTADORA DE SERVICOS LTDA, CNPJ nº 19.214.084/0001-94, com vigência de 12 (doze) meses a contar 25/11/2024, cujo objeto é a prestação de serviços de recepção para atender a Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano - SMIDH. Os servidores designados serão responsáveis pelas atribuições previstas na Lei Federal 14.133/2021 e demais dispositivos legais, incluindo o dispositivo da Ordem de Serviço 005/2023, através da Portaria 37024388, de 10/12/2025 (Processo 23.0.000104420-6).

Fiscais de Serviço:

Posto	Fiscal de Serviço Titular	Matrícula	Cargo
CT 01	TATIANA AMADEU MIRANDA	1696963	Assistente Administrativo
CT 10	ALESSANDRA NUNES MARQUES	1228498	Assistente Administrativo

DESIGNA AUDREYS RODRIGUES ALVES, 1671235/1, Assistente Administrativo, AA10406, efetivo, do/da Secretaria Municipal da Inclusão e Desenvolvimento Humano , para responder pela função gratificada de Chefe de Equipe, 11150005, do/da Coordenação dos Fundos Municipais/Secretaria Municipal da Inclusão e Desenvolvimento Humano , 57700002, substituindo DANIELLE SOUZA GARCIA MOROSO, 1526146/1, Assistente Administrativo, AA10406, por motivo de FERIAS, de 27/01/2026 a 13/02/2026, com base na Lei Complementar 133 de 31/12/1985, artigo 69; Decreto 15047 de 13/01/2006, através da Portaria 36648890 de 10/12/2025 (Processo 25.0.000160278-3).

DESIGNA VIVIANE LUZIA PRESTES ANCHIETA, 562534/4, Assistente Administrativo, AA10406, efetivo, do/da Secretaria Municipal da Inclusão e Desenvolvimento Humano , para responder pela função gratificada de Responsavel Por Atividades III, 11130042, do/da Coordenação dos Fundos Municipais/Secretaria Municipal da

Inclusão e Desenvolvimento Humano , 57700002, substituindo LARISSA FERREIRA FERRAZ, 1349996/1, Assistente Social, ES106NS, por motivo de FÉRIAS, de 05/01/2026 a 22/01/2026, com base na Lei Complementar 133 de 31/12/1985, artigo 69; Decreto 15047 de 13/01/2006, através da Portaria 37029530 de 11/12/2025 (Processo 25.0.000172266-5).

DESIGNA ANNA PAULA FARIAS DOS SANTOS AVILA, 1118188/1, Assistente Administrativo, AA10406, efetivo, do/ da Secretaria Municipal da Inclusão e Desenvolvimento Humano , para responder pela função gratificada de Responsavel Por Atividades III, 11130042, do/da Assessoria Técnica Fundos/Coordenação dos Fundos Municipais/ Secretaria Municipal da Inclusão e Desenvolvimento Humano , 57004003, substituindo MAXIMILIANO AUGUSTO RIBEIRO AVILA, 1636219/1, Administrador, ES101NS, por motivo de Férias, de 09/12/2025 a 26/12/2025, com base na Lei Complementar 133 de 31/12/1985, artigo 69; Decreto 15047 de 13/01/2006, através da Portaria 36625377 de 17/11/2025 (Processo 25.0.000157300-7).

DESIGNA GEORGES ALBERTO AGUIAR FRANK, 1680960/1, Assistente Administrativo, AA10406, efetivo, do/da Secretaria Municipal da Inclusão e Desenvolvimento Humano , para responder pela função gratificada de Assessor V, 21150018, do/da Equipe de Contratos /Unidade de Administração e Serviços /Diretoria de Gestão /Secretaria Municipal da Inclusão e Desenvolvimento Humano , 57500001, substituindo VALERIA PINTO LARANJEIRA, 1639625/1, Assistente Administrativo, AA10406, por motivo de FÉRIAS, de 21/01/2026 a 08/02/2026, com base na Lei Complementar 133 de 31/12/1985, artigo 69; Decreto 15047 de 13/01/2006, através da Portaria 37030976 de 11/12/2025 (Processo 25.0.000168082-2).

DESIGNA CARLOS MIGUEL CORREA CRUZ FILHO, 1722131/1, Assistente Administrativo, AA10406, efetivo, do/da Secretaria Municipal da Inclusão e Desenvolvimento Humano , para responder pela função gratificada de Responsavel Por Atividades III, 11130042, do/da Unidade de Apoio Aos Conselhos Tutelares/Diretoria de Gestão /Secretaria Municipal da Inclusão e Desenvolvimento Humano , 57600003, substituindo CLAUDIO CABRAL E SILVA, 1695037/1, Assistente Administrativo, AA10406, por motivo de FÉRIAS, de 05/01/2026 a 23/01/2026, com base na Lei Complementar 133 de 31/12/1985, artigo 69; Decreto 15047 de 13/01/2006, através da Portaria 37031715 de 11/12/2025 (Processo 25.0.000164188-6).

DESIGNA JOSE MAURICIO ROSA DA SILVA, 1723685/1, Psicologo, ES129NS, efetivo, do/da Secretaria Municipal da Inclusão e Desenvolvimento Humano , para responder pela função gratificada de Responsavel Por Atividades III, 11130042, do/da Diretoria de Direitos Humanos /Secretaria Municipal da Inclusão e Desenvolvimento Humano , 57800002, substituindo CARLA GONCALVES MOREIRA, 1230417/2, Assistente Administrativo, AA10406, por motivo de FÉRIAS, de 19/01/2026 a 04/02/2026, com base na Lei Complementar 133 de 31/12/1985, artigo 69; Decreto 15047 de 13/01/2006, através da Portaria 37038738 de 11/12/2025 (Processo 25.0.000157390-2).

DESIGNA MARIA EDUARDA FREITAS MORAES, 1719246/1, Psicologo, ES129NS, efetivo, do/da Secretaria Municipal da Inclusão e Desenvolvimento Humano , para responder pela função gratificada de Chefe de Equipe, 11150005, do/da Diretoria de Direitos Humanos /Secretaria Municipal da Inclusão e Desenvolvimento Humano , 57800002, substituindo RAQUEL GARBIN MARSICO, 1128736/1, Assistente Administrativo, AA10406, por motivo de FERIAS, de 09/12/2025 a 26/12/2025, com base na Lei Complementar 133 de 31/12/1985, artigo 69; Decreto 15047 de 13/01/2006, através da Portaria 37015133 de 10/12/2025 (Processo 25.0.000168704-5).

DESIGNA, a contar de 12/12/2025, JOSÉ MAURÍCIO ROSA DA SILVA, matrícula 1723685, Psicólogo, para desempenhar a função de Gestor Titular, e GISELLE GUIMARÃES HUBBE, matrícula 1331221, Chefe de Equipe, para desempenhar a função de Gestor Suplente, da parceria celebrada, entre o Município de Porto Alegre, neste ato representado pela Secretaria Municipal da Inclusão e Desenvolvimento Humano e a OSC FEDERAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E INTEGRAÇÃO DOS SURDOS - FENEIS, CNPJ 29.262.052/0004-60, através do Termo de Colaboração registrado sob nº 82165/2023 e Termo Aditivo registrado sob nº 89433/2024, com vigência até 02/05/2025, para fins de parceirização na instalação da Central de Libras, visando o atendimento remoto da comunidade surda, através de intérpretes de Libras, com as unidades na área da Saúde, Educação e Assistência Social do Município de Porto Alegre, de acordo com a Lei 13.019/2024, para atender à Secretaria Municipal da Inclusão e Desenvolvimento Humano, através da Portaria 37047916, de 12/12/2025 (Processo 22.0.000020445-9).

DISPENSA, a contar de 25/11/2025, os servidores abaixo relacionados para desempenharem as funções de Fiscal de Serviço na realização das atividades de gerenciamento, acompanhamento e fiscalização da execução e do adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no Contrato registrado sob nº 92433/2024, celebrado entre o MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE e a TR2 PRESTADORA DE SERVICOS LTDA, CNPJ nº 19.214.084/0001-94, com vigência de 12 (doze) meses a contar 25/11/2024, cujo objeto é a prestação de serviços de recepção para atender a Secretaria Municipal de Inclusão e Desenvolvimento Humano - SMIDH. Os servidores designados serão responsáveis pelas atribuições previstas na Lei Federal 14.133/2021 e demais dispositivos legais, incluindo o dispositivo da Ordem de Serviço 005/2023, através da Portaria 37019989, de 10/12/2025 (Processo 23.0.000104420-6).

Fiscais de Serviço:

Posto	Fiscal de Serviço Titular	Matrícula	Cargo
CT 01	PRISCILLA CRISTINE DE LIMA ZANETTE	1641760	Assistente Administrativo
CT 10	ANGELICA TEIXEIRA DA SILVA	1678337	Assistente Administrativo

DISPENSA, a contar de 12/12/2025, WILLIAM CABRAL TEMPEL, matrícula 1044117, Coordenador, da função de Gestor Titular, e ADILSO LUIS PIMENTEL CORLASSOLI, matrícula 435378, Professor, da função de Gestor Suplente, da parceria celebrada entre o Município de Porto Alegre, neste ato representado pela Secretaria Municipal da Inclusão e Desenvolvimento Humano e a OSC FEDERAÇÃO NACIONAL DE EDUCAÇÃO E INTEGRAÇÃO DOS SURDOS - FENEIS, CNPJ 29.262.052/0004-60, através do Termo de Colaboração registrado sob nº 82165/2023 e Termo Aditivo registrado sob nº 89433/2024, com vigência até 02/05/2025, para fins de parceirização na instalação da Central de Libras, visando o atendimento remoto da comunidade surda, através de intérpretes de Libras, com as unidades na área da Saúde, Educação e Assistência Social do Município de Porto Alegre, de acordo com a Lei 13.019/2024, para atender à Secretaria Municipal da Inclusão e Desenvolvimento Humano, através da Portaria 37046189, de 12/12/2025 (Processo 22.0.000020445-9).

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, no uso de suas atribuições legais,

AUTORIZA os servidores abaixo a afastarem-se do Município, no período entre 09 a 12 de dezembro, para participar da XXXII Colônia de Férias das Pessoas Idosas, em Tramandaí/RS, mantendo seus vencimentos e demais vantagens, sem ônus para o Município, com base no artigo 3º do Decreto nº 21.458/2022, através da Portaria 790, de 09/12/2025 (Processo 25.0.000168599-9).

SERVIDOR/CARGO	MATRÍCULA
MARIA DA GRACA FURTADO Técnico Nível 6	759603/03
CRISTIANE MEDINA GUIMARAES Assistente Social	1648721/01
DANIELA VILLANUSTRE NARDIN ZANCAN Psicólogo	832847/02
LAURA MARIA RODRIGUES GOMES Técnico Nível 6	759251/03
IARA LEMOS PORTO Aux Técnico Administrativo N11	112930/04
ILSE AGOSTINI Técnico Nível 6	758155/02
LUISIELA RODRIGUES PAGANOTTI Técnico em Educação	277300/03
LILIAN SCHREINER Técnico Nível 6	758751/03
SERGIO LUIS DE MATTIA Técnico Social	1307592/01
ANDRESA SOUZA QUESSADA Assistente Social	402520/02

CONCEDE, ao servidor LEANDRO SILVA DE CASTRO, matrícula 763278/01, Monitor, da Fundação de Assistência Social e Cidadania (em extinção), a Gratificação de Incentivo à Produtividade - GIP, Nível 04, no período de 24/10/2025 a 21/04/2026, em virtude da designação como Fiscal de Contrato, relativo ao Contrato nº 94902/2025, com base no Decreto nº 23.320 de 06/06/2025, que regulamenta a aplicação do artigo 70, da Lei 6.309, de 28/12/1988, através da Portaria 792 de 10/12/2025 (Processo 25.0.000169497-1).

DESIGNA WYNNE DE OLIVEIRA SOARES, 1626485/01, Assistente Administrativo, da Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC (em extinção), para a função gratificada de Chefe de Área, 250104, vaga 5000050, da Área de Ingressos e Estágios, 70401012, da Coordenação de Gestão de Recursos Humanos, a contar de 06/12/2025, com base no artigo 73, da Lei Complementar nº 133/1985, através da Portaria 788, de 09/12/2025 (Processo 25.0.000170735-6).

DESIGNA, em substituição, PEDRO XAVIER DE ARAUJO, 787430/03, Arquiteto, para a função gratificada de Chefe de Área, 250104, vaga 5000043, da Área de Projetos, 70401007, da Coordenação de Obras e Projetos, no período de 04/12/2025 a 31/12/2025, em virtude de gozo de Licença-Prêmio pelo titular, NEWTON CARLOS BASTOS BUENO, 760769/01, com base no artigo 69, da Lei Complementar 133/1985, através da Portaria 789, de 09/12/2025 (Processo 25.0.000162635-6).

DESIGNA, a contar de 01/12/2025, os servidores ALEXANDRE BLOISE SANTAROSA, 1445154/01, Cargo em Comissão Nível 18 Geral, EDUARDO SIEGLE DE SOUZA, 985986/04, Cargo em Comissão Nível 18 Geral, VERA REGINA PONZIO HECKER, 501090/07, Cargo em Comissão Nível 18 Geral, ANA MARIA DE ALMEIDA RANGEL, 1061119/05, Cargo em Comissão Nível 18 Geral, e VIVIANE WAIHRICH MATTER BACIN, 1649051/02, Cargo em Comissão Nível 18 Geral, como Ordenadores de Despesa do Fundo Municipal de Assistência Social e da Secretaria Municipal de Assistência Social, para o Exercício de 2025 e 2026, e REVOGA a Portaria 448/2025, através da Portaria 791, de 10/12/2025 (Processo 17.15.000000004-9).

DISPENSA DIEGO PEREIRA DA CRUZ, matrícula 461020/03, Assistente Administrativo, da Fundação de Assistência Social e Cidadania – FASC (em extinção), da função gratificada de Chefe de Área, 250104, vaga 5000050, da Área de Ingressos e Estágios, 70401012, da Coordenação de Gestão de Recursos Humanos, a contar de 06/12/2025, com base no artigo 73, da Lei Complementar nº 133/1985, através da Portaria 787, de 09/12/2025 (Processo 25.0.000170735-6).

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais,

MODIFICA, a contar de 09/12/2025, a Portaria 36550972, quanto ao Fiscal de Contrato, conforme quadro abaixo, com a atribuição de acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no Contrato 98761/2025, celebrado entre o Município de Porto Alegre e a empresa F&F ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO LTDA, CNPJ nº 10.533.390/0001-19, cujo objeto é Execução das Obras de acessibilidade, ampliação e reforma da EMEF São Pedro, para a Secretaria Municipal de Educação, através da Portaria 37045991, de 12/12/2025 (Processo 24.0.000119529-4).

FUNÇÃO	TITULAR	MATRÍCULA	CARGO	SUPLENTE	MATRÍCULA	CARGO
Fiscal de Serviço (Elétrica)	ESTEVÃO FRIGHETTO SCHNEIDER	158862101	ENGENHEIRO ELETRICISTA	ANDRÉ MOURA DOS SANTOS	158820601	ENGENHEIRO ELETRICISTA
Fiscal de Serviço (Civil)	VITOR TEIXEIRA MACHADO	135402701	ENGENHEIRO CIVIL	SULIVAN BARTZ KOCH	170571701	ENGENHEIRO CIVIL
Fiscal de Contrato	CHEILA CELOI GIOVANELLA	107467901	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	DANIEL WILHELM DEBIAGI	170962301	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO

SECRETÁRIA MUNICIPAL DA CULTURA, no uso de suas atribuições legais,

DESIGNA, na forma da lei, os servidores abaixo relacionados, com vistas à execução do Termo de Fomento que entre si fazem o MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE e o CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS PORTEIRA DA RESTINGA, Organização da Sociedade Civil, CNPJ 92.397.041/0001-81, através do Contrato nº 99418/2025, com vigência de 12 meses, contados da data da assinatura contratual, tendo por objeto estabelecer os procedimentos para a execução do projeto Oficinas de Danças Tradicionalistas CTG Porteira da Restinga pelo MUNICÍPIO à ORGANIZAÇÃO BENEFICIADA e condições para a utilização dos recursos relativos ao projeto mencionado, através da Portaria 37049842 de 12/12/2025 (Processo 24.0.000143145-1).

I - como Gestor da Parceria, com as obrigações definidas no Art. 61 da Lei 13019/2014:

Nome	Matrícula	Cargo	Função
CAMILA SILVEIRA CARDOSO	1219774	Cargo em Comissão Nível 15	Titular
CLÓVIS ANDRÉ SILVA DA SILVA	961600	Cargo em Comissão Nível 14 Geral	Suplente

II - como membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação:

Nome	Matrícula	Cargo	Função
GUSTAVO MÜLLER ALVES	1080776	Assistente Administrativo	Titular
ALEX RIBEIRO MARTINS	1044419	Assistente Administrativo	Titular
ELVIRA ROSILEI SIGNORETTI	1670727	Administradora	Suplente

DESIGNA, conforme disciplinado pelo art. 4º, da Ordem de Serviço 005/2023, de 18/05/2023, os servidores abaixo relacionados, com vistas à execução do Contrato nº 99356/2025, firmado entre o Município de Porto Alegre e a empresa PRODUTORA POAMUSIC LTDA, CNPJ 52.628.597/0001-17, cuja vigência é de 30 (trinta) dias a contar da data presente na Ordem de Início, e o objeto é realizar três apresentações artísticas musicais do grupo Rodrigo Almada e Banda, a serem realizadas nas etapas dos dias 21 e 27 de dezembro de 2025 — sendo duas etapas realizadas no dia 27, do Circuito Cultural do Extremo-Sul, através da Portaria 37034613, de 11/12/2025 (Processo 25.0.000170800-0).

I - Como Fiscal de Contrato:

Nome	Matrícula	Cargo	Função
GUSTAVO MÜLLER ALVES	1080776/2	Assistente Administrativo	Titular
ALEX RIBEIRO MARTINS	1044419/2	Assistente Administrativo	Suplente

II - Como Fiscal de Serviços:

Nome	Matrícula	Cargo	Função
CAMILA SILVEIRA CARDOSO	1219774/4	Cargo em Comissão Nível 15	Titular
CLÓVIS ANDRÉ SILVA DA SILVA	961600/4	Cargo em Comissão Nível 14 Geral	Suplente

DESIGNA, conforme disciplinado pelo art. 4º, da Ordem de Serviço 005/2023, de 18/05/2023, os servidores abaixo relacionados, com vistas à execução do Contrato nº 99407/2025, firmado entre o Município de Porto Alegre e a empresa ALCATEIA ENTRETENIMENTO LTDA, CNPJ 42.318.448/0001-06, cuja vigência é de 30 (trinta) dias a contar da data presente na Ordem de Início, e o objeto é a realização de uma apresentação artística musical do Grupo do Bola durante etapa do Circuito Cultural do Extremo-Sul, que acontecerá no dia 27 de dezembro de 2025, das 15h às 22h, na Praça Paulo Franco Correa – Porto dos Casais, Bairro Ponta Grossa, Porto Alegre/RS, através da Portaria 37048465, de 12/12/2025 (Processo 25.0.000170839-5).

I - Como Fiscal de Contrato:

Nome	Matrícula	Cargo	Função
GUSTAVO MÜLLER ALVES	1080776/2	Assistente Administrativo	Titular
ALEX RIBEIRO MARTINS	1044419/2	Assistente Administrativo	Suplente

II - Como Fiscal de Serviços:

Nome	Matrícula	Cargo	Função
CAMILA SILVEIRA CARDOSO	1219774/4	Cargo em Comissão Nível 15	Titular
CLÓVIS ANDRÉ SILVA DA SILVA	961600/4	Cargo em Comissão Nível 14 Geral	Suplente

DESIGNA, conforme disciplinado pelo art. 4º, da Ordem de Serviço 005/2023, de 18/05/2023, os servidores abaixo relacionados, com vistas à execução do Contrato nº 99398/2025, firmado entre o Município de Porto Alegre e a empresa 63.416.116 DIEGO MALAQUIAS DE SOUZA, CNPJ 63.416.116/0001-26, cuja vigência é de 30 (trinta) dias a contar da data presente na Ordem de Início, e o objeto é a realização da Curadoria, Direção artística, Participação artística e Coordenação Geral do Festival Cohab é Só *Rap* 2025, que será realizada no dia 14 de dezembro de 2025, das 14h às 22h, na Rua Wolfram Metzler, 197, bairro Rubem Berta, Porto Alegre/RS, através da Portaria 37048121, de 12/12/2025 (Processo 25.0.000166921-7).

I - Como Fiscal de Contrato:

Nome	Matrícula	Cargo	Função
GUSTAVO MÜLLER ALVES	1080776/2	Assistente Administrativo	Titular
ALEX RIBEIRO MARTINS	1044419/2	Assistente Administrativo	Suplente

II - Como Fiscal de Serviços:

Nome	Matrícula	Cargo	Função
CAMILA SILVEIRA CARDOSO	1219774/4	Cargo em Comissão Nível 15	Titular
CLÓVIS ANDRÉ SILVA DA SILVA	961600/4	Cargo em Comissão Nível 14 Geral	Suplente

DESIGNA, conforme disciplinado pelo art. 4º, da Ordem de Serviço 005/2023, de 18/05/2023, os servidores abaixo relacionados, para acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no Contrato nº 99397/2025, firmado entre o Município de Porto Alegre e a empresa KARINE RICO SOUZA, CNPJ 42.030.453/0001-00, cuja vigência é de 30 (trinta) dias a contar da data presente na Ordem de Início, e o objeto é uma apresentação artística de teatro circense "Os Kakarecos da Kakaka", durante a etapa Estér Mulher do Circuito Cultural do Extremo-Sul, que será realizada no dia 20 de dezembro de 2025, na sede da Cozinha Solidária ONG Estér Mulher, localizada na Rua C, nº 278, Bairro Lami, Porto Alegre/RS, através da Portaria 37048482 de 12/12/2025 (Processo 25.0.000170202-8).

I - Fiscal de Contrato:

Nome	Matrícula	Cargo	Função
GUSTAVO MÜLLER ALVES	1080776	Assistente Administrativo	Titular
ALEX RIBEIRO MARTINS	1044419	Assistente Administrativo	Suplente

II - Fiscal de Serviços:

Nome	Matrícula	Cargo	Função
CAMILA SILVEIRA CARDOSO	1219774	Cargo em Comissão Nível 15	Titular

CLÓVIS ANDRÉ SILVA DA SILVA	961600	Cargo em Comissão Nível 14 Geral	Suplente

DESIGNA, conforme disciplinado pelo art. 4º, da Ordem de Serviço 005/2023, de 18/05/2023, os servidores abaixo relacionados, para acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no Contrato nº 99359/2025, firmado entre o Município de Porto Alegre e a empresa LEANDRO DA SILVA ROZA, CNPJ 35.693.869/0001-43, cuja vigência é de 30 (trinta) dias a contar da data presente na Ordem de Início, e o objeto é a realização de três apresentações artísticas musicais do grupo Dhadi10, a serem realizadas nas etapas dos dias 14, 20 e 21 de dezembro de 2025, do Circuito Cultural do Extremo-Sul, através da Portaria 37035754 de 11/12/2025 (Processo 25.0.000170810-7).

I - Fiscal de Contrato:

Nome	Matrícula	Cargo	Função
GUSTAVO MÜLLER ALVES	1080776	Assistente Administrativo	Titular
ALEX RIBEIRO MARTINS	1044419	Assistente Administrativo	Suplente

II - Fiscal de Serviços:

Nome	Matrícula	Cargo	Função
CAMILA SILVEIRA CARDOSO	1219774	Cargo em Comissão Nível 15	Titular
CLÓVIS ANDRÉ SILVA DA SILVA	961600	Cargo em Comissão Nível 14 Geral	Suplente

DESIGNA, conforme disciplinado pelo art. 4º, da Ordem de Serviço 005/2023, de 18/05/2023, os servidores abaixo relacionados, para acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no Contrato nº 99360/2025, firmado entre o Município de Porto Alegre e a empresa LEANDRO DA SILVA ROZA, CNPJ 35.693.869/0001-43, cuja vigência é de 30 (trinta) dias a contar da data presente na Ordem de Início, e o objeto é a realização de uma apresentação artística musical durante o Circuito Cultural do Extremo-Sul, Etapa AMONC, que ocorrerá no dia 27 de dezembro de 2025, na Central das *Bikes*, localizada na Avenida Lami, 7183, no bairro Belém Novo, Porto Alegre/RS, através da Portaria 37035464 de 11/12/2025 (Processo 25.0.000170811-5).

I - Fiscal de Contrato:

Nome	Matrícula	Cargo	Função
GUSTAVO MÜLLER ALVES	1080776	Assistente Administrativo	Titular
ALEX RIBEIRO MARTINS	1044419	Assistente Administrativo	Suplente

II - Fiscal de Serviços:

Nome	Matrícula	Cargo	Função
CAMILA SILVEIRA CARDOSO	1219774	Cargo em Comissão Nível 15	Titular
CLÓVIS ANDRÉ SILVA DA SILVA	961600	Cargo em Comissão Nível 14 Geral	Suplente

DESIGNA, conforme disciplinado pelo art. 4º, da Ordem de Serviço 005/2023, de 18/05/2023, os servidores abaixo relacionados, para acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no Contrato nº 99357/2025, firmado entre o Município de Porto Alegre e a empresa PRODUTORA POAMUSIC LTDA, CNPJ 52.628.597/0001-17, cuja vigência é de 30 (trinta) dias a contar da data presente na Ordem de Início, e o objeto é a realização de duas apresentações artísticas musicais do grupo Rodrigo Almada e Banda, nos dias 14 de dezembro de 2025 e 20 de dezembro de 2025, do Circuito Cultural do Extremo-Sul, através da Portaria 37034533 de 11/12/2025 (Processo 25.0.000170793-3).

I - Fiscal de Contrato:

Nome	Matrícula	Cargo	Função
GUSTAVO MÜLLER ALVES	1080776	Assistente Administrativo	Titular
ALEX RIBEIRO MARTINS	104441902	Assistente Administrativo	Suplente

II - Fiscal de Serviços:

Nome	Matrícula	Cargo	Função
CAMILA SILVEIRA CARDOSO	1219774	Cargo em Comissão Nível 15	Titular
CLÓVIS ANDRÉ SILVA DA SILVA	961600	Cargo em Comissão Nível 14 Geral	Suplente

DESIGNA, conforme disciplinado na Lei 12.827 de 06/05/2021, as servidoras SAMANTA MOTA MARTINS VARGAS, 1437356, Cargo em Comissão Nível 17 Geral, Titular, e PAMELA DA SILVA JAQUES GONCALVES, 1645501, Administradora, Suplente, como Fiscais de Contrato; PAMELA DA SILVA JAQUES GONCALVES, 1645501, Administradora, Titular, e SAMANTA MOTA MARTINS VARGAS, 1437356, Cargo em Comissão Nível 17 Geral, Suplente, como Fiscais de Serviço, para acompanhar e fiscalizar a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no Contrato nº 99187/2025, firmado entre o Município de Porto Alegre e a empresa SILVIA MARIA DA SILVA DUARTE, CNPJ 12.270.754/0001-40, com vigência de 30 dias a contar da assinatura do Contrato, tendo como objeto a apresentação do Grupo Pau-Brasil e convidados, com duração de 01h30min, no Mercado Público de Porto Alegre, em 04/12/2025, na programação do Dia Nacional do Samba, através da Portaria 37008987 de 12/12/2025 (Processo 25.0.000163904-0).

DESIGNA, conforme disciplinado pelo art. 4º, da Ordem de Serviço 005/2023, de 18/05/2023, os servidores VERA LÚCIA SANTOS DOS SANTOS, Arquivista, matrícula 1136909, como Fiscal de Contrato Titular, e sua Suplente TANIA GARCIA OLIVEIRA DE SOUZA, matrícula 1147811, Bibliotecária; e TANIA GARCIA OLIVEIRA DE SOUZA matrícula 1147811, Bibliotecária, como Fiscal de Serviço Titular, e sua suplente VERA LÚCIA SANTOS DOS SANTOS, matrícula 1136909, Arquivista, do Contrato nº 99426/2025, firmado entre o Município de Porto Alegre e ASSOCIAÇÃO MÃES PRETAS, CNPJ nº 52.961.498/0001-52, cuja vigência é de (70) dias, da assinatura até que sejam executadas todas as obrigações e direitos entre as Partes contratadas, e objeto é a prestação de serviços com Oficinas de recreação com atividades de educação afrorreferenciada e monitorias para o KILOMBINHO DE VERÃO – 4ª edição, do dia 05 a 16 de janeiro de 2026, na Av. Bento Gonçalves, 1129, localizado no Bairro Santo Antônio, na cidade de Porto Alegre/RS, através da Portaria 37059479, de 12/12/2025 (Processo 25.0.000139850-7).

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais,

ALTERA, a contar de 09/12/2025, a Portaria 34107206, de 10/06/2025, publicada no DOPA em 11/06/2025, Edição 7535, que designou servidores como Gestoras, Fiscais de Contrato e de Serviços do Contrato nº 85.210/2023, firmado entre o Município de Porto Alegre, através da Secretaria Municipal de Saúde, e o Serviço Especializado de Ginecologia S/S, CNPJ nº 92.827.161/0001-71, com vigência até 17/09/2026, que tem por objeto integrar a Contratada no Sistema Único de Saúde - SUS, nesta Capital, na prestação de serviços de apoio diagnóstico, especificamente do Grupo 02 – procedimentos com finalidade diagnóstica e Sub-Grupo 03 - diagnóstico por anatomia patológica e citopatologia de forma complementar, junto à Secretaria Municipal de Saúde, excluindo TAMARA FERREIRA DE OLIVEIRA, Técnica em Enfermagem, matrícula 558063/01 e incluindo NÁDIA CALIXTO RODRIGUES, Enfermeira, matrícula 1133918/01, como Fiscal de Serviços Titular, através da Portaria 37037519, de 11/12/2025 (Processo 23.0.000094568-4).

DESIGNA GILNEI LUIZ DA SILVA, 577902/02, Enfermeiro, MAIRA JUCÉLI BIANCHI PELLIN, 618000.01, Assistente Administrativo, EMERSON ALVES SANTOS, 1451758.01, Técnico em Enfermagem, CLAUDIA PEIXOTO AZEREDO, 111551.01, Assistente Administrativo, LEONARDO MOURA CAMPANI, 1526529.01, Assistente Administrativo, e GABRIELA BOTTAN, 1474669.01, Enfermeira, para, sob a coordenação do primeiro, constituírem a Comissão de Enfrentamento dos Assédios Sexual e Moral – CEASM, vinculada à Direção-Geral, com objetivo de receber, apreciar e encaminhar denúncias de desvios de conduta ética de assédio sexual e moral praticados por e contra servidores, assim como a comunidade hospitalar, da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), a contar de 01/12/2025, através da Portaria 37012208 de 01/03/2023 (Processo 22.0.000157329-6).

DESIGNA FILIPE PINTO ROJAS, 1081438/1, Assistente Administrativo, AA10406, efetivo, do/da Secretaria Municipal de Saúde, para responder pela função gratificada de Chefe de Equipe, 11150005, do/da Equipe de Faturamento/ Unidade Financeira, Orçamentária e Contratos/Direção Administrativa/Hospital Materno Infantil Presidente Vargas/Secretaria Municipal de Saúde, 18501208, substituindo ALESSANDRO FERNANDES FRAGA, 310545/1, Recepcionista, AA10804, por motivo de FÉRIAS, de 05/01/2026 a 19/01/2026, com base na Lei Complementar 133 de 31/12/1985, artigo 69; Decreto 15047 de 13/01/2006, através da Portaria 37029798 de 11/12/2025 (Processo 25.0.000079536-7).

DESIGNA ALINE CALDEIRA MEDRONHA, 1550950/1, Enfermeiro, ES113NS, efetivo, do/da Secretaria Municipal de Saúde, para responder pela função gratificada de Responsavel Por Atividades III, 11130042, do/da Serviço de Atendimento Especializado em Ist, Hiv/Aids Iapi/Coordenadoria de Saúde Norte/Diretoria de Atenção Primária À Saúde/ Secretaria Municipal de Saúde, 18313005, substituindo VANESSA VERONA, 1047116/1, Enfermeiro, ES113NS, por motivo de Férias, de 10/11/2025 a 19/11/2025, com base na Lei Complementar 133 de 31/12/1985, artigo 69; Decreto 15047 de 13/01/2006, através da Portaria 36104142 de 14/10/2025 (Processo 22.0.000090626-7).

DESIGNA CAROLINA KREMER KLEIN, 1236555/1, Cirurgiao-Dentista, ES110NS, efetivo, do/da Secretaria Municipal de Saúde, para responder pela função gratificada de Gerente de Atividades IV, 11140014, do/da Centro de Especialidades Odontológicas Santa Marta/Coordenadoria de Saúde Oeste/Diretoria de Atenção Primária À Saúde/ Secretaria Municipal de Saúde, 18309009, substituindo MAURICIO PRADO BECKER, 1430769/1, Cirurgiao-Dentista, ES110NS, por motivo de Férias, de 03/11/2025 a 19/11/2025, com base na Lei Complementar 133 de 31/12/1985, artigo 69; Decreto 15047 de 13/01/2006, através da Portaria 35469255 de 05/09/2025 (Processo 25.0.000116374-7).

DIRETOR ADMINISTRATIVO E PATRIMONIAL do DMAE, no uso de suas atribuições legais,

NOMEIA ICARO CEZIMBRA DOS SANTOS, 1462210/1, Engenheiro, ES211NS, efetivo, da Gerência Distrital Norte/ Diretoria de Conservação de Redes, para responder pelo cargo comissionado de Diretor, substituindo ISABEL LEON BACIL COSTA, 1116690/1, Engenheiro, ES211NS, efetivo, por motivo de férias, no período de 02/12/2025 a 19/12/2025, com base na Lei Complementar 133 de 31/12/1985, artigo 69, Decreto 15047 de 13/01/2006, através da Portaria 37024921 de 11/12/2025 (Processo 18.10.000000349-7).

GERENTE DE GESTÃO DE PESSOAS do DMAE, no uso de suas atribuições legais,

CONVOCA GUSTAVO HANKE FINKLER, 1716387/01, Auxiliar de Serviços Técnicos, OB20106, efetivo, para cumprir Regime de Tempo Integral, a contar de 15/12/2025, com base no artigo 37, inciso I, alínea "a" e artigo 131, da LC 133/1985; e artigo 37, inciso I; artigo 44, inciso I, da Lei 6203/1988, e suas alterações, através da Portaria 37042633 de 11/12/2025 (Processo 25.10.000013522-7).

MODIFICA a Portaria 35009400, de 07/08/2025, que designou CRISTIANO MARQUES DA SILVA, 1112856/1, Instalador Hidrossanitário, OP21004, efetivo, do/da Equipe de Obras de Adutoras e Redes de Água/Coordenação de Obras/ Gerencia de Planejamento, Projetos e Obras/Diretoria de Água, para responder pela função gratificada de Líder de Equipe I, 1.2.1.1, do/da Coordenação de Manutenção de Adutoras/Gerencia de Distribuição e Condução/ Diretoria de Tratamento de Água e Esgotos, 84440000, substituindo RICHARD MADISON ALVIENE DA SILVA, 1277006/1, Agente de Saneamento, OP21504, por motivo de Licença Tratamento de Saúde, de 17/07/2025 a 07/08/2025, que passará a ser com a concessão de Gratificação Especial pelo Exercício de Atividades de Lançamento de Tributo, Arrecadação, Execução e Controle da Receita, da Despesa, de Empenho e de Preparo de Pagamento, correspondente à Função Gratificada de Nível 04, com base na Lei Complementar 133 de 31/12/1985, artigo 69, Decreto 15047 de 13/01/2006, através da Portaria 37038015, de 11/12/2025 (Processo 19.10.000009891-4).

MODIFICA a Portaria 34612347, de 11/07/2025, que designou ROGERIO ADRIANO SILVEIRA DA COSTA, 726051/1, Instalador Hidrossanitário, OP21004, efetivo, do/da Coordenação de Manutenção de Adutoras/Gerência de Distribuição e Condução/Diretoria de Tratamento de Água e Esgotos, para responder pela função gratificada de Líder de Equipe I, 1.2.1.1, do/da Coordenação de Manutenção de Adutoras/Gerência de Distribuição e Condução/ Diretoria de Tratamento de Água e Esgotos, 84440000, substituindo JOSE IVAN DA SILVA PINTO, 745537/2, Instalador Hidrossanitário, OP21004, por motivo de gozo de Licença-Prêmio, de 21/07/2025 a 04/08/2025, que passará a ser com a concessão de Gratificação Especial pelo Exercício de Atividades de Lançamento de Tributo, Arrecadação, Execução e Controle da Receita, da Despesa, de Empenho e de Preparo de Pagamento, correspondente à Função Gratificada de Nível 04, com base na Lei Complementar 133 de 31/12/1985, artigo 69, Decreto 15047 de 13/01/2006, através da Portaria 37036216, de 11/12/2025 (Processo 17.10.000005066-0).

COORDENADOR DAS RELAÇÕES DE TRABALHO da GPES/DMAE, no uso de suas atribuições legais,

CONCEDE, a JOÃO HENRIQUE FONSECA TAVARES, 718145/02, Assistente Administrativo, AA20406, efetivo, da D-ADM/GSER/C-IMOBIL/EQ-HIGPRED, Abono de Permanência, a contar de 25/12/2024, por ter preenchido os requisitos determinados pela Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, com redação acrescida pela Emenda nº 047/2021, conforme análise da UCRA-PREVIMPA, através da Portaria 36649715 de 18/11/2025 (Processo 25.13.000005717-1).

DESIGNA os servidores abaixo relacionados, conforme disciplinado na Lei 12.827/2021 e alterações posteriores, para gerenciarem, acompanharem e fiscalizarem a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no Contrato nº 25.10.000007252-7, celebrado entre o DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTOS, CNPJ nº 92.924.901/0001-98, e a empresa CENTRO DE BIOLOGIA EXPERIMENTAL OCEANUS LTDA, CNPJ nº 28.383.198/0001-59, que tem por objeto a contratação de serviços de análises complementares em água superficial e tratada para cumprimento da Portaria GM/MS 888/21, incluindo o envio de frascos e retirada das amostras, no período de 02/01/2026 a 02/01/2027, através da Portaria 37044334 de 11/12/2025 (Processo 25.10.000007252-7).

FUNÇÃO	TITULAR	MATRÍCULA	CARGO	SUPLENTE	MATRÍCULA	CARGO
Fiscal de Contrato	LUCIANA SPARREMBERGER BRASIL	1304607/1	Químico	VANESSA VENTURI	1115278/1	Químico
Fiscal de Serviços	VANESSA VENTURI	1115278/1	Químico	LUCIANA SPARREMBERGER BRASIL	1304607/1	Químico

DESIGNA, os servidores abaixo relacionados, para constituírem a Comissão de Recebimento Definitivo do Contrato nº 22.10.000004086-6, de Elaboração dos projetos executivos da Estação de bombeamento e reservatório de detenção de águas pluviais, redes e canais de macrodrenagem e de microdrenagem, dique de proteção contra cheias e infraestrutura do loteamento Túnel Verde na bacia hidrográfica do Arroio Guabiroba, com a empresa ENCOP ENGENHARIA LTDA, CNPJ nº 92.853.498/0001-53, tendo a Comissão o prazo de 30 (trinta) dias para apresentação de relatório, a contar desta publicação, através da Portaria 37044399 de 11/12/2025 (Processo 22.10.000004086-6).

ATUAÇÃO	SERVIDOR	MATRÍCULA	CARGO
Presidente	CAETANO COELHO SILVA FRAGA	1505734/2	Engenheiro (Adido)
Membro	BRUNO KERWALD SCHNEIDER	1361635/2	Engenheiro (Adido)
Membro	RAFAEL LIMA DA SILVA	1442856/3	Engenheiro (Adido)

MODIFICA, a contar de 01/12/2025, os efeitos da Portaria 36837829, de 01/12/2025, divulgada no DOPA em 03/12/2025, que designou servidores, conforme disciplinado na Lei 12.827/2021 e alterações posteriores, para gerenciarem, acompanharem e fiscalizarem a execução e o adequado cumprimento das cláusulas estabelecidas no Contrato nº 21.10.000009589-4, celebrado entre o DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTOS, CNPJ nº 92.924.901/0001-98, e o Consórcio Aquatec Sul, CNPJ 48.321.206/0001-40, que tem por objeto a prestação de serviços técnicos especializados de gerenciamento e assistência técnica, por meio de Contrato de desempenho visando o aumento da eficiência operacional do serviço de água e saneamento do Departamento Municipal de Água e Esgotos – DMAE, no período de 03/11/2025 a 31/10/2027, que passa a ser conforme a composição abaixo, através da Portaria 37043415, de 11/12/2025 (Processo 25.0.000089555-8).

FUNÇÃO	TITULAR	MATRÍCULA	CARGO
	LEANDRO DE OLIVEIRA SIMÕES	561256/3	Administrador

Fiscal de Contrato	NÍVIA MARIA DE CASTRO TROIS	703154/2	Assistente Administrativo
	EMERSON LEAL NUSSEMEYER	921170/2	Assistente Administrativo
	DEBORA AYALA LOW	1136380/1	Economista
Fiscal de Serviços	ANELISE SA BRITTO DE LIMA	1042955/2	Assistente Administrativo
	GERALDO MAINARDI JUNIOR	704912/3	Administrador (Adido)
	JOÃO BATISTA GUMARÃES NUNES	726166/4	Engenheiro (Adido)
	VITOR LEITE DE GARCIA	1260499/1	Técnico em Saneamento
	PAULO RICARDO BREGAGNOL	700049/2	Assessor Administrativo II
	LUCIANE FARIAS GOMES	721983/1	Assistente Administrativo
	PAULO LUIS PAIM MOREIRA	726981/1	Agente de Serviços Externos

DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, no uso de suas atribuições legais,

MODIFICA a Portaria 32824761, divulgada no DOPA, Edição 7487, de 02/06/2025, INCLUINDO a servidora ÂNGELA MARIA CORREIA DE ANDRADE, Assistente Administrativo, matrícula 1687689, para fiscalizar a execução do Contrato 005/2024 estabelecido prestação de serviços técnicos ambientais, para caracterizar a situação ambiental nas áreas de intervenção da habitação de interesse social e Regularização Fundiária pela empresa GARDEN CONSULTORIA PROJETOS E GESTÃO LTDA, CNPJ nº 07.351.538/0001-90, a contar de 01/12/2025 até 21/02/2026, através da Portaria 37043964 de 11/12/2025 (Processo 23.14.000001648-0).

NOME	MATRÍCULA	CARGO	EM SUBSTITUIÇÃO	MATRÍCULA	ATUAÇÃO	ÓRGÃO
ÂNGELA MARIA CORREIA DE ANDRADE	1687689	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	DENISE PACHECO TILL CAMPOS	678305	FISCAL DE CONTRATO SUPLENTE	DEMHAB

MODIFICA a Portaria 34398633, divulgada na Edição 7549 no dia 03/07/2025, EXCLUINDO os servidores WALTER GABRIEL SANTOS LEÃO, matrícula 664306, Engenheiro, como Fiscal de Serviço Titular, MARCELO MARTINS MARQUESAN, matrícula 29018.2, Engenheiro, como Fiscal de Serviço Suplente, e INCLUINDO o servidor MICHAEL MARTINS DE MOURA, matrícula 172495.9, Engenheiro, como Fiscal de Serviço Suplente, para fiscalizarem a prestação de serviços de demolição de edificações, de construções complementares, separação, remoção e transporte de entulhos, para atender às demandas do Departamento Municipal de Habitação, nas condições estabelecidas no Projeto Básico, pela empresa VIRTUS DEMOLIÇÕES & PAVIMENTAÇÃO LTDA, CNPJ

11.391.862/0001-09, a contar no período 11/12/2025 até 15/04/2026, através da Portaria 37044576 de 11/12/2025 (Processo 25.14.000001628-6).

DIRETOR-PRESIDENTE DA EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTE E CIRCULAÇÃO, no uso de suas atribuições legais,

DESIGNA, no uso das atribuições conferidas pela Lei nº 8.133/98 e pelo Estatuto da Empresa Pública de Transporte e Circulação S/A – EPTC, NIRE LIMA GONÇALVES, 5029, Orientador de Área Azul e SIMONE CABERLON, 17566, Técnico em Trânsito e Transporte, para integrarem o Grupo de Trabalho Projeto Universidades – EPTC no Ensino Superior, a contar da publicação desta Portaria 129, de 11/12/2025 (Processo 18.16.000029799-0).

PRORROGA, no uso das atribuições conferidas pela Lei nº 8.133/98 e pelo Estatuto da Empresa Pública de Transporte e Circulação S/A – EPTC, a vigência do Grupo de Trabalho Projeto Universidades – EPTC no Ensino Superior, pelo período de 01/01/2026 a 31/12/2026, através da Portaria 130 de 10/12/2025 (Processo 18.16.000029799-0).

DIRETOR-PRESIDENTE DO PREVIMPA, no uso de suas atribuições legais,

DESIGNA a servidora VIVIAN GUIMARAES OLIVEIRA DA SILVEIRA, matrícula 1631691/01, Assistente Administrativo (AA60106), para responder pela função gratificada de Chefe de Unidade (16160001) da Unidade de Concessão e Revisão de Pensões, da Divisão Previdenciária, do Departamento Municipal de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Porto Alegre, em substituição a titular TASSIA OLIVEIRA DE OLIVEIRA, matrícula 897659/02, Assistente Administrativo (AA60106), por motivo de férias, no período de 05/01/2026 a 23/01/2026, com base no artigo 69, da Lei Complementar nº 133, de 31/12/1985, alterações posteriores e Decreto nº 15.047, de 13/01/2006, através da Portaria 238 de 11/12/2025 (Processo 23.13.000009454-8).

DESIGNA os servidores JOSÉ FABIANO ROSSI, matrícula 426298/04, Titular, e ROGER SOTORIVA PICCINI, matrícula 1280643/02, Suplente, como Responsáveis/Ponto Focais deste Departamento nas seguintes Demandas Internas: Carta de Serviços/156 Central do Cidadão, Ouvidoria, e-SIC, Portal de Transparência e Corregedoria, bem como nas demandas externas, via sistema e-CGM, que tratam de pedidos/encaminhamentos (RDIs, Solicitação de Informação, Comunicados e Decisão) oriundos do TCE-RS, com base na Instrução Normativa 011/2023 – SMTC/ PMPA através da Portaria 230 de 11/12/2025 (Processo 25.13.000008257-5).

DIRETORA PREVIDENCIÁRIA DO PREVIMPA, no uso de suas atribuições legais,

CONCEDE PENSÃO, em conformidade com o que estabelece o artigo 40, § 7º da Constituição Federal, redação dada pela Emenda Constitucional 103/2019 e Lei Complementar Municipal 478 de 2002, à dependente do servidor aposentado OSCAR CORREA DE FRAGA, matrícula 39801, da Secretaria Municipal do Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade, Identidade Funcional OP-1.21.04.C.06-0, cargo de Jardineiro, padrão 04 – C, Regime de Repartição Simples, regime jurídico estatutário, 30 horas semanais, falecido em 07/10/2025, aposentado conforme Ato 312/1978, revisado pelo Ato 1519/1986 e Ato 1055/1989, sendo a pensão composta por 70% do valor da

aposentadoria recebida pelo segurado, distribuídos da seguinte forma: LINDOLFINA ANTONIA DA SILVA, companheira, a contar de 07/10/2025, à razão de 100%. Observação: o valor do benefício de pensão será complementado até o valor de um salário mínimo, conforme art. 86, da Lei Complementar 478/2002. O valor do benefício fica limitado de acordo com o artigo 24, da Emenda Constitucional 103/2019. A pensão será custeada pelo DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE e seu reajuste será efetivado conforme artigo 63, § 1º, da Lei Complementar Municipal 478/2002, através da Portaria 1124, de 12/12/2025 (Processo 25.13.000007558-7). **"Ato sujeito a modificações, pendente de exame pelo Tribunal de Contas do Estado".**

CONCEDE PENSÃO, em conformidade com o que estabelece o artigo 40, § 7º da Constituição Federal, redação dada pela Emenda Constitucional nº 103/2019 e Lei Complementar Municipal nº 478 de 2002, ao dependente da servidora inativa VERA REGINA ROSA ARAÚJO, matrícula 626792/DMLU, Identidade Funcional OB-3.01.06.D.06-0, cargo de Auxiliar de Serviços Técnicos, padrão 06-D, Regime de Repartição Simples, regime jurídico estatutário, 30 horas semanais, falecida em 23/06/2023, inativada conforme Ato 296/1996, revisado por Ato 885/2008, sendo a pensão composta por 70% do valor da aposentadoria recebida pelo segurado, distribuídos da seguinte forma: MARCOS ANTONIO BATISTA ARAUJO, cônjuge, a contar de 23/06/2023, à razão de 100%. O valor do benefício fica limitado conforme previsto no Artigo 24 da Emenda Constitucional 103, de 12/11/2019. A pensão será custeada por PREVIMPA - DEP. MUNICIPAL PREV. SERV. PÚBL. MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, e seu reajuste será efetivado conforme lei local, através da Portaria 1122, de 12/12/2025 (Processo 25.13.000008917-0). **"Ato sujeito a modificações, pendente de exame pelo Tribunal de Contas do Estado".**

RETIFICA a Portaria 1011/2025, em conformidade com o que estabelece o artigo 40, § 7º da Constituição Federal, redação dada pela Emenda Constitucional 103/2019 e Lei Complementar Municipal 478 de 2002, que concedeu pensão por morte aos dependentes do servidor falecido em atividade ANTONIO DE OLIVEIRA, matrícula 74950.6, do Departamento Municipal de Água e Esgotos, identidade funcional OP-2.10.04.B.02-0, cargo de Instalador Hidrossanitário, padrão 04 - B, Regime de Repartição Simples, regime jurídico estatutário, 30 horas semanais, falecido em 08/07/2025, quanto à reversão de uma cota reservada e inclusão de uma nova pensionista, sendo a pensão composta por 90% do valor da aposentadoria a que teria direito se fosse aposentado por incapacidade permanente na data do óbito, distribuídos da seguinte forma: TEREZINHA AMABILE DE MATOS DE OLIVEIRA, cônjuge, a contar de 08/07/2025, à razão de 33,34% e SOFYHA MENEZES ALVES, menor sob guarda, a contar de 08/07/2025, até a data limite de 21 anos, completados em 09/08/2037, à razão de 33,33%. Observações: Fica reservada uma cota de 33,33% para outro possível pensionista. A pensão será custeada pelo DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE e seu reajuste será efetivado conforme artigo 63, § 1º, da Lei Complementar Municipal 478/2002, através da Portaria 1117, de 11/12/2025 (Processos 25.13.000006299-0 e 25.13.000007211-1). **"Ato sujeito a modificações, pendente de exame pelo Tribunal de Contas do Estado".**

RETIFICA o ato: Portaria 530/2022, e de conformidade com o que estabelece o artigo 6º da Emenda Constitucional nº 041/2003, CONCEDE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, a contar de 01/08/2022, à servidora MARCIA CORREA NIETO, matrícula 715030, DMAE, cargo de OPERADOR DE SUBESTACAO, classe 04-D, Regime de Repartição Simples, regime jurídico estatutário, 30 horas semanais, com proventos mensais integrais composto das seguintes vantagens: Vencimento com referência "D", artigo 33, da Lei nº 6203/88; Decreto Municipal 21562/2022; Avanços: 08+1 (45%), artigo 122 da LC nº 133/85; artigo 124, parágrafo único, da LC nº 133/85; artigo 7º, § 2º, da LC nº 851/19; Gratificação Adicional (24%), artigo 125 da LC nº 133/85; artigo 6º, § 1º, da LC nº 851/19; Parcela Art. 10 LC 851/2019, artigo 10 da LC nº 851/19; Função Gratificada Incorporada de nível (01) - Líder de Equipe I, artigos 110, inciso II e 129, § 1º da LC nº 133/85; artigo 8º da LC nº 851/19; GDG Adicional, artigo 10, da Lei 11.922/15; GDG RST/RTI, § 2º, artigo 10, da Lei 11.922/15; Regime de Tempo Integral (50%), artigos 37, inciso I, alínea "a", 118 e 131, todos da LC nº 133/85; artigo 41, §§ 1º, 2°, 4° e 9, da LC nº 478/02; artigo 43, inciso I, da Lei nº 6309/88; Gratificação por Atividade Insalubre em grau máximo (40%), artigo 40, inciso I da LC nº 478/02; artigo 53 da Lei nº 6203/88; GDAE - Gratificação por Desempenho de Atividade Essencial Fixa (42%), artigo 3º, § 1º e artigo 5º, da Lei nº 11245/12; Decreto nº 19625/16; GDAE - Gratificação por Desempenho de Atividade Essencial Variável (48,66 %), artigo 3º, § 4º e artigo 5º da Lei nº 11245/12; Decreto nº 19625/16; Gratificação de Atividades Especiais correspondente à Função Gratificada de nível (04), artigo 40, inciso I, da LC nº 478/02; artigos 62 e 65, inciso IV, da

Lei nº 6203/88; Média de Serviço Extraordinário (32h30min), artigos 37, inciso II e 38, todos da LC nº 133/85; artigo 41, §§ 1º, 2º e 4º, da LC nº 478/02; artigo 56, da Lei nº 6309/88; a ser custeada por PREVIMPA - DEP. MUNICIPAL PREV. SERV. PÚBL. MUNICIPIO DE PORTO ALEGRE e seu reajuste será efetivado pela paridade. Revisão para concessão das Horas Extras em cumprimento a decisão judicial 5268993-90.2025.8.21.0001 com efeitos pecuniários a contar de 01/01/2026 e os valores retroativos serão pagos mediante RPV ou Precatório. Retificação realizada através da Portaria 1120 de 12/12/2025 (Processo 25.13.000008780-1). **"Ato sujeito a modificações, pendente de exame pelo Tribunal de Contas do Estado".**

Despachos

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO, no uso de suas atribuições legais,

Processo 25.0.000170442-0 - DEFERE o pedido de redução de 08 horas-aula semanais, a contar de 11/12/2025, apresentado por LIZZIE DE FATIMA PIMENTEL FERREIRA, 703853/2, Professor M5, da Secretaria Municipal de Educação, com base no artigo 38, da Lei 6151, de 13/07/1988.

Processo 25.0.000172167-7 - INDEFERE o pedido de concessão de Licença para Acompanhar Cônjuge, apresentado por DENISE SPANEMBERG BIAVATTI, 966918/1, Professor, da Secretaria Municipal de Educação (SMED), por falta de amparo legal.

Processo 25.0.000168044-0 - INDEFERE o pedido formulado por ISABELLY LOUIZE CAVALCANTE DE SOUZA candidata aprovada Concurso Público nº 794 – Guarda Civil Metropolitano como 21º da listagem negro, quanto ao recurso da decisão da Comissão de Avaliação do Ingresso de Cotistas Raciais - CAIA, decidindo pela manutenção do indeferimento, permanecendo a referida candidata somente como 159º lugar da listagem geral de classificação.

Processo 25.0.000141925-3 - RESCINDE, a contar 13/11/2025, a pedido, o Contrato de Trabalho firmado de SOLANGE DA SILVA – AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE CLT IMESF, matricula 1581260/1 – SMS - Unidade de Saúde Barão de Bagé, do Quadro Celetista da Administração Centralizada do Município de Porto Alegre.

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais,

Processo 25.0.000170320-2 - DEFERE o pedido de exclusão dos registros de atrasos, nos dias 22/05/2025, 09/07/2025, 04/09/2025 e 11/09/2025, relativos ao servidor GILBERTO FRANCISCO MAGALHAES CAPELETTO, 1647709/01, Professor M4, da Secretaria Municipal de Educação, com base na análise da área técnica competente.

Processo 25.0.000168112-8 - DEFERE o pedido de exclusão dos registros de faltas, nos dias 14/05/2025, 15/05/2025, 16/05/2025, 19/05/2025, 20/05/2025, 21/05/2025, 22/05/2025, 23/05/2025, 26/05/2025, 27/05/2025, 28/05/2025, 29/05/2025 e 30/05/2025, relativos ao servidor JOAO EDUARDO QUEVEDO REYMUNDE, 1159852/01, Professor M5, da Secretaria Municipal de Educação, com base na análise da Área Técnica competente.

PROCESSO 24.0.000025292-8 - DEFERE o pedido de exclusão do registro de meia-falta, no dia 21/10/2025, relativo à servidora AMANDA CHIARELLI DA SILVA, 1699326/01, Professor M5, da Secretaria Municipal de Educação, com base na análise da Área Técnica competente.

Processo 25.0.000163866-4 - DEFERE o pedido de exclusão do registro de falta, no dia 31/10/2025, relativo à servidora VIVIANE DOMINGUES DA COSTA, 1520768/03, Professor M5, da Secretaria Municipal de Educação, com base na análise da Área Técnica competente.

Processo 25.0.000165130-0 - DEFERE o pedido de exclusão dos registros de meias-faltas, nos dias 02/10/2025, 06/10/2025, 09/10/2025, 13/10/2025, 16/10/2025, 23/10/2025, 30/10/2025 e o registro de falta, no dia 15/10/2025, relativos à servidora VIVIANE RODUIT DE SOUZA, 1008030/02, Professor M5, da Secretaria Municipal de Educação, com base na análise da Área Técnica competente.

Processo 25.0.000165130-0 - DEFERE o pedido de exclusão do registro de meia-falta, no dia 30/10/2025, relativo à servidora AMANDA SUELY RODRIGUES DE VARGAS, 1591673/01, Professor M5, da Secretaria Municipal de Educação, com base na análise da Área Técnica competente.

Processo 25.0.000165130-0 - DEFERE o pedido de exclusão do registro de falta, no dia 15/10/2025, relativo à servidora ANDREA DE OLIVEIRA FERREIRA, 1009737/01, Professor M5, da Secretaria Municipal de Educação, com base na análise da Área Técnica competente.

Processo 25.0.000165130-0 - DEFERE o pedido de exclusão do registro de meia-falta, no dia 22/10/2025, relativo à servidora VANESSA DOS SANTOS SOARES, 1667670/01, Professor M5, da Secretaria Municipal de Educação, com base na análise da Área Técnica competente.

Processo 25.0.000171899-4 - DEFERE o pedido de exclusão do registro de meia-falta, nos dias 08/05/2025, 09/05/2025, 14/05/2025, 16/05/2025, 23/05/2025, 28/05/2025 e 30/05/2025, relativos à servidora JACIARA NUNES KERN, 158322/03, Professor M5, da Secretaria Municipal de Educação, com base na análise da Área Técnica competente.

DIRETORA PREVIDENCIÁRIA DO PREVIMPA, no uso de suas atribuições legais,

Processo 25.13.000007610-9 – INDEFERE, em 12/12/2025, o pedido de aposentadoria realizado pelo servidor GLAUBER MACHADO MARTINS, 117053.8 01, Professor, da Secretaria Municipal de Educação, por falta de amparo legal.

Processo 25.13.000008422-5 – INDEFERE, em 12/12/2025, o pedido de aposentadoria realizado pelo servidor PATRICIA PEDREIRA LAPUENTE, 32307.2 01, Técnico em Nutrição e Dietética, da Secretaria Municipal de Educação, por falta de documento hábil.

DOCUMENTOS OFICIAIS

Documentos Oficiais

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO

EDITAL 196/2025

AVALIAÇÃO DOS COTISTAS RACIAIS

PROCESSO 25.0.000172289-4

O MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio, no uso de suas atribuições legais, através da Diretoria de Seleção de Provimento, torna público:

1. A convocação dos candidatos listados abaixo para a realização da avaliação dos cotistas raciais, de acordo com o previsto no Edital de Abertura do respectivo concurso.

Edital de Abertura	Cargo	Class. Acesso PN	Nome
001/2024	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	6º	ALEX MARCHAND
080/2024	MONITOR	2º	ANÁLIA VIVIAN VARGAS SILVEIRA
080/2024	MONITOR	1º	CLÁUDIA CABRAL DOS SANTOS
175/2023	ASSISTENTE OPERACIONAL	6º	CRISTYANO DA SILVA ALVES ANDRADES FIDELIS
080/2024	MONITOR	4º	DÉBORA LOPES LARANJEIRA
080/2024	MONITOR	3º	ESTER CHAVES DA COSTA
084/2024	GUARDA CIVIL METROPOLITANO	32º	FELIPE RODRIGUES LUCAS BELCHIOR
002/2024	OPERADOR DE MÁQUINAS ESPECIAIS	2º	GILMAR DE OLIVEIRA ARAÚJO
080/2024	MONITOR	6º	JANAINA FERREIRA DOS SANTOS
175/2023	ASSISTENTE OPERACIONAL	5º	JULIANE DE AGUIAR GARCIA LAUREANO
044/2024	RESIDENTE JURÍDICO	27º	LEONAN FLORIANO DOS SANTOS
080/2024	MONITOR	5º	MARINA ANTÔNIA DOS SANTOS MEIRELLES

002/2024	INSTALADOR HIDROSSANITÁRIO	5º	WILLIAM DA SILVA FREITAS

1.1. Os candidatos deverão comparecer na Rua Siqueira Campos, 1300, 6º andar, sala Matriz – Centro Histórico - Porto Alegre/RS, no dia 18/12/2025 (quinta-feira) às 09h15min, munidos de documento oficial de identificação com foto.
1.2. Não será aplicada avaliação fora do dia, horário e locais designados por este Edital, sendo de responsabilidade do candidato a identificação correta do local de realização da avaliação e o comparecimento na data e no horário determinado.

2. A Equipe de Ingresso realizará a fotografia do candidato avaliado, contendo obrigatoriamente a face descoberta e os ombros do candidato. A foto será utilizada somente para fins de identificação nesse certame, conforme previsto no art. 19 do Decreto 22.426/2024.

3. Os critérios para a avaliação da fenotipia dos candidatos, conforme Decreto 22.426/2024, consistirá na análise das características individuais de fenotipia de pessoa negra, sendo considerada a cor da pele (preta ou parda) e os aspectos predominantes dos traços negróides: lábios, nariz e cabelos.

4. O Edital de Publicação dos Resultados será divulgado no Diário Oficial do Município de Porto Alegre (DOPA) e na *Internet,* no endereço eletrônico oficial www.portoalegre.rs.gov.br/concursos.

Porto Alegre, 12 de dezembro de 2025.

ADRIANA DOS SANTOS CAIERON, Diretora de Seleção e Provimento.

EDITAL 197/2025

CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA HPS
PROCESSO 24.0.000142776-4

A Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio TORNA SEM EFEITO a convocação dos candidatos abaixo relacionados, efetuada através dos Editais 193/2025 e 194/2025, disponibilizado no Diário Oficial de Porto Alegre em 04/12/2025, Edição 7660, e 10/12/2025, Edição 7664, respectivamente, para a contratação temporária por tempo determinado, em atendimento à Lei 14.195, de 18 de março de 2025 da Secretaria Municipal de Saúde – SMS, tendo em vista a expiração do PSS nº 008/2025 em 15/10/2025.

CLASSIFICAÇÃO	NOME
24º	ROSENILDA MEDIANEIRA DA SILVA
25º	LUCAS DOS SANTOS
26º	ALINA DE OLIVEIRA DUARTE
27º	KELEN PETITEMBERTE DA SILVA
28º	PAULA ARIANE FONSECA HERNANDES
29º	DOUGLAS VEDOI MARINS
30º	CARINE GUEDEZ CORREA DA SILVA
31º	EDUARDO ESPINDOLA DO NASCIMENTO
32º	PRISCILA FERNANDES DOS SANTOS
33º	MICHELLE MONTARDO DOS SANTOS SALDANHA
34º	LARISSA SOUZA DA COSTA

Porto Alegre, 11 de dezembro de 2025.

ELVIO ALBERTO DOS SANTOS, Secretário Municipal de Administração e Patrimônio.

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

INSTRUÇÃO NORMATIVA 017/2025

PROCESSO 25.0.000167620-5

Aponta critérios para a dispensa da análise da pontuação mínima obrigatória e opcional a que se refere o art. 17 da Lei Complementar nº 960, de 05 de outubro de 2022, revoga a Instrução Normativa nº 015/2023 e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Decreto nº 21.585, de 26 de julho de 2022,

DETERMINA:

Art. 1º Fica dispensada a análise do atingimento das pontuações mínimas obrigatórias e opcionais a que se refere o art. 17 da Lei Complementar nº 960, de 05 de outubro de 2022, nos seguintes casos:
I – projetos de habitação unifamiliar, constituídos de, no máximo, 02 (duas) economias;
II – projetos de reciclagem de uso ou de reforma em edificações existentes, sem aumento de área construída;
III – projetos de reciclagem de uso ou de reforma em edificações existentes, com aumento de área construída, desde que cumulativamente:
a) o projeto tenha enquadramento obrigatório no Regime Especial +4D, nos termos do art. 20 da Lei Complementar nº 960, de 05 de outubro de 2022;
b) a edificação com aumento de área construída se restrinja ao limite máximo de 12,50m (doze metros e cinquenta centímetros) de altura;
IV – projetos de construção nova, desde que, cumulativamente:
a) o projeto tenha enquadramento obrigatório no Regime Especial +4D, nos termos do art. 20 da Lei Complementar nº 960, de 05 de outubro de 2022;
b) a proposta não contemple qualquer solicitação de flexibilização urbanística ou de concessão de benefícios;
c) a edificação se restrinja ao limite máximo de 12,50m (doze metros e cinquenta centímetros) de altura;
V – projetos de construção nova, desde que cumulativamente:
a) o projeto não tenha enquadramento obrigatório no Regime Especial +4D, nos termos do art. 20 da Lei Complementar nº 960, de 05 de outubro de 2022;
b) a edificação se restrinja ao limite máximo de 12,50m (doze metros e cinquenta centímetros) de altura.
§ 1º Nos casos a que se refere este artigo, a análise quanto à aprovação do projeto será realizada mediante a verificação do atendimento do respectivo regime, nos termos do art. 14 da Lei Complementar nº 960, de 05 de outubro de 2022.
§ 2º Nos casos previstos no inciso I deste artigo, a análise do atingimento de pontuação mínima fica dispensada ainda que o projeto se enquadre no disposto no art. 20 da Lei Complementar nº 960, de 05 de outubro de 2022.

Art. 2º A requerimento do proponente, poderá ser facultada a análise da aprovação do projeto de acordo com os ditames da Lei Complementar nº 960, de 05 de outubro de 2022, nos seguintes casos:
I – aprovação de projetos de edificação ou de parcelamento do solo com Declaração Municipal (DM) ou Estudo de Viabilidade Urbanística (EVU) válidos;
II – aprovação de projetos de edificação ou de parcelamento do solo com tramitação em curso nos órgãos municipais;
III – modificação de projetos válidos.
§1º Optando o proponente pela não aplicação da Lei Complementar nº 960, de 05 de outubro de 2022, a análise se dará pelas normas vigentes quando da emissão da DM, do EVU, da aprovação do projeto válido ou do protocolo do pedido de aprovação junto aos órgãos municipais, conforme o caso.

§2º Em qualquer caso, havendo a opção pela não aplicação da Lei Complementar nº 960/2022, aplicar-se-ão os Decretos e Instruções Normativas pertinentes.

Art. 3º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Fica revogada a Instrução Normativa GS-SMAMUS nº 015/2023.

Porto Alegre, 11 de dezembro de 2025.

GERMANO BREMM, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade.

EDITAL 040/2025

CADASTRAMENTO DE LOGRADOURO
PROCESSO 23.0.000106643-9

A SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE torna público que, no dia 17/11/2025, de acordo com o que consta no Processo SEI 23.0.000106643-9, foram cadastrados como logradouro público as RUAS FLOR DE PESSEGUEIRO, FLOR DE MAIO e FLOR DO CAMPO, conforme arquivo do Levantamento Cadastral.

Porto Alegre, 03 de novembro de 2025.

GERMANO BREMM, Secretário Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

INSTRUÇÃO NORMATIVA 016/2025

PROCESSO 25.0.000166473-8

Dispõe sobre a manutenção do estágio probatório dos servidores ocupantes do cargo de Professor designados para funções de Gestão Pedagógica ou Apoio Administrativo Escolar, no âmbito da Rede Municipal de Educação de Porto Alegre.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 11 e 12 do Decreto Municipal nº 16.256, de 25 de março de 2009, que tratam da suspensão do estágio probatório nos casos em que o servidor se afasta do exercício das atribuições típicas do cargo efetivo, bem como definem as hipóteses em que sua continuidade somente se mantém mediante desempenho das atividades próprias da carreira;

CONSIDERANDO o entendimento exarado pela Comissão de Avaliação de Desempenho do Estágio Probatório (CADEP-SMAP), no Processo SEI nº 25.0.000064588-8, reconhecendo a possibilidade de manutenção do estágio probatório quando houver exercício concomitante das atribuições docentes e de atividades de Gestão Pedagógica, desde que preservada a avaliação objetiva das competências inerentes ao cargo de Professor;

CONSIDERANDO o crescente número de servidores ingressantes na Rede Municipal de Educação, muitos dos quais manifestam interesse em compor equipes pedagógicas e exercer atividades de Apoio Administrativo Escolar;

CONSIDERANDO a relevância das funções pedagógicas na promoção da aprendizagem, no alinhamento curricular e na consolidação das diretrizes educacionais estabelecidas pela Rede Municipal de Educação de Porto Alegre;

CONSIDERANDO, ainda, a necessidade de padronizar procedimentos e estabelecer parâmetros claros e uniformes para o acompanhamento, avaliação e consolidação do estágio probatório dos servidores ocupantes do cargo de Professor, inclusive quando designados para funções pedagógicas ou de apoio administrativo escolar,

RESOLVE:

Art. 1º A presente Instrução Normativa regulamenta os critérios para a manutenção do estágio probatório dos servidores ocupantes do cargo de Professor, quando designados, de forma concomitante ao exercício da docência, para o desempenho de funções de Gestão Pedagógica (Supervisor Escolar, Orientador Educacional ou Coordenador Pedagógico) ou para funções de Apoio Administrativo Escolar (Coordenador de Turno), no âmbito da Rede Municipal de Educação de Porto Alegre.

Art. 2º O estágio probatório não será suspenso, nos termos dos arts. 11 e 12 do Decreto Municipal nº 16.256/2009, quando o servidor designado para funções de Gestão Pedagógica ou para funções de Apoio Administrativo Escolar:
I – Permanecer desempenhando, com regularidade, as atividades nucleares do cargo de Professor, com no mínimo 20 (vinte) horas semanais de docência;
II – Possuir designação formal emitida pela unidade escolar, com discriminação da carga horária destinada à docência e à função exercida.

Art. 3º Para fins desta Instrução Normativa, consideram-se:
I – Atividades nucleares do cargo de Professor: aquelas realizadas em sala de aula, diretamente com estudantes, compreendendo planejamento, regência, execução e avaliação pedagógica;
II – Funções de Gestão Pedagógica: aquelas desempenhadas no âmbito da Supervisão Escolar, Orientação Educacional e Coordenação Pedagógica;
III – Funções de Apoio Administrativo Escolar: aquelas relativas à organização operacional da rotina escolar, desempenhadas no âmbito da Coordenação de Turno.

Art. 4º Compete à Direção da unidade escolar:
I – Formalizar a designação do servidor para função de Gestão Pedagógica ou de Apoio Administrativo Escolar, por meio de Processo SEI destinado ao acompanhamento de quadro de Recursos Humanos, contendo a indicação da carga horária destinada à docência e às atribuições da função designada;
II – Assegurar o cumprimento da carga horária mínima de docência prevista nesta Instrução Normativa;
III – Acompanhar o desempenho funcional do servidor estagiário nos termos dos instrumentos avaliativos definidos pela SMED, garantindo o registro das informações necessárias à verificação de sua atuação docente;
IV – Manter arquivamento dos documentos que comprovem a designação, a distribuição de carga horária, as atividades desempenhadas e as avaliações realizadas, para fins de controle, auditoria e instrução processual;
V – Comunicar formalmente à Diretoria de Gestão de Pessoas qualquer alteração na carga horária docente ou na função designada, para fins de atualização cadastral e continuidade da avaliação do estágio probatório.

Art. 5º O descumprimento da carga horária mínima de docência prevista no art. 2º implicará a suspensão do estágio probatório, nos termos do Decreto Municipal nº 16.256/2009, retomando-se a contagem do tempo de avaliação quando restabelecidas as condições para sua continuidade.

Art. 6º A SMED poderá expedir normas complementares, formulários, orientações e fluxos operacionais necessários ao fiel cumprimento desta Instrução Normativa.

Art. 7º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Alegre, 11 de dezembro de 2025.

LEONARDO DUARTE PASCOAL, Secretário Municipal de Educação.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL

RESIDÊNCIA MÉDICA EM MEDICINA FETAL E ENDOSCOPIA GINECOLÓGICA
PROCESSO 25.0.000127785-8

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, por intermédio da Comissão de Residência Médica do Hospital Materno-Infantil Presidente Vargas (COREME/HMIPV), torna público o resultado da seleção às vagas do programa de Pós-Graduação na modalidade de Residência Médica em Medicina Fetal e Endoscopia Ginecológica para ingresso no ano de 2026, conforme abaixo.

Porto Alegre, 12 de dezembro de 2025.

GIOVANI DA SILVA CAMPOS, Coordenadora da COREME/HPS.
FERNANDO RITTER, Secretário Municipal de Saúde.

Resultado Medicina Fetal - Classificação

http://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/5894_ce_581874_1.pdf

Resultado Endoscopia Ginecológica - Classificação

http://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/5894_ce_581874_2.pdf

INSTRUÇÃO NORMATIVA 37062269/2025

PROCESSO 25.0.000170407-1

Define o funcionamento de serviços de saúde da Secretaria Municipal de Saúde nos dias 24, 26 e 31 de dezembro de 2025 e 02 de janeiro de 2026, considerando a publicação do Decreto Municipal nº 25.574, de 10 de dezembro de 2025 (37021433).

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PORTO ALEGRE, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 89 e inciso VI, do artigo 161 da Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO o disposto no parágrafo único do artigo 3º do Decreto Municipal 18.436, de 23 de outubro de 2013, que considera como serviços e atividades de natureza essencial, saúde pública, serviços médicos, hospitalares e assistenciais;

CONSIDERANDO que o Secretário Municipal de Saúde é o Gestor Local do SUS e, portanto, autoridade máxima do Município em Saúde;

CONSIDERANDO as atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990 e Lei Complementar 141, de 13 de janeiro de 2012, enquanto Gestor local do SUS e autoridade sanitária;

CONSIDERANDO o artigo 3º da Instrução Normativa 001/2013 que resolve que quaisquer eventualidades não afastam a discricionariedade de convocação de qualquer servidor da área da saúde, a ser feita pelo Secretário Municipal de Saúde, de forma verbal ou escrita, visando atender necessidade de saúde essencial nos dias elencados como ponto facultativo, assim descritos no Decreto Municipal nº 10.149/1991.

RESOLVE:

Art. 1º Nos dias 24 e 31 de dezembro de 2025, os serviços de saúde da Secretaria Municipal de Porto Alegre, face à natureza essencial, funcionarão conforme o quadro abaixo:

DIAS	SERVIÇOS COM ATIVIDADES SUSPENSAS (SUBMETIDOS AO PONTO FACULTATIVO - SEM COMPENSAÇÃO)	SERVIÇOS QUE NÃO ESTÃO SUBMETIDOS AO PONTO FACULTATIVO, PORTANTO DEVEM FUNCIONAR DE ACORDO COM O HORÁRIO HABITUAL
24 E 31 DE DEZEMBRO	I. Áreas administrativas da Sede da SMS; II. HPS: áreas administrativas, equipe de segurança do paciente, Núcleo de Ensino e Pesquisa, Comissão de Controle de Infecção hospitalar, Coordenações de Enfermagem, Serviços Especializados em Engenharia e Medicina do Trabalho e Núcleo de Regulação Interna, setor de Farmácia do HPS; III. Hospital Materno-Infantil Presidente Vargas: áreas administrativas, ambulatório, assessoria de ensino e pesquisa, NAQH/NIR; Comissão de Controle de Infecção Hospitalar, Comissão de Segurança do Paciente, cirurgias eletivas e exames complementares radiológicos eletivos; IV. Laboratório Central de Saúde Pública de Porto Alegre; V. Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul: área administrativa; VI. Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU: área administrativa; VII. Serviços relacionados à Diretoria de Vigilância em Saúde. VIII. Unidades Básicas de Saúde, Unidades de Saúde da Família, Farmácias Distritais e CELME; IX. Serviços de atenção especializada e ambulatorial;	I. HPS: área assistencial; II. HMIPV: área assistencial - exceto ambulatório; III. Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul: área assistencial; IV. Plantão de notificação epidemiológica; V. Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU: área assistencial; VI. Equipe de Regulação Hospitalar – ERHOSP. VII. CAPS 3, CAPS 4 e SRTs

Art. 2º Nos dias 26 de dezembro de 2025 e 02 de janeiro de 2026, todos os serviços de saúde da Secretaria Municipal de Porto Alegre, inclusive as áreas administrativas, terão seu funcionamento em horário normal.

Art. 3º Nos dias referidos no artigo 2º, os serviços relacionados na primeira coluna do art. 1º, poderão adotar regime de revezamento entre os servidores, observado o seguinte:

§ 1º Escala de revezamento: a chefia imediata, validada pela respectiva Diretoria, deverá elaborar uma escala de revezamento entre os servidores de cada setor, garantindo a permanência de número suficiente de servidores para assegurar a continuidade e a manutenção adequada dos serviços.

§ 2º A adesão à escala de revezamento é facultativa ao servidor e, em caso aderindo, a jornada de trabalho deverá ser cumprida integralmente e de forma presencial.

§ 3º Os Agentes Comunitários de Saúde (ACS) e Agentes de Combate à Endemias (ACE), ainda que lotados em serviços parcerizados ou não próprios, estão submetidos ao regramento disposto neste artigo.

Art. 4º Nos dias 26 de dezembro de 2025 e 02 de janeiro de 2026 não será permitido a realização de atividade na

modalidade de teletrabalho, sendo obrigatório o cumprimento de sua carga horária integral de forma presencial.

Art. 5º A compensação de horas para servidores que optarem pelo regime de revezamento de que tratar o art. 2º e 3º, deverá obedecer às regras descritas no Decreto nº 23.574/2025 (37021433), resumidas conforme a seguir:
§ 1º Prazo para compensação: As horas não trabalhadas devem ser compensadas até 03 de abril de 2026. Horas não compensadas serão revertidas em faltas, atrasos ou meias-faltas, conforme legislação vigente.
§ 2º Teletrabalho: A compensação de horas para servidores em teletrabalho deve ser realizada presencialmente.
§ 3º Banco de horas: Saldos positivos de banco de horas preexistentes podem ser utilizados para a compensação.
§ 4º Gestantes: Servidoras gestantes que não dispuserem de saldo positivo de banco de horas para compensação dessas horas não trabalhadas poderão, a pedido, ter o período para compensação estendido por 60 (sessenta) dias, contados da data de retorno ao trabalho, após o término da Licença-Gestante (LG).
§ 5º Servidores em Licença: Aqueles em Licença para Tratamento de Saúde (LTS) ou Licença Acidente de Trabalho (LAT) podem, a pedido, ter o período para compensação estendido pelo número de dias em LTS ou LAT durante o curso do prazo.
§ 6º A carga horária máxima de trabalho, incluídas as horas destinadas à compensação, será de 10 (dez) horas diárias para os servidores em geral.

Art. 6º Situações excepcionais e/ou extraordinárias devem ser deliberadas com as respectivas Diretorias.

Art. 7º Considerando o regime específico dos Contratos de estágios, aqueles que exercem atividades junto à Secretaria Municipal de Saúde, deverão observar as seguintes orientações:
§ 1º Se o setor não for submetido ao ponto facultativo nos dias 24 e 31 de dezembro de 2025 e tampouco ao revezamento nos dias 26 de dezembro 2025 e 02 janeiro de 2026, o estagiário deve cumprir o horário normal (respeitando o limite da efetividade - 88h, 100h, 132h).
§ 2º Se o setor for submetido ao ponto facultativo nos dias 24 e 31 de dezembro de 2025 e ao revezamento nos dias 26 de dezembro 2025 e 02 janeiro de 2026 e o setor estiver aberto, havendo servidor responsável e disponibilidade do estagiário, este pode comparecer no seu horário de estágio.
§ 3º Caso o estagiário não compareça nos dias 24, 26 e 31 de dezembro 2025 e 02 janeiro de 2026:
I - Para estagiários de 04h/dia e 05h/dia a compensação poderá ser realizada, com autorização do supervisor/chefia, até 14 de janeiro de 2026, devendo respeitar o limite diário (06h), semanal (30h) e do período da efetividade (88h e 100h respectivamente);
II - Para estagiários de 06h/dia, caso o setor funcione aos sábados, pode haver a compensação do dia 24 de dezembro 2025 no dia 27 de dezembro de 2025 e do dia 31 dezembro 2025 no dia 03 janeiro 2026. Caso o setor não funcione no sábado, não há possibilidade de compensação das horas.

Art. 8º Essa Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Alegre, 12 de dezembro de 2025.

FERNANDO RITTER, Secretário Municipal de Saúde.

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTOS

EDITAL 045/2025

CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE OPERADOR DE SUBESTAÇÃO
PROCESSO 25.10.000011567-6

O DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTOS, através da Diretoria Administrativa e Patrimonial, torna público o convite para os profissionais listados abaixo, selecionados por meio do CP 089/2024 – Operador de Subestação manifestarem interesse na contratação temporária por tempo determinado, em atendimento à

necessidade de excepcional interesse público, conforme Lei 14.336, de 03 de outubro de 2025 e Processo 25.10.000006813-9.

1. A presente contratação terá vigência de Contrato pelo prazo de até 02 (dois) anos, a partir da assinatura do Termo de Admissão por Tempo Determinado, podendo ser prorrogada uma vez, por igual período, a critério da Administração, nos termos da Lei nº 14.336/2025, Artigo 6°.

2. Para atendimento da necessidade da Administração, os candidatos serão convocados para cumprir Regime de Tempo Integral (RTI), com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas e acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento básico mensal, nos termos do art. 37, da Lei Municipal nº 6.203, de 03 de outubro de 1988.
2.1 Os candidatos admitidos deverão ter, obrigatoriamente, disponibilidade para cumprimento do Regime de Tempo Integral, conforme necessidade do Departamento.
2.2 A lotação e o horário de trabalho serão definidos de acordo com a necessidade do Departamento, e o preenchimento das vagas observará, rigorosamente, a ordem de classificação do Concurso Público e a disponibilidade de vagas.
2.3 Os servidores admitidos estão sujeitos aos deveres funcionais, às proibições, às responsabilidades e às penas disciplinares previstas na Lei Complementar nº 133 de 1985 e alterações posteriores, no que couber, bem como ao Plano Classificado de Cargos do DMAE – Lei 6.203/1988 e alterações, no que couber, e/ou na legislação específica de cada cargo naquilo que couber.
2.4 Os admitidos, poderão ser submetidos ao regime de plantão de 12 (doze) horas consecutivas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas consecutivas de descanso, observadas as disposições da Lei Complementar nº 341, de 17 de janeiro de 1995, e suas alterações posteriores.

3. Os candidatos convocados receberão as instruções para admissão por meio do *e-mail* informado no momento da inscrição no concurso, com as devidas orientações que deverão ser rigorosamente seguidas para tratar da admissão.
3.1. A convocação dos candidatos dar-se-á levando em consideração as listas de Ampla Concorrência (AC), reserva de vagas para Pessoas Negras (PN) e reserva de vagas para Pessoas com Deficiência (PcD), conforme regramento estabelecido no Edital de Abertura 001/2024, em seus itens 6 e 7.
3.2. Os candidatos convocados listados abaixo deverão comparecer na Rua 24 de Outubro nº 200, Sala da Coordenação de Ingresso e Movimentação, na QUINTA-FEIRA, 18/12/2025, das 09h às 14h, para manifestação de interesse na contratação temporária, devendo apresentar documento de identificação oficial com foto e currículo *vitae*.

Nome	Classificação Geral	Reserva de Vagas – Pessoas Negras (PN)	Reserva de Vagas – Pessoas com deficiência (PcD)
RICARDO DE MELO HOLSBACK	11ª Geral	-	-
GILMAR DOS SANTOS AIRES	65ª Geral	-	1ª PcD
ALEX FERNANDES SANTANA	26ª Geral	3ª PN	-
RAPHAEL SILVA DE OLIVEIRA	12ª Geral	-	-
RODRIGO BARBOSA FERREIRA	13ª Geral	-	-

3.3. Na convocação coletiva serão esclarecidas a forma de contratação, a documentação necessária, a remuneração e a carga-horária de trabalho.
3.4. A contratação temporária não acarreta qualquer prejuízo aos candidatos na continuidade da nomeação do referido Concurso Público, conforme autorizações de vagas pela Administração.

4. Para a Admissão, os candidatos deverão comparecer com a documentação original listada abaixo, na Rua 24 de Outubro, nº 200, Sala da Coordenação de Ingresso e Movimentação, em data e horário a serem informados na data da convocação coletiva:
I - Documento de identificação com foto e CPF – Cadastro de Pessoa Física;
II - Título de Eleitor;
III - Certidão de Quitação Eleitoral fornecida pelo TRE (endereço https://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral), não serão aceitas justificativas;

IV - Certificado de reservista ou dispensa de incorporação. Documento comprobatório de quitação das obrigações militares para candidatos do sexo masculino com idade igual, ou superior a 18 (dezoito) anos, até 45 (quarenta e cinco) anos completos;
V - PIS ou PASEP. Será aceito o Cartão do Cidadão ou documento de identificação que contenha o número. Se não estiver cadastrado, é necessário negativa expedida pela Caixa Econômica Federal;
VI - Documento comprobatório de escolaridade, conforme requisitos mínimos constantes no quadro demonstrativo de vagas do Edital de Abertura do CP 089/2024 – Operador de Subestação;
VII – Comprovante de Residência (conta de água, luz, gás ou telefonia; não serão aceitos boletos ou contas de estabelecimentos comerciais);
VIII - Certidão Judicial Criminal Negativa Justiça Estadual - TJRS;
IX - Certidão Judicial Criminal Federal - TRF4;
X - Certidão de Crimes Eleitorais - TRE;
XI - Última Declaração Completa do Imposto de Renda e Recibo.
4.1. Documentos Opcionais, passíveis de serem exigidos, conforme o caso:
a) Certidão de Nascimento do(s) filho(s), se for o caso;
b) Termo de adoção e/ou guarda, conforme o caso;
c) CPF do(s) filho(s), se for o caso;
d) Certidão de casamento ou União Estável, se for o caso;
e) Comprovante do pedido de exoneração, a contar da data da assinatura do Termo de Admissão;
f) Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho, a contar da data da assinatura do Termo de Admissão, homologado pelo Sindicato, quando couber.
g) Alteração contratual ou baixa da empresa, ou MEI, se for o caso;
4.2. No caso de o candidato possuir empresa como sócio administrador ou sócio gerente ou MEI, deverá entregar alteração contratual ou baixa da empresa ou MEI, exceto na qualidade de acionista, quotista ou comanditário.
4.3. Em caso de acumulação de cargo, apresentar obrigatoriamente contracheque do órgão de origem, se aplica às funções temporárias, cargos e empregos públicos acumuláveis, previstos pela Constituição Federal, art. 37, XVI, desde que exista compatibilidade de horários.
4.3.1. No caso do candidato possuir cargo público não acumulável ou aposentadoria decorrente de cargo público, seja de órgão público, autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público, nas esferas federal, estadual ou municipal, ou nas Forças Armadas, no momento da convocação deverá entregar o comprovante do pedido de exoneração a contar da data da posse ou Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho, ou Termo de Cessação da Aposentadoria.

5. Os candidatos convocados serão submetidos à inspeção de saúde, agendada pelo Departamento, para comprovação da aptidão física necessária para o exercício da função temporária.
5.1. O não comparecimento na data agendada para a inspeção médica e exames implicará na eliminação do candidato à função temporária, sem prejuízos à classificação no concurso, ressalvadas situações de impedimento absoluto devidamente comprovadas.
5.2. A inaptidão admissional atestada no laudo do médico perito implicará na eliminação do candidato, sendo considerado inabilitado e perdendo o direito a ocupar a vaga temporária, independente de notificação, e sua substituição ocorrerá observando a ordem de classificação.

6. A remuneração será composta de valor equivalente ao vencimento básico inicial do cargo correspondente à função para a qual for contratado, regime de trabalho integral (RTI), gratificações e vale-alimentação.
6.1 A Gratificação por Desempenho de Atividade Essencial (GDAE), será concedida nos termos da Lei nº 11.245/2012, cuja GDAE Variável é calculada com base no percentual referente à Lei 13.659/2023.
6.2. O vale-alimentação será concedido nos termos da Lei nº 7.532/1994.
6.3. Quadro de REMUNERAÇÃO MENSAL

Cargo	Remuneração Padrão			Gratificações		Vale-Alimentação	Remuneração Mensal[1]
	Padrão do Cargo	Vencimento Básico	Regime de Trabalho RTI	GDAE Fixa	GDAE Variável		
Operador de Subestação	4	R$ 1.130,88	R$ 565,44	R$ 474,97	R$ 981,38	R$ 800,00	R$ 3.952,67

¹ Valores referentes ao mês de setembro de 2025. A remuneração será atualizada nos mesmos períodos e pelos mesmos índices aplicados aos reajustes da remuneração dos servidores efetivos.

6.4 O vale-transporte será facultativo, mediante solicitação do contratado, e subsidiado pelo Departamento, em conformidade com o estabelecido pela Lei Municipal nº 5.595/1985, e pelo Decreto nº 20.681/2020.
6.5. Os contratados para as funções previstas neste Edital poderão perceber adicional de periculosidade ou de insalubridade, nos percentuais de 20% (vinte por cento), 30% (trinta por cento) ou 40% (quarenta por cento) sobre o vencimento básico, conforme as atividades realizadas e condicionado à emissão de laudo técnico oficial.
6.6. Aos admitidos para as funções previstas neste Edital, no caso de convocação para o serviço noturno, fica assegurado o adicional noturno, nos termos da Lei.
6.7 O servidor temporário terá direito a férias e gratificação natalina, conforme previsto na Lei nº 14.336/2025.
6.8 Aplica-se aos servidores admitidos o exposto no §1º do Art. 8º da Lei 14.336 “As vantagens de caráter individual ou pessoal dos servidores efetivos não serão consideradas como paradigma de remuneração para os contratados temporariamente”.

7. Ao contratado será aplicado o Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

8. A assinatura do Termo de Admissão será agendada pela Coordenação de Ingresso e Movimentação mediante aptidão admissional e análise da documentação.

Porto Alegre, 11 de dezembro de 2025.

JEZONI LUIS DIAS ALMEIDA, Diretor Administrativo e Patrimonial do DMAE.

EDITAL 046/2025

CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE TÉCNICO INDUSTRIAL
PROCESSO 25.10.000000180-8

O DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTOS, através da Diretoria Administrativa e Patrimonial, torna público o convite para os profissionais listados abaixo, selecionados por meio do CP 093/2024 – Técnico Industrial manifestarem interesse na contratação temporária por tempo determinado, em atendimento à necessidade de excepcional interesse público, conforme Lei 14.336, de 03 de outubro de 2025 e Processo 25.10.000006813-9.

1. A presente contratação terá vigência de Contrato pelo prazo de até 02 (dois) anos, a partir da assinatura do Termo de Admissão por Tempo Determinado, podendo ser prorrogada uma vez, por igual período, a critério da Administração, nos termos da Lei nº 14.336/2025, Artigo 6°.

2. Para atendimento da necessidade da Administração, os candidatos serão convocados para cumprir Regime de Tempo Integral (RTI), com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas e acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento básico mensal, nos termos do art. 37, da Lei Municipal nº 6.203, de 03 de outubro de 1988.
2.1 Os candidatos admitidos deverão ter, obrigatoriamente, disponibilidade para cumprimento do Regime de Tempo Integral, conforme necessidade do Departamento.
2.2 A lotação e o horário de trabalho serão definidos de acordo com a necessidade do Departamento, e o preenchimento das vagas observará, rigorosamente, a ordem de classificação do Concurso Público e a disponibilidade de vagas.
2.3 Os servidores admitidos estão sujeitos aos deveres funcionais, às proibições, às responsabilidades e às penas disciplinares previstas na Lei Complementar nº 133/1985 e alterações posteriores, no que couber, bem como ao Plano Classificado de Cargos do DMAE – Lei 6.203/1988 e alterações, no que couber, e/ou na legislação específica de cada cargo naquilo que couber.
2.4 Os admitidos, poderão ser submetidos ao regime de plantão de 12 (doze) horas consecutivas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas consecutivas de descanso, observadas as disposições da Lei Complementar nº 341/1995, e suas alterações posteriores.

3. Os candidatos convocados receberão as instruções para admissão por meio do *e-mail* informado no momento da inscrição no concurso, com as devidas orientações que deverão ser rigorosamente seguidas para tratar da admissão.

3.1. A convocação dos candidatos dar-se-á levando em consideração as listas de Ampla Concorrência (AC), reserva de vagas para Pessoas Negras (PN) e reserva de vagas para Pessoas com Deficiência (PcD), conforme regramento estabelecido no Edital de Abertura 002/2024, em seus itens 6 e 7.
3.2. Os candidatos convocados listados abaixo deverão comparecer na Rua 24 de Outubro nº 200, Sala da Coordenação de Ingresso e Movimentação, na QUINTA-FEIRA, 18/12/2025, das 09h às 12h, para manifestação de interesse na contratação temporária, devendo comparecer munidos de documento de identificação oficial com foto e currículo *vitae*.

NOME	Classificação Geral
PAULO EDUARDO BRASIL DE AGUIAR	6ª Geral

3.3. Na convocação coletiva serão esclarecidas a forma de contratação, a documentação necessária, a remuneração e a carga-horária de trabalho.
3.4. A contratação temporária não acarreta qualquer prejuízo aos candidatos na continuidade da nomeação do referido Concurso Público, conforme autorizações de vagas pela Administração.

4. Para a Admissão, os candidatos deverão comparecer com a documentação original listada abaixo, na Rua 24 de Outubro, nº 200, Sala da Coordenação de Ingresso e Movimentação, em data e horário a serem informados na data da convocação coletiva:
I - Documento de identificação com foto e CPF – Cadastro de Pessoa Física;
II – Título de Eleitor
III - Certidão de Quitação Eleitoral fornecida pelo TRE (endereço https://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral), não serão aceitas justificativas;
IV - Certificado de reservista ou dispensa de incorporação. Documento comprobatório de quitação das obrigações militares para candidatos do sexo masculino com idade igual, ou superior a 18 (dezoito) anos até 45 (quarenta e cinco) anos completos;
V - PIS ou PASEP. Será aceito o Cartão do Cidadão ou documento de identificação que contenha o número. Se não estiver cadastrado, é necessário negativa expedida pela Caixa Econômica Federal;
VI - Documento comprobatório de escolaridade, conforme requisitos mínimos constantes no quadro demonstrativo de vagas do Edital de Abertura do CP 093/2024 – Técnico Industrial;
VII – Registro Regular do Conselho de Classe;
VIII – Certidão de Registro e Quitação do Conselho de Classe;
IX – Comprovante de Residência (conta de água, luz, gás ou telefonia; não serão aceitos boletos ou contas de estabelecimentos comerciais);
X - Certidão Judicial Criminal Negativa Justiça Estadual - TJRS;
XI - Certidão Judicial Criminal Federal - TRF4;
XII - Certidão de Crimes Eleitorais - TRE;
XIII - Última Declaração Completa do Imposto de Renda e Recibo.
4.1. Documentos Opcionais, passíveis de serem exigidos, conforme o caso:
a) Certidão de Nascimento do(s) filho(s), se for o caso;
b) Termo de adoção e/ou guarda, conforme o caso;
c) CPF do(s) filho(s), se for o caso;
d) Certidão de casamento ou União Estável, se for o caso;
e) Comprovante do pedido de exoneração, a contar da data da assinatura do Termo de Admissão;
f) Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho, a contar da data da assinatura do Termo de Admissão, homologado pelo Sindicato, quando couber.
g) Alteração contratual ou baixa da empresa, ou MEI, se for o caso;
4.2. No caso de o candidato possuir empresa como sócio administrador ou sócio gerente ou MEI, deverá entregar alteração contratual ou baixa da empresa ou MEI, exceto na qualidade de acionista, quotista ou comanditário.
4.3. Em caso de acumulação de cargo, apresentar obrigatoriamente contracheque do órgão de origem, se aplica às funções temporárias, cargos e empregos públicos acumuláveis, previstos pela Constituição Federal, art. 37, XVI, desde que exista compatibilidade de horários.
4.3.1. No caso do candidato possuir cargo público não acumulável ou aposentadoria decorrente de cargo público, seja de órgão público, autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público, nas esferas federal, estadual ou municipal, ou nas Forças Armadas, no momento da convocação deverá entregar o comprovante do pedido de exoneração a contar

da data da posse ou Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho, ou Termo de Cessação da Aposentadoria.

5. Os candidatos convocados serão submetidos à inspeção de saúde, agendada pelo Departamento, para comprovação da aptidão física necessária para o exercício da função temporária.
5.1. O não comparecimento na data agendada para a inspeção médica e exames implicará na eliminação do candidato à função temporária, sem prejuízos à classificação no concurso, ressalvadas situações de impedimento absoluto devidamente comprovadas.
5.2. A inaptidão admissional atestada no laudo do médico perito implicará na eliminação do candidato, sendo considerado inabilitado e perdendo o direito a ocupar a vaga temporária, independente de notificação, e sua substituição ocorrerá observando a ordem de classificação.

6. A remuneração será composta de valor equivalente ao vencimento básico inicial do cargo correspondente à função para a qual for contratado, regime de trabalho integral (RTI), gratificações e vale-alimentação.
6.1 A Gratificação por Desempenho de Atividade Essencial (GDAE), será concedida nos termos da Lei nº 11.245/2012, cuja GDAE Variável é calculada com base no percentual referente à Lei 13.659/2023.
6.2. O vale-alimentação será concedido nos termos da Lei nº 7.532/1994.
6.3. Quadro de REMUNERAÇÃO MENSAL:

Cargo	Remuneração Padrão			Gratificações		Vale-Alimentação	Remuneração Mensal[1]
	Padrão do Cargo	Vencimento Básico	Regime de Trabalho RTI	GDAE Fixa	GDAE Variável		
Técnico Industrial	7	R$ 1.896,79	R$ 948,40	R$ 796,65	R$ 1.612,27	R$ 800,00	R$ 6.054,11

[1] Valores referentes ao mês de setembro de 2025. A remuneração será atualizada nos mesmos períodos e pelos mesmos índices aplicados aos reajustes da remuneração dos servidores efetivos.

6.4 O vale-transporte será facultativo, mediante solicitação do contratado, e subsidiado pelo Departamento, em conformidade com o estabelecido pela Lei Municipal nº 5.595/1985, e pelo Decreto nº 20.681/2020.
6.5. Os contratados para as funções previstas neste Edital poderão perceber adicional de periculosidade ou de insalubridade, nos percentuais de 20% (vinte por cento), 30% (trinta por cento) ou 40% (quarenta por cento) sobre o vencimento básico, conforme as atividades realizadas e condicionado à emissão de laudo técnico oficial.
6.6. Aos admitidos para as funções previstas neste Edital, no caso de convocação para o serviço noturno, fica assegurado o adicional noturno, nos termos da Lei.
6.7 O servidor temporário terá direito a férias e gratificação natalina, conforme previsto na Lei nº 14.336/2025.
6.8 Aplica-se aos servidores admitidos o exposto no § 1º do Art. 8º da Lei 14.336 “As vantagens de caráter individual ou pessoal dos servidores efetivos não serão consideradas como paradigma de remuneração para os contratados temporariamente”.

7. Ao contratado será aplicado o Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

8. Em data a ser informada pelo Departamento, o candidato deverá apresentar a documentação original para conferência.

9. A assinatura do Termo de Admissão será agendada pela Coordenação de Ingresso e Movimentação mediante aptidão admissional e análise da documentação.

Porto Alegre, 12 de dezembro de 2025.

JEZONI LUIS DIAS ALMEIDA, Diretor Administrativo e Patrimonial DMAE.

EDITAL 047/2025

CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE OPERADOR DE MÁQUINAS ESPECIAIS

PROCESSO 25.10.000011566-8

O DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTOS, através da Diretoria Administrativa e Patrimonial, torna público o convite para os profissionais listados abaixo, selecionados por meio do CP 098/2024 – Operador de Máquinas Especiais manifestarem interesse na contratação temporária por tempo determinado, em atendimento à necessidade de excepcional interesse público, conforme Lei 14.336, de 03 de outubro de 2025 e Processo 25.10.000006813-9.

1. A presente contratação terá vigência de Contrato pelo prazo de até 02 (dois) anos, a partir da assinatura do Termo de Admissão por Tempo Determinado, podendo ser prorrogada uma vez, por igual período, a critério da Administração, nos termos da Lei nº 14.336/2025, Artigo 6°.

2. Para atendimento da necessidade da Administração, os candidatos serão convocados para cumprir Regime de Tempo Integral (RTI), com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas e acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento básico mensal, nos termos do art. 37, da Lei Municipal nº 6.203, de 03 de outubro de 1988.
2.1 Os candidatos admitidos deverão ter, obrigatoriamente, disponibilidade para cumprimento do Regime de Tempo Integral, conforme necessidade do Departamento.
2.2 A lotação e o horário de trabalho serão definidos de acordo com a necessidade do Departamento, e o preenchimento das vagas observará, rigorosamente, a ordem de classificação do Concurso Público e a disponibilidade de vagas.
2.3 Os servidores admitidos estão sujeitos aos deveres funcionais, às proibições, às responsabilidades e às penas disciplinares previstas na Lei Complementar nº 133 de 1985 e alterações posteriores, no que couber, bem como ao Plano Classificado de Cargos do DMAE – Lei 6.203/1988 e alterações, no que couber, e/ou na legislação específica de cada cargo naquilo que couber.
2.4 Os admitidos, poderão ser submetidos ao regime de plantão de 12 (doze) horas consecutivas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas consecutivas de descanso, observadas as disposições da Lei Complementar nº 341, de 17 de janeiro de 1995, e suas alterações posteriores.

3. Os candidatos convocados receberão as instruções para admissão por meio do *e-mail* informado no momento da inscrição no concurso, com as devidas orientações que deverão ser rigorosamente seguidas para tratar da admissão.
3.1. A convocação dos candidatos dar-se-á levando em consideração as listas de Ampla Concorrência (AC), reserva de vagas para Pessoas Negras (PN) e reserva de vagas para Pessoas com Deficiência (PcD), conforme regramento estabelecido no Edital de Abertura 002/2024, em seus itens 6 e 7.
3.2. Os candidatos convocados listados abaixo deverão comparecer na Rua 24 de Outubro, nº 200, Sala da Coordenação de Ingresso e Movimentação, na QUINTA-FEIRA, 18/12/2025, das 09h às 12h, para manifestação de interesse na contratação temporária, devendo apresentar documento de identificação oficial com foto e currículo *vitae*.

NOME	Classificação Geral	Reserva de Vagas – Pessoas Negras (PN)
CLAUDIO HENRIQUE SILVEIRA PIRES	10ª Geral	-
LEMERTON MOREIRA LEDESMA	12ª Geral	-
CARLOS ALBERTO ROCHA NEVES	33ª Geral	4ª PN

3.3. Na convocação coletiva serão esclarecidas a forma de contratação, a documentação necessária, a remuneração e a carga-horária de trabalho.
3.4. A contratação temporária não acarreta qualquer prejuízo aos candidatos na continuidade da nomeação do referido Concurso Público, conforme autorizações de vagas pela Administração.

4. Para a Admissão, os candidatos deverão comparecer com a documentação original listada abaixo, na Rua 24 de Outubro, nº 200, Sala da Coordenação de Ingresso e Movimentação, em data e horário a serem informados na data da convocação coletiva:
I - Documento de identificação com foto e CPF – Cadastro de Pessoa Física;
II – Carteira Nacional de Habilitação – categoria D;
III - Título de Eleitor;

IV - Certidão de Quitação Eleitoral fornecida pelo TRE (endereço: https://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral), não serão aceitas justificativas;
V - Certificado de reservista ou dispensa de incorporação. Documento comprobatório de quitação das obrigações militares para candidatos do sexo masculino com idade igual, ou superior a 18 (dezoito) anos até 45 (quarenta e cinco) anos completos;
VI - PIS ou PASEP. Será aceito o Cartão do Cidadão ou documento de identificação que contenha o número. Se não estiver cadastrado, é necessário negativa expedida pela Caixa Econômica Federal;
VII - Documento comprobatório de escolaridade, conforme requisitos mínimos constantes no quadro demonstrativo de vagas do Edital de Abertura do CP 098/2024 – Operador de Máquinas Especiais;
VIII – Comprovante de Residência (conta de água, luz, gás ou telefonia; não serão aceitos boletos ou contas de estabelecimentos comerciais);
IX - Certidão Judicial Criminal Negativa Justiça Estadual - TJRS;
X - Certidão Judicial Criminal Federal - TRF4;
XI - Certidão de Crimes Eleitorais - TRE;
XII - Última Declaração Completa do Imposto de Renda e Recibo.
4.1. Documentos Opcionais, passíveis de serem exigidos, conforme o caso:
a) Certidão de Nascimento do(s) filho(s), se for o caso;
b) Termo de adoção e/ou guarda, conforme o caso;
c) CPF do(s) filho(s), se for o caso;
d) Certidão de casamento ou União Estável, se for o caso;
e) Comprovante do pedido de exoneração, a contar da data da assinatura do Termo de Admissão;
f) Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho, a contar da data da assinatura do Termo de Admissão, homologado pelo Sindicato, quando couber.
g) Alteração contratual ou baixa da empresa, ou MEI, se for o caso;
4.2. No caso de o candidato possuir empresa como sócio administrador ou sócio gerente ou MEI, deverá entregar alteração contratual ou baixa da empresa ou MEI, exceto na qualidade de acionista, quotista ou comanditário.
4.3. Em caso de acumulação de cargo, apresentar obrigatoriamente contracheque do órgão de origem, se aplica às funções temporárias, cargos e empregos públicos acumuláveis, previstos pela Constituição Federal, art. 37, XVI, desde que exista compatibilidade de horários.
4.3.1. No caso do candidato possuir cargo público não acumulável ou aposentadoria decorrente de cargo público, seja de órgão público, autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público, nas esferas federal, estadual ou municipal, ou nas Forças Armadas, no momento da convocação deverá entregar o comprovante do pedido de exoneração a contar da data da posse ou Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho, ou Termo de Cessação da Aposentadoria.

5. Os candidatos convocados serão submetidos à inspeção de saúde, agendada pelo Departamento, para comprovação da aptidão física necessária para o exercício da função temporária.
5.1. O não comparecimento na data agendada para a inspeção médica e exames implicará na eliminação do candidato à função temporária, sem prejuízos à classificação no concurso, ressalvadas situações de impedimento absoluto devidamente comprovadas.
5.2. A inaptidão admissional atestada no laudo do médico perito implicará na eliminação do candidato, sendo considerado inabilitado e perdendo o direito a ocupar a vaga temporária, independente de notificação, e sua substituição ocorrerá observando a ordem de classificação.

6. A remuneração será composta de valor equivalente ao vencimento básico inicial do cargo correspondente à função para a qual for contratado, regime de trabalho integral (RTI), gratificações e vale-alimentação.
6.1 A Gratificação por Desempenho de Atividade Essencial (GDAE), será concedida nos termos da Lei nº 11.245/2012, cuja GDAE Variável é calculada com base no percentual referente à Lei 13.659/2023.
6.2. O vale-alimentação será concedido nos termos da Lei nº 7.532/1994.
6.3. Quadro de REMUNERAÇÃO MENSAL:

Cargo	Remuneração Padrão			Gratificações		Vale-Alimentação	Remuneração Mensal[1]
	Padrão do Cargo	Vencimento Básico	Regime de Trabalho RTI	GDAE Fixa	GDAE Variável		
Operador de							

Máquinas Especiais	5	R$ 1.310,67	R$ 655,34	R$ 550,48	R$ 1.137,40	R$ 800,00	R$ 4.453,89

[1] Valores referentes ao mês de setembro de 2025. A remuneração será atualizada nos mesmos períodos e pelos mesmos índices aplicados aos reajustes da remuneração dos servidores efetivos.

6.4 O vale-transporte será facultativo, mediante solicitação do contratado, e subsidiado pelo Departamento, em conformidade com o estabelecido pela Lei Municipal nº 5.595/1985, e pelo Decreto nº 20.681/2020.
6.5. Os contratados para as funções previstas neste Edital poderão perceber adicional de periculosidade ou de insalubridade, nos percentuais de 20% (vinte por cento), 30% (trinta por cento) ou 40% (quarenta por cento) sobre o vencimento básico, conforme as atividades realizadas e condicionado à emissão de laudo técnico oficial.
6.6. Aos admitidos para as funções previstas neste Edital, no caso de convocação para o serviço noturno, fica assegurado o adicional noturno, nos termos da Lei.
6.7 O servidor temporário terá direito a férias e gratificação natalina, conforme previsto na Lei nº 14.336/2025.
6.8 Aplica-se aos servidores admitidos o exposto no §1º do Art. 8º da Lei 14.336 “As vantagens de caráter individual ou pessoal dos servidores efetivos não serão consideradas como paradigma de remuneração para os contratados temporariamente.”

7. Ao contratado será aplicado o Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

8. A assinatura do Termo de Admissão será agendada pela Coordenação de Ingresso e Movimentação mediante aptidão admissional e análise da documentação.

Porto Alegre, 12 de dezembro de 2025.

JEZONI LUIS DIAS ALMEIDA, Diretor Administrativo e Patrimonial do DMAE.

EDITAL 048/2025

CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE AUXILIAR DE SERVIÇOS TÉCNICOS
PROCESSO 25.10.000000181-6

O DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTOS, através da Diretoria Administrativa e Patrimonial, torna público o convite para os profissionais listados abaixo, selecionados por meio do CP 100/2024 – Auxiliar de Serviços Técnicos manifestarem interesse na contratação temporária por tempo determinado, em atendimento à necessidade de excepcional interesse público, conforme Lei 14.336, de 03 de outubro de 2025 e Processo 25.10.000006813-9.

1. A presente contratação terá vigência de Contrato pelo prazo de até 02 (dois) anos, a partir da assinatura do Termo de Admissão por Tempo Determinado, podendo ser prorrogada uma vez, por igual período, a critério da Administração, nos termos da Lei nº 14.336/2025, Artigo 6°.

2. Para atendimento da necessidade da Administração, os candidatos serão convocados para cumprir Regime de Tempo Integral (RTI), com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas e acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento básico mensal, nos termos do art. 37, da Lei Municipal nº 6.203, de 03 de outubro de 1988.
2.1 Os candidatos admitidos deverão ter, obrigatoriamente, disponibilidade para cumprimento do Regime de Tempo Integral, conforme necessidade do Departamento.
2.2 A lotação e o horário de trabalho serão definidos de acordo com a necessidade do Departamento, e o preenchimento das vagas observará, rigorosamente, a ordem de classificação do Concurso Público e a disponibilidade de vagas.
2.3 Os servidores admitidos estão sujeitos aos deveres funcionais, às proibições, às responsabilidades e às penas disciplinares previstas na Lei Complementar nº 133/1985 e alterações posteriores, no que couber, bem como ao Plano Classificado de Cargos do DMAE – Lei 6.203/1988 e alterações, no que couber, e/ou na legislação específica de cada cargo naquilo que couber.
2.4 Os admitidos, poderão ser submetidos ao regime de plantão de 12 (doze) horas consecutivas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas consecutivas de descanso, observadas as disposições da Lei Complementar nº 341/1995, e suas alterações posteriores.

3. Os candidatos convocados receberão as instruções para admissão por meio do *e-mail* informado no momento da inscrição no concurso, com as devidas orientações que deverão ser rigorosamente seguidas para tratar da admissão.
3.1. A convocação dos candidatos dar-se-á levando em consideração as listas de Ampla Concorrência (AC), reserva de vagas para Pessoas Negras (PN) e reserva de vagas para Pessoas com Deficiência (PcD), conforme regramento estabelecido no Edital de Abertura 002/2024, em seus itens 6 e 7.
3.2. Os candidatos convocados listados abaixo deverão comparecer na Rua 24 de Outubro nº 200, Sala da Coordenação de Ingresso e Movimentação, na QUINTA-FEIRA, 18/12/2025, das 09h às 12h, para manifestação de interesse na contratação temporária, devendo apresentar documento de identificação oficial com foto e currículo *vitae*.
3.2.1. O não comparecimento dos candidatos convocados conforme orientações dos itens 3 e 3.2. acarretará em sua eliminação, e ocasionará, se conveniente e oportuno para a Administração Pública, o chamamento dos próximos candidatos em lista, observando rigorosamente a ordem de classificação.

NOME	Classificação Geral	Reserva de Vagas – Pessoas Negras (PN)
MARIANA MONTE BLANCO SCHMITZ	13ª Geral	-
ROBERTA CARUCCIO MONTANARI	14ª Geral	-
DAVI IGNACIO RIBEIRO RODRIGUES	27ª Geral	4ª PN
EDUARDO DA SILVA SOUZA	15ª Geral	-
ÁXEL DA CONCEIÇÃO RODRIGUES	32ª Geral	5ª PN
EVERTON ROSA VARELLA	16ª Geral	-
MILENE MENEZES PACHECO	17ª Geral	-
LUISA DOS SANTOS RODRIGUES	18ª Geral	-
TONI PAIVA CHIOSSI	19ª Geral	-
VINÍCIUS FAGUNDES MESQUITA	38ª Geral	6ª PN

3.3. Na convocação coletiva serão esclarecidas a forma de contratação, a documentação necessária, a remuneração e a carga-horária de trabalho.
3.4. A contratação temporária não acarreta qualquer prejuízo aos candidatos na continuidade da nomeação do referido Concurso Público, conforme autorizações de vagas pela Administração.

4. Para a Admissão, os candidatos deverão comparecer com a documentação original listada abaixo, na Rua 24 de Outubro nº 200, Sala da Coordenação de Ingresso e Movimentação, em data e horário a serem informados na data da convocação coletiva:
I - Documento de identificação com foto e CPF – Cadastro de Pessoa Física;
II - Título de Eleitor
III - Certidão de Quitação Eleitoral fornecida pelo TRE (endereço: https://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral), não serão aceitas justificativas;
IV - Certificado de reservista ou dispensa de incorporação. Documento comprobatório de quitação das obrigações militares para candidatos do sexo masculino com idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos até 45 (quarenta e cinco) anos completos;
V - PIS ou PASEP. Será aceito o Cartão do Cidadão ou documento de identificação que contenha o número. Se não estiver cadastrado, é necessário negativa expedida pela Caixa Econômica Federal;
VI - Documento comprobatório de escolaridade, conforme requisitos mínimos constantes no quadro demonstrativo de vagas do Edital de Abertura do CP 100/2024 – Auxiliar de Serviços Técnicos;
VII – Comprovante de Residência (conta de água, luz, gás ou telefonia; não serão aceitos boletos ou contas de estabelecimentos comerciais);
VIII - Certidão Judicial Criminal Negativa Justiça Estadual - TJRS;
IX - Certidão Judicial Criminal Federal - TRF4;
X - Certidão de Crimes Eleitorais - TRE;
XI - Última Declaração Completa do Imposto de Renda e Recibo.
4.1. Documentos Opcionais, passíveis de serem exigidos, conforme o caso:
a) Certidão de Nascimento do(s) filho(s), se for o caso;
b) Termo de adoção e/ou guarda, conforme o caso;

c) CPF do(s) filho(s), se for o caso;
d) Certidão de casamento ou União Estável, se for o caso;
e) Comprovante do pedido de exoneração, a contar da data da assinatura do Termo de Admissão;
f) Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho, a contar da data da assinatura do Termo de Admissão, homologado pelo Sindicato, quando couber.
g) Alteração contratual ou baixa da empresa ou MEI, se for o caso;
4.2. No caso de o candidato possuir empresa como sócio administrador ou sócio gerente ou MEI, deverá entregar alteração contratual ou baixa da empresa ou MEI, exceto na qualidade de acionista, quotista ou comanditário.
4.3. Em caso de acumulação de cargo, apresentar obrigatoriamente contracheque do órgão de origem, se aplica às funções temporárias, cargos e empregos públicos acumuláveis, previstos pela Constituição Federal, art. 37, XVI, desde que exista compatibilidade de horários.
4.3.1. No caso do candidato possuir cargo público não acumulável ou aposentadoria decorrente de cargo público, seja de órgão público, autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público, nas esferas federal, estadual ou municipal ou nas Forças Armadas, no momento da convocação deverá entregar o comprovante do pedido de exoneração a contar da data da posse ou Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho ou Termo de Cessação da Aposentadoria.

5. Os candidatos convocados serão submetidos à inspeção de saúde, agendada pelo Departamento, para comprovação da aptidão física necessária para o exercício da função temporária.
5.1. O não comparecimento na data agendada para a inspeção médica e exames implicará na eliminação do candidato à função temporária, sem prejuízos à classificação no concurso, ressalvadas situações de impedimento absoluto devidamente comprovadas.
5.2. A inaptidão admissional atestada no laudo do médico perito implicará na eliminação do candidato, sendo considerado inabilitado e perdendo o direito a ocupar a vaga temporária, independente de notificação, e sua substituição ocorrerá observando a ordem de classificação.

6. A remuneração será composta de valor equivalente ao vencimento básico inicial do cargo correspondente à função para a qual for contratado, regime de trabalho integral (RTI), gratificações e vale-alimentação.
6.1 A Gratificação por Desempenho de Atividade Essencial (GDAE), será concedida nos termos da Lei nº 11.245/2012, cuja GDAE Variável é calculada com base no percentual referente à Lei 13.659/2023.
6.2. O vale-alimentação será concedido nos termos da Lei nº 7.532/1994.
6.3. Quadro de REMUNERAÇÃO MENSAL:

Cargo	Remuneração Padrão			Gratificações			
	Padrão do Cargo	Vencimento Básico	Regime de Trabalho RTI	GDAE Fixa	GDAE Variável	Vale-Alimentação	Remuneração Mensal[1]
Auxiliar de Serviços Técnicos	6	R$ 1.581,28	R$ 790,64	R$ 664,14	R$ 1.344,09	R$ 800,00	R$ 5.180,15

[1] Valores referentes ao mês de setembro de 2025. A remuneração será atualizada nos mesmos períodos e pelos mesmos índices aplicados aos reajustes da remuneração dos servidores efetivos.

6.4 O vale-transporte será facultativo, mediante solicitação do contratado, e subsidiado pelo Departamento, em conformidade com o estabelecido pela Lei Municipal nº 5.595/1985, e pelo Decreto nº 20.681/2020.
6.5. Os contratados para as funções previstas neste Edital poderão perceber adicional de periculosidade ou de insalubridade, nos percentuais de 20% (vinte por cento), 30% (trinta por cento) ou 40% (quarenta por cento) sobre o vencimento básico, conforme as atividades realizadas e condicionado à emissão de laudo técnico oficial.
6.6. Aos admitidos para as funções previstas neste Edital, no caso de convocação para o serviço noturno, fica assegurado o adicional noturno, nos termos da Lei.
6.7 O servidor temporário terá direito a férias e gratificação natalina, conforme previsto na Lei nº 14.336/2025.
6.8 Aplica-se aos servidores admitidos o exposto no § 1º do Art. 8º da Lei 14.336 “As vantagens de caráter individual ou pessoal dos servidores efetivos não serão consideradas como paradigma de remuneração para os contratados temporariamente”.

7. Ao contratado será aplicado o Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

8. Em data a ser informada pelo Departamento, o candidato deverá apresentar a documentação original para conferência.

9. A assinatura do Termo de Admissão será agendada pela Coordenação de Ingresso e Movimentação após aptidão admissional e análise da documentação.

Porto Alegre, 11 de dezembro de 2025.

JEZONI LUIS DIAS ALMEIDA, Diretor Administrativo e Patrimonial do DMAE.

EDITAL 049/2025

CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE AGENTE DE SANEAMENTO

PROCESSO 25.10.000011571-4

O DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTOS, através da Diretoria Administrativa e Patrimonial, torna público o convite para os profissionais listados abaixo, selecionados por meio do CP 096/2024 – Agente de Saneamento manifestarem interesse na contratação temporária por tempo determinado, em atendimento à necessidade de excepcional interesse público, conforme Lei 14.336, de 03 de outubro de 2025 e Processo 25.10.000006813-9.

1. A presente contratação terá vigência de Contrato pelo prazo de até 02 (dois) anos, a partir da assinatura do Termo de Admissão por Tempo Determinado, podendo ser prorrogada uma vez, por igual período, a critério da Administração, nos termos da Lei nº 14.336/2025, Artigo 6°.

2. Para atendimento da necessidade da Administração, os candidatos serão convocados para cumprir Regime de Tempo Integral (RTI), com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas e acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento básico mensal, nos termos do art. 37, da Lei Municipal nº 6.203, de 03 de outubro de 1988.
2.1 Os candidatos admitidos deverão ter, obrigatoriamente, disponibilidade para cumprimento do Regime de Tempo Integral, conforme necessidade do Departamento.
2.2 A lotação e o horário de trabalho serão definidos de acordo com a necessidade do Departamento, e o preenchimento das vagas observará, rigorosamente, a ordem de classificação do Concurso Público e a disponibilidade de vagas.
2.3 Os servidores admitidos estão sujeitos aos deveres funcionais, às proibições, às responsabilidades e às penas disciplinares previstas na Lei Complementar nº 133 de 1985 e alterações posteriores, no que couber, bem como ao Plano Classificado de Cargos do DMAE – Lei 6.203/1988 e alterações, no que couber, e/ou na legislação específica de cada cargo naquilo que couber.
2.4 Os admitidos, poderão ser submetidos ao regime de plantão de 12 (doze) horas consecutivas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas consecutivas de descanso, observadas as disposições da Lei Complementar nº 341, de 17 de janeiro de 1995, e suas alterações posteriores.

3. Os candidatos convocados receberão as instruções para admissão por meio do *e-mail* informado no momento da inscrição no concurso, com as devidas orientações que deverão ser rigorosamente seguidas para tratar da admissão.
3.1. A convocação dos candidatos dar-se-á levando em consideração as listas de Ampla Concorrência (AC), reserva de vagas para Pessoas Negras (PN) e reserva de vagas para Pessoas com Deficiência (PcD), conforme regramento estabelecido no Edital de Abertura 002/2024, em seus itens 6 e 7.
3.2. Os candidatos convocados listados abaixo deverão comparecer na Rua 24 de Outubro nº 200, Sala da Coordenação de Ingresso e Movimentação, na QUINTA-FEIRA, 18/12/2025, das 09h às 12h, para manifestação de interesse na contratação temporária, devendo apresentar documento de identificação oficial com foto e currículo *vitae*.

NOME	Classificação Geral	Reserva de Vagas – Pessoas Negras (PN)	Reserva de Vagas – Pessoas com deficiência (PcD)

RICARDO DE MEDEIROS ROSA	27ª Geral	4ª PN	-
ANDERSON DUARTE DA SILVA	10ª Geral	-	-
MIGUEL GOMES DA FONSECA	11ª Geral	-	-
MAURO ALVES DA SILVEIRA	12ª Geral	-	-
JOÃO VICTOR RODRIGUES TEIXEIRA	30ª Geral	5ª PN	-
LUIS FERNANDO DOS SANTOS KAIPER	13ª Geral	-	-
IGOR MOURA BOLZAN	14ª Geral	-	-
IGOR FELIPE LOPES	15ª Geral	-	-
ALEJANDRO BARBOSA DOS SANTOS	34ª Geral	4ª PN	-
GIOVANI DA SILVA BRITO	16ª Geral	-	-

3.3. Na convocação coletiva serão esclarecidas a forma de contratação, a documentação necessária, a remuneração e a carga-horária de trabalho.
3.4. A contratação temporária não acarreta qualquer prejuízo aos candidatos na continuidade da nomeação do referido Concurso Público, conforme autorizações de vagas pela Administração.

4. Para a Admissão, os candidatos deverão comparecer com a documentação original listada abaixo, na Rua 24 de Outubro, nº 200, Sala da Coordenação de Ingresso e Movimentação, em data e horário a serem informados na data da convocação coletiva:
I - Documento de identificação com foto e CPF – Cadastro de Pessoa Física;
II – Carteira Nacional de Habilitação – categoria B;
III - Título de Eleitor;
IV - Certidão de Quitação Eleitoral fornecida pelo TRE (endereço https://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral), não serão aceitas justificativas;
V - Certificado de reservista ou dispensa de incorporação. Documento comprobatório de quitação das obrigações militares para candidatos do sexo masculino com idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos até 45 (quarenta e cinco) anos completos;
VI - PIS ou PASEP. Será aceito o Cartão do Cidadão ou documento de identificação que contenha o número. Se não estiver cadastrado, é necessário negativa expedida pela Caixa Econômica Federal;
VII - Documento comprobatório de escolaridade, conforme requisitos mínimos constantes no quadro demonstrativo de vagas do Edital de Abertura do CP 096/2024 – Agente de Saneamento;
VIII – Comprovante de Residência (conta de água, luz, gás ou telefonia; não serão aceitos boletos ou contas de estabelecimentos comerciais);
IX - Certidão Judicial Criminal Negativa Justiça Estadual - TJRS;
X - Certidão Judicial Criminal Federal - TRF4;
XI - Certidão de Crimes Eleitorais - TRE;
XII - Última Declaração Completa do Imposto de Renda e Recibo.
4.1. Documentos Opcionais, passíveis de serem exigidos, conforme o caso:
a) Certidão de Nascimento do(s) filho(s), se for o caso;
b) Termo de adoção e/ou guarda, conforme o caso;
c) CPF do(s) filho(s), se for o caso;
d) Certidão de casamento ou União Estável, se for o caso;
e) Comprovante do pedido de exoneração, a contar da data da assinatura do Termo de Admissão;
f) Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho, a contar da data da assinatura do Termo de Admissão, homologado pelo Sindicato, quando couber.
g) Alteração contratual ou baixa da empresa ou MEI, se for o caso;
4.2. No caso de o candidato possuir empresa como sócio administrador ou sócio gerente ou MEI, deverá entregar alteração contratual ou baixa da empresa ou MEI, exceto na qualidade de acionista, quotista ou comanditário.
4.3. Em caso de acumulação de cargo, apresentar obrigatoriamente contracheque do órgão de origem, se aplica às funções temporárias, cargos e empregos públicos acumuláveis, previstos pela Constituição Federal, art. 37, XVI, desde que exista compatibilidade de horários.
4.3.1. No caso do candidato possuir cargo público não acumulável ou aposentadoria decorrente de cargo público, seja de órgão público, autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público, nas esferas federal, estadual ou municipal ou

nas Forças Armadas, no momento da convocação deverá entregar o comprovante do pedido de exoneração a contar da data da posse ou Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho ou Termo de Cessação da Aposentadoria.

5. Os candidatos convocados serão submetidos à inspeção de saúde, agendada pelo Departamento, para comprovação da aptidão física necessária para o exercício da função temporária.
5.1. O não comparecimento na data agendada para a inspeção médica e exames implicará na eliminação do candidato à função temporária, sem prejuízos à classificação no concurso, ressalvadas situações de impedimento absoluto devidamente comprovadas.
5.2. A inaptidão admissional atestada no laudo do médico perito implicará na eliminação do candidato, sendo considerado inabilitado e perdendo o direito a ocupar a vaga temporária, independente de notificação, e sua substituição ocorrerá observando a ordem de classificação.

6. A remuneração será composta de valor equivalente ao vencimento básico inicial do cargo correspondente à função para a qual for contratado, regime de trabalho integral (RTI), gratificações e vale-alimentação.
6.1 A Gratificação por Desempenho de Atividade Essencial (GDAE), será concedida nos termos da Lei nº 11.245/2012, cuja GDAE Variável é calculada com base no percentual referente à Lei 13.659/2023.
6.2. O vale-alimentação será concedido nos termos da Lei nº 7.532/1994.
6.3. Quadro de REMUNERAÇÃO MENSAL:

Cargo	Remuneração Padrão			Gratificações		Vale-Alimentação	Remuneração Mensal[1]
	Padrão do Cargo	Vencimento Básico	Regime de Trabalho RTI	GDAE Fixa	GDAE Variável		
Agente de Saneamento	4	R$ 1.130,88	R$ 565,44	R$ 474,97	R$ 981,38	R$ 800,00	R$ 3.952,67

[1] Valores referentes ao mês de setembro de 2025. A remuneração será atualizada nos mesmos períodos e pelos mesmos índices aplicados aos reajustes da remuneração dos servidores efetivos.

6.4 O vale-transporte será facultativo, mediante solicitação do contratado, e subsidiado pelo Departamento, em conformidade com o estabelecido pela Lei Municipal nº 5.595/1985, e pelo Decreto nº 20.681/2020.
6.5. Os contratados para as funções previstas neste Edital poderão perceber adicional de periculosidade ou de insalubridade, nos percentuais de 20% (vinte por cento), 30% (trinta por cento) ou 40% (quarenta por cento) sobre o vencimento básico, conforme as atividades realizadas e condicionado à emissão de laudo técnico oficial.
6.6. Aos admitidos para as funções previstas neste Edital, no caso de convocação para o serviço noturno, fica assegurado o adicional noturno, nos termos da Lei.
6.7 O servidor temporário terá direito a férias e gratificação natalina, conforme previsto na Lei nº 14.336/2025.
6.8 Aplica-se aos servidores admitidos o exposto no § 1º do Art. 8º da Lei 14.336 “As vantagens de caráter individual ou pessoal dos servidores efetivos não serão consideradas como paradigma de remuneração para os contratados temporariamente”.

7. Ao contratado será aplicado o Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

8. A assinatura do Termo de Admissão será agendada pela Coordenação de Ingresso e Movimentação mediante aptidão admissional e análise da documentação.

Porto Alegre, 12 de dezembro de 2025.

JEZONI LUIS DIAS ALMEIDA, Diretor Administrativo e Patrimonial do DMAE.

EDITAL 050/2025

CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE INSTALADOR HIDROSSANITÁRIO

PROCESSO 25.10.000011570-6

O DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTOS, através da Diretoria Administrativa e Patrimonial, torna público o convite para os profissionais listados abaixo, selecionados por meio do CP 097/2024 – Instalador

Hidrossanitário manifestarem interesse na contratação temporária por tempo determinado, em atendimento à necessidade de excepcional interesse público, conforme Lei 14.336, de 03 de outubro de 2025 e Processo 25.10.000006813-9.

1. A presente contratação terá vigência de Contrato pelo prazo de até 02 (dois) anos, a partir da assinatura do Termo de Admissão por Tempo Determinado, podendo ser prorrogada uma vez, por igual período, a critério da Administração, nos termos da Lei nº 14.336/2025, Artigo 6°.

2. Para atendimento da necessidade da Administração, os candidatos serão convocados para cumprir Regime de Tempo Integral (RTI), com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas e acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento básico mensal, nos termos do art. 37, da Lei Municipal nº 6.203, de 03 de outubro de 1988.
2.1. Os candidatos admitidos deverão ter, obrigatoriamente, disponibilidade para cumprimento do Regime de Tempo Integral, conforme necessidade do Departamento.
2.2. A lotação e o horário de trabalho serão definidos de acordo com a necessidade do Departamento, e o preenchimento das vagas observará, rigorosamente, a ordem de classificação do Concurso Público e a disponibilidade de vagas.
2.3. Os servidores admitidos estão sujeitos aos deveres funcionais, às proibições, às responsabilidades e às penas disciplinares previstas na Lei Complementar nº 133 de 1985 e alterações posteriores, no que couber, bem como ao Plano Classificado de Cargos do DMAE – Lei 6.203/1988 e alterações, no que couber, e/ou na legislação específica de cada cargo naquilo que couber.
2.4. Os admitidos, poderão ser submetidos ao regime de plantão de 12 (doze) horas consecutivas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas consecutivas de descanso, observadas as disposições da Lei Complementar nº 341, de 17 de janeiro de 1995, e suas alterações posteriores.

3. Os candidatos convocados receberão as instruções para admissão por meio do *e-mail* informado no momento da inscrição no concurso, com as devidas orientações que deverão ser rigorosamente seguidas para tratar da admissão.
3.1. A convocação dos candidatos dar-se-á levando em consideração as listas de Ampla Concorrência (AC), reserva de vagas para Pessoas Negras (PN) e reserva de vagas para Pessoas com Deficiência (PcD), conforme regramento estabelecido no Edital de Abertura 002/2024, em seus itens 6 e 7.
3.2. Os candidatos convocados listados abaixo deverão comparecer na Rua 24 de Outubro nº 200, Sala da Coordenação de Ingresso e Movimentação, na QUINTA-FEIRA, 18/12/2025, das 09h às 12h para manifestação de interesse na contratação temporária, devendo apresentar documento de identificação oficial com foto e currículo *vitae*.
3.2.1. O não comparecimento dos candidatos convocados conforme orientações dos itens 3 e 3.2. acarretará em sua eliminação, e ocasionará, se conveniente e oportuno para a Administração Pública, o chamamento dos próximos candidatos em lista, observando rigorosamente a ordem de classificação.

NOME	Classificação Geral	Reserva de Vagas – Pessoas Negras (PN)	Reserva de Vagas – Pessoas com deficiência (PCD)
ELISEU DE MORAES MARTINS	25ª Geral	-	-
ADEMIR DE OLIVEIRA FRAGA	26ª Geral	-	-
EDERSON ALMEIDA DE OLIVEIRA	27ª Geral	-	-
OSMAR COSTA DA ROSA	28ª Geral	-	-
EDISON LACERDA MOURA	29ª Geral	-	-
GABRIEL DORNELES BARRETO	30ª Geral	-	-
GUSTAVO DAPONT CAYE	31ª Geral	-	-
JÚLIO CÉSAR ALVES RODRIGUES	32ª Geral	-	-
MAICON ARIAS DOS SANTOS	33ª Geral	-	-
ELISEU DE MORAES MARTINS	-	6ª PN	-

3.3. Na convocação coletiva serão esclarecidas a forma de contratação, a documentação necessária, a remuneração e a carga-horária de trabalho.

3.4. A contratação temporária não acarreta qualquer prejuízo aos candidatos na continuidade da nomeação do referido Concurso Público, conforme autorizações de vagas pela Administração.

4. Para a Admissão, os candidatos deverão comparecer com a documentação original listada abaixo, na Rua 24 de Outubro nº 200, Sala da Coordenação de Ingresso e Movimentação, em data e horário a serem informados na data da convocação coletiva:
I - Documento de identificação com foto e CPF – Cadastro de Pessoa Física;
II - Título de Eleitor;
III - Certidão de Quitação Eleitoral fornecida pelo TRE (endereço: https://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral), não serão aceitas justificativas;
IV - Certificado de reservista ou dispensa de incorporação. Documento comprobatório de quitação das obrigações militares para candidatos do sexo masculino com idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos até 45 (quarenta e cinco) anos completos;
V - PIS ou PASEP. Será aceito o Cartão do Cidadão ou documento de identificação que contenha o número. Se não estiver cadastrado, é necessário negativa expedida pela Caixa Econômica Federal;
VI - Documento comprobatório de escolaridade, conforme requisitos mínimos constantes no quadro demonstrativo de vagas do Edital de Abertura do CP 097/2024 – Instalador Hidrossanitário;
VII – Comprovante de Residência (conta de água, luz, gás ou telefonia; não serão aceitos boletos ou contas de estabelecimentos comerciais);
VIII - Certidão Judicial Criminal Negativa Justiça Estadual - TJRS;
IX - Certidão Judicial Criminal Federal - TRF4;
X - Certidão de Crimes Eleitorais - TRE;
XI - Última Declaração Completa do Imposto de Renda e Recibo.
4.1. Documentos Opcionais, passíveis de serem exigidos, conforme o caso:
a) Certidão de Nascimento do(s) filho(s), se for o caso;
b) Termo de adoção e/ou guarda, conforme o caso;
c) CPF do(s) filho(s), se for o caso;
d) Certidão de casamento ou União Estável, se for o caso;
e) Comprovante do pedido de exoneração, a contar da data da assinatura do Termo de Admissão;
f) Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho, a contar da data da assinatura do Termo de Admissão, homologado pelo Sindicato, quando couber.
g) Alteração contratual ou baixa da empresa ou MEI, se for o caso;
4.2. No caso de o candidato possuir empresa como sócio administrador ou sócio gerente ou MEI, deverá entregar alteração contratual ou baixa da empresa ou MEI, exceto na qualidade de acionista, quotista ou comanditário.
4.3. Em caso de acumulação de cargo, apresentar obrigatoriamente contracheque do órgão de origem, se aplica às funções temporárias, cargos e empregos públicos acumuláveis, previstos pela Constituição Federal, art. 37, XVI, desde que exista compatibilidade de horários.
4.3.1. No caso do candidato possuir cargo público não acumulável ou aposentadoria decorrente de cargo público, seja de órgão público, autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público, nas esferas federal, estadual ou municipal ou nas Forças Armadas, no momento da convocação deverá entregar o comprovante do pedido de exoneração a contar da data da posse ou Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho ou Termo de Cessação da Aposentadoria.

5. Os candidatos convocados serão submetidos à inspeção de saúde, agendada pelo Departamento, para comprovação da aptidão física necessária para o exercício da função temporária.
5.1. O não comparecimento na data agendada para a inspeção médica e exames implicará na eliminação do candidato à função temporária, sem prejuízos à classificação no concurso, ressalvadas situações de impedimento absoluto devidamente comprovadas.
5.2. A inaptidão admissional atestada no laudo do médico perito implicará na eliminação do candidato, sendo considerado inabilitado e perdendo o direito a ocupar a vaga temporária, independente de notificação, e sua substituição ocorrerá observando a ordem de classificação.

6. A remuneração será composta de valor equivalente ao vencimento básico inicial do cargo correspondente à função para a qual for contratado, regime de trabalho integral (RTI), gratificações e vale-alimentação.
6.1 A Gratificação por Desempenho de Atividade Essencial (GDAE), será concedida nos termos da Lei

nº 11.245/2012, cuja GDAE Variável é calculada com base no percentual referente à Lei 13.659/2023.
6.2. O vale-alimentação será concedido nos termos da Lei nº 7.532/1994.
6.3. Quadro de REMUNERAÇÃO MENSAL:

Cargo	Remuneração Padrão			Gratificações		Vale-Alimentação	Remuneração Mensal[1]
	Padrão do Cargo	Vencimento Básico	Regime de Trabalho RTI	GDAE Fixa	GDAE Variável		
Instalador Hidrossanitário	4	R$ 1.130,88	R$ 565,44	R$ 474,97	R$ 981,38	R$ 800,00	R$ 3.952,67

[1] Valores referentes ao mês de setembro de 2025. A remuneração será atualizada nos mesmos períodos e pelos mesmos índices aplicados aos reajustes da remuneração dos servidores efetivos.

6.4. O vale-transporte será facultativo, mediante solicitação do contratado, e subsidiado pelo Departamento, em conformidade com o estabelecido pela Lei Municipal nº 5.595/1985, e pelo Decreto nº 20.681/2020.
6.5. Os contratados para as funções previstas neste Edital poderão perceber adicional de periculosidade ou de insalubridade, nos percentuais de 20% (vinte por cento), 30% (trinta por cento) ou 40% (quarenta por cento) sobre o vencimento básico, conforme as atividades realizadas e condicionado à emissão de laudo técnico oficial.
6.6. Aos admitidos para as funções previstas neste Edital, no caso de convocação para o serviço noturno, fica assegurado o adicional noturno, nos termos da Lei.
6.7. O servidor temporário terá direito a férias e gratificação natalina, conforme previsto na Lei nº 14.336/2025.
6.8. Aplica-se aos servidores admitidos o exposto no §1º do Art. 8º da Lei 14.336 “As vantagens de caráter individual ou pessoal dos servidores efetivos não serão consideradas como paradigma de remuneração para os contratados temporariamente”.

7. Ao contratado será aplicado o Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

8. A assinatura do Termo de Admissão será agendada pela Coordenação de Ingresso e Movimentação mediante aptidão admissional e análise da documentação.

Porto Alegre, 12 de dezembro de 2025.

JEZONI LUIS DIAS ALMEIDA, Diretor Administrativo e Patrimonial do DMAE.

EDITAL 051/2025

CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE ASSISTENTE ADMINISTRATIVO
PROCESSO 25.10.000011491-2

O DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTOS, através da Diretoria Administrativa e Patrimonial, torna público o convite para os profissionais listados abaixo, selecionados por meio do CP 090/2024 – Assistente Administrativo manifestarem interesse na contratação temporária por tempo determinado, em atendimento à necessidade de excepcional interesse público, conforme Lei 14.336, de 03 de outubro de 2025 e Processo 25.10.000006813-9.

1. A presente contratação terá vigência de Contrato pelo prazo de até 02 (dois) anos, a partir da assinatura do Termo de Admissão por Tempo Determinado, podendo ser prorrogada uma vez, por igual período, a critério da Administração, nos termos da Lei nº 14.336/2025, Artigo 6°.

2. Para atendimento da necessidade da Administração, os candidatos serão convocados para cumprir Regime de Tempo Integral (RTI), com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas e acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento básico mensal, nos termos do art. 37, da Lei Municipal nº 6.203, de 03 de outubro de 1988.
2.1 Os candidatos admitidos deverão ter, obrigatoriamente, disponibilidade para cumprimento do Regime de Tempo Integral, conforme necessidade do Departamento.

2.2 A lotação e o horário de trabalho serão definidos de acordo com a necessidade do Departamento, e o preenchimento das vagas observará, rigorosamente, a ordem de classificação do Concurso Público e a disponibilidade de vagas.
2.3 Os servidores admitidos estão sujeitos aos deveres funcionais, às proibições, às responsabilidades e às penas disciplinares previstas na Lei Complementar nº 133/1985 e alterações posteriores, no que couber, bem como ao Plano Classificado de Cargos do DMAE – Lei 6.203/1988 e alterações, no que couber, e/ou na legislação específica de cada cargo naquilo que couber.
2.4 Os admitidos, poderão ser submetidos ao regime de plantão de 12 (doze) horas consecutivas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas consecutivas de descanso, observadas as disposições da Lei Complementar nº 341/1995, e suas alterações posteriores.

3. Os candidatos convocados receberão as instruções para admissão por meio do *e-mail* informado no momento da inscrição no concurso, com as devidas orientações que deverão ser rigorosamente seguidas para tratar da admissão.
3.1. A convocação dos candidatos dar-se-á levando em consideração as listas de Ampla Concorrência (AC), reserva de vagas para Pessoas Negras (PN) e reserva de vagas para Pessoas com Deficiência (PcD), conforme regramento estabelecido no Edital de Abertura 001/2024, em seus itens 6 e 7.
3.2. Os candidatos convocados listados abaixo deverão comparecer na Rua 24 de Outubro nº 200, Sala da Coordenação de Ingresso e Movimentação, na QUINTA-FEIRA, 18/12/2025, das 09h às 12h, para manifestação de interesse na contratação temporária, devendo comparecer munidos de documento de identificação oficial com foto e currículo *vitae*.
3.2.1. O não comparecimento dos candidatos convocados conforme orientações dos itens 3 e 3.2. acarretará em sua eliminação, e ocasionará, se conveniente e oportuno para a Administração Pública, o chamamento dos próximos candidatos em lista, observando rigorosamente a ordem de classificação.

NOME	Classificação Geral	Reserva de Vagas – Pessoas Negras (PN)	Reserva de Vagas – PcD
VÂNIA REGINA BIELENKI GRAMINHA	28ª Geral	-	-
TIAGO REZENDE LEITE	29ª Geral	-	-
PAOLLA WANGLON GARCIA	30ª Geral	-	-
EVERTON MASSING DOS SANTOS	31ª Geral	-	-
DANIEL RODRIGUES RIBEIRO	115ª Geral	7ª PN	-
SUSANA MACHADO	241ª Geral	-	5ª PcD
JOÃO MAIERON MARTINS	32ª Geral	-	-
ANA CLAUDIA LUDKE	33ª Geral	-	-
GABRIEL PRATES BALBINOTI	34ª Geral	-	-
CÁSSIO DE ALBUQUERQUE MAFFIOLETTI	35ª Geral	-	-

3.3. Na convocação coletiva serão esclarecidas a forma de contratação, a documentação necessária, a remuneração e a carga-horária de trabalho.
3.4. A contratação temporária não acarreta qualquer prejuízo aos candidatos na continuidade da nomeação do referido Concurso Público, conforme autorizações de vagas pela Administração.

4. Para a Admissão, os candidatos deverão comparecer com a documentação original listada abaixo, na Rua 24 de Outubro, nº 200, Sala da Coordenação de Ingresso e Movimentação, em data e horário a serem informados na data da convocação coletiva:
I - Documento de identificação com foto e CPF – Cadastro de Pessoa Física;
II - Título de Eleitor
III - Certidão de Quitação Eleitoral fornecida pelo TRE (endereço https://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral), não serão aceitas justificativas;
IV - Certificado de reservista ou dispensa de incorporação. Documento comprobatório de quitação das obrigações militares para candidatos do sexo masculino com idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos até 45 (quarenta e cinco) anos completos;
V - PIS ou PASEP. Será aceito o Cartão do Cidadão ou documento de identificação que contenha o número. Se não estiver cadastrado, é necessário negativa expedida pela Caixa Econômica Federal;
VI - Documento comprobatório de escolaridade, conforme requisitos mínimos constantes no quadro demonstrativo de vagas do Edital de Abertura do CP 090/2024 – Assistente Administrativo;
VII – Comprovante de Residência (conta de água, luz, gás ou telefonia; não serão aceitos boletos ou contas de estabelecimentos comerciais);
VIII - Certidão Judicial Criminal Negativa Justiça Estadual - TJRS;
IX - Certidão Judicial Criminal Federal - TRF4;
X - Certidão de Crimes Eleitorais - TRE;
XI - Última Declaração Completa do Imposto de Renda e Recibo.
4.1. Documentos Opcionais, passíveis de serem exigidos, conforme o caso:
a) Certidão de Nascimento do(s) filho(s), se for o caso;
b) Termo de adoção e/ou guarda, conforme o caso;
c) CPF do(s) filho(s), se for o caso;
d) Certidão de casamento ou União Estável, se for o caso;
e) Comprovante do pedido de exoneração, a contar da data da assinatura do Termo de Admissão;
f) Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho, a contar da data da assinatura do Termo de Admissão, homologado pelo Sindicato, quando couber.
g) Alteração contratual ou baixa da empresa ou MEI, se for o caso;
4.2. No caso de o candidato possuir empresa como sócio administrador ou sócio gerente ou MEI, deverá entregar alteração contratual ou baixa da empresa ou MEI, exceto na qualidade de acionista, quotista ou comanditário.
4.3. Em caso de acumulação de cargo, apresentar obrigatoriamente contracheque do órgão de origem, se aplica às funções temporárias, cargos e empregos públicos acumuláveis, previstos pela Constituição Federal, art. 37, XVI, desde que exista compatibilidade de horários.
4.3.1. No caso do candidato possuir cargo público não acumulável ou aposentadoria decorrente de cargo público, seja de órgão público, autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público, nas esferas federal, estadual ou municipal ou nas Forças Armadas, no momento da convocação deverá entregar o comprovante do pedido de exoneração a contar da data da posse ou Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho ou Termo de Cessação da Aposentadoria.

5. Os candidatos convocados serão submetidos à inspeção de saúde, agendada pelo Departamento, para comprovação da aptidão física necessária para o exercício da função temporária.
5.1. O não comparecimento na data agendada para a inspeção médica e exames implicará na eliminação do candidato à função temporária, sem prejuízos à classificação no concurso, ressalvadas situações de impedimento absoluto devidamente comprovadas.
5.2. A inaptidão admissional atestada no laudo do médico perito implicará na eliminação do candidato, sendo considerado inabilitado e perdendo o direito a ocupar a vaga temporária, independente de notificação, e sua substituição ocorrerá observando a ordem de classificação.

6. A remuneração será composta de valor equivalente ao vencimento básico inicial do cargo correspondente à função para a qual for contratado, regime de trabalho integral (RTI), gratificações e vale-alimentação.
6.1 A Gratificação por Desempenho de Atividade Essencial (GDAE), será concedida nos termos da Lei nº 11.245/2012, cuja GDAE Variável é calculada com base no percentual referente à Lei 13.659/2023.
6.2. O vale-alimentação será concedido nos termos da Lei nº 7.532/1994.
6.3. Quadro de REMUNERAÇÃO MENSAL:

Cargo	Remuneração Padrão			Gratificações		Vale-Alimentação	Remuneração Mensal[1]
	Padrão do Cargo	Vencimento Básico	Regime de Trabalho RTI	GDAE Fixa	GDAE Variável		
Assistente Administrativo	6	R$ 1.581,28	R$ 790,64	R$ 664,14	R$ 1.344,09	R$ 800,00	R$ 5.180,15

[1] Valores referentes ao mês de setembro de 2025. A remuneração será atualizada nos mesmos períodos e pelos mesmos índices aplicados aos reajustes da remuneração dos servidores efetivos.

6.4. O vale-transporte será facultativo, mediante solicitação do contratado, e subsidiado pelo Departamento, em conformidade com o estabelecido pela Lei Municipal nº 5.595/1985, e pelo Decreto nº 20.681/2020.
6.5. Os contratados para as funções previstas neste Edital poderão perceber adicional de periculosidade ou de insalubridade, nos percentuais de 20% (vinte por cento), 30% (trinta por cento) ou 40% (quarenta por cento) sobre o vencimento básico, conforme as atividades realizadas e condicionado à emissão de laudo técnico oficial.
6.6. Aos admitidos para as funções previstas neste Edital, no caso de convocação para o serviço noturno, fica assegurado o adicional noturno, nos termos da Lei.
6.7. O servidor temporário terá direito a férias e gratificação natalina, conforme previsto na Lei nº 14.336/2025.
6.8. Aplica-se aos servidores admitidos o exposto no § 1º do Art. 8º da Lei 14.336 “As vantagens de caráter individual ou pessoal dos servidores efetivos não serão consideradas como paradigma de remuneração para os contratados temporariamente”.

7. Ao contratado será aplicado o Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

8. Em data a ser informada pelo Departamento, o candidato deverá apresentar a documentação original para conferência.

9. A assinatura do Termo de Admissão será agendada pela Coordenação de Ingresso e Movimentação após aptidão admissional e análise da documentação.

Porto Alegre, 12 de dezembro de 2025.

JEZONI LUIS DIAS ALMEIDA, Diretor Administrativo e Patrimonial do DMAE.

EDITAL 044/2025

CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE TÉCNICO EM TRATAMENTO DE ÁGUA E ESGOTOS
PROCESSO 25.10.000000182-4

O DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTOS, através da Diretoria Administrativa e Patrimonial, torna público o convite para os profissionais listados abaixo, selecionados por meio do CP 092/2024 – Técnico em Tratamento de Água e Esgotos manifestarem interesse na contratação temporária por tempo determinado, em atendimento à necessidade de excepcional interesse público, conforme Lei 14.336, de 03 de outubro de 2025 e Processo 25.10.000006813-9.

1. A presente contratação terá vigência de Contrato pelo prazo de até 02 (dois) anos, a partir da assinatura do Termo de Admissão por Tempo Determinado, podendo ser prorrogada uma vez, por igual período, a critério da Administração, nos termos da Lei nº 14.336/2025, Artigo 6°.

2. Para atendimento da necessidade da Administração, os candidatos serão convocados para cumprir Regime de Tempo Integral (RTI), com carga horária semanal de 40 (quarenta) horas e acréscimo de 50% (cinquenta por cento) sobre o vencimento básico mensal, nos termos do art. 37, da Lei Municipal nº 6.203, de 03 de outubro de 1988.
2.1 Os candidatos admitidos deverão ter, obrigatoriamente, disponibilidade para cumprimento do Regime de Tempo Integral, conforme necessidade do Departamento.

2.2 A lotação e o horário de trabalho serão definidos de acordo com a necessidade do Departamento, e o preenchimento das vagas observará, rigorosamente, a ordem de classificação do Concurso Público e a disponibilidade de vagas.
2.3 Os servidores admitidos estão sujeitos aos deveres funcionais, às proibições, às responsabilidades e às penas disciplinares previstas na Lei Complementar nº 133/1985 e alterações posteriores, no que couber, bem como ao Plano Classificado de Cargos do DMAE – Lei 6.203/1988 e alterações, no que couber, e/ou na legislação específica de cada cargo naquilo que couber.
2.4 Os admitidos, poderão ser submetidos ao regime de plantão de 12 (doze) horas consecutivas de trabalho por 36 (trinta e seis) horas consecutivas de descanso, observadas as disposições da Lei Complementar nº 341/1995, e suas alterações posteriores.

3. Os candidatos convocados receberão as instruções para admissão por meio do *e-mail* informado no momento da inscrição no concurso, com as devidas orientações que deverão ser rigorosamente seguidas para tratar da admissão.
3.1. A convocação dos candidatos dar-se-á levando em consideração as listas de Ampla Concorrência (AC), reserva de vagas para Pessoas Negras (PN) e reserva de vagas para Pessoas com Deficiência (PcD), conforme regramento estabelecido no Edital de Abertura 001/2024, em seus itens 6 e 7.
3.2. Os candidatos convocados listados abaixo deverão comparecer na Rua 24 de Outubro nº 200, Sala da Coordenação de Ingresso e Movimentação, na QUINTA-FEIRA, 18/12/2025, das 09h às 12h, para manifestação de interesse na contratação temporária, devendo comparecer munidos de documento de identificação oficial com foto e currículo *vitae*.
3.2.1. O não comparecimento dos candidatos convocados conforme orientações dos itens 3 e 3.2. acarretará em sua eliminação, e ocasionará, se conveniente e oportuno para a Administração Pública, o chamamento dos próximos candidatos em lista, observando rigorosamente a ordem de classificação.

NOME	Classificação Geral	Reserva de Vagas – Pessoas Negras (PN)
MARIANA CRISTINA MORAES CORSO	9ª Geral	-

3.3. Na convocação coletiva serão esclarecidas a forma de contratação, a documentação necessária, a remuneração e a carga-horária de trabalho.
3.4. A contratação temporária não acarreta qualquer prejuízo aos candidatos na continuidade da nomeação do referido Concurso Público, conforme autorizações de vagas pela Administração.

4. Para a Admissão, os candidatos deverão comparecer com a documentação original listada abaixo, na Rua 24 de Outubro, nº 200, Sala da Coordenação de Ingresso e Movimentação, em data e horário a serem informados na data da convocação coletiva:
I - Documento de identificação com foto e CPF – Cadastro de Pessoa Física;
II – Carteira Nacional de Habilitação – categoria B;
III - Título de Eleitor
IV - Certidão de Quitação Eleitoral fornecida pelo TRE (endereço: https://www.tse.jus.br/eleitor/certidoes/certidao-de-quitacao-eleitoral), não serão aceitas justificativas;
V - Certificado de reservista ou dispensa de incorporação. Documento comprobatório de quitação das obrigações militares para candidatos do sexo masculino com idade igual ou superior a 18 (dezoito) anos até 45 (quarenta e cinco) anos completos;
VI - PIS ou PASEP. Será aceito o Cartão do Cidadão ou documento de identificação que contenha o número. Se não estiver cadastrado, é necessário negativa expedida pela Caixa Econômica Federal;
VII - Documento comprobatório de escolaridade, conforme requisitos mínimos constantes no quadro demonstrativo de vagas do Edital de Abertura do CP 092/2024 – Técnico em Tratamento de Água e Esgotos;
VIII – Registro Regular do Conselho de Classe;
IX – Certidão de Registro e Quitação do Conselho de Classe;
X – Comprovante de Residência (conta de água, luz, gás ou telefonia; não serão aceitos boletos ou contas de estabelecimentos comerciais);
XI - Certidão Judicial Criminal Negativa Justiça Estadual - TJRS;
XII - Certidão Judicial Criminal Federal - TRF4;
XIII - Certidão de Crimes Eleitorais - TRE;
XIV - Última Declaração Completa do Imposto de Renda e Recibo.

4.1. Documentos Opcionais, passíveis de serem exigidos, conforme o caso:
a) Certidão de Nascimento do(s) filho(s), se for o caso;
b) Termo de adoção e/ou guarda, conforme o caso;
c) CPF do(s) filho(s), se for o caso;
d) Certidão de casamento ou União Estável, se for o caso;
e) Comprovante do pedido de exoneração, a contar da data da assinatura do Termo de Admissão;
f) Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho, a contar da data da assinatura do Termo de Admissão, homologado pelo Sindicato, quando couber.
g) Alteração contratual ou baixa da empresa ou MEI, se for o caso;
4.2. No caso de o candidato possuir empresa como sócio administrador ou sócio gerente ou MEI, deverá entregar alteração contratual ou baixa da empresa ou MEI, exceto na qualidade de acionista, quotista ou comanditário.
4.3. Em caso de acumulação de cargo, apresentar obrigatoriamente contracheque do órgão de origem, se aplica às funções temporárias, cargos e empregos públicos acumuláveis, previstos pela Constituição Federal, art. 37, XVI, desde que exista compatibilidade de horários.
4.3.1. No caso do candidato possuir cargo público não acumulável ou aposentadoria decorrente de cargo público, seja de órgão público, autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista, suas subsidiárias e sociedades controladas, direta ou indiretamente, pelo poder público, nas esferas federal, estadual ou municipal ou nas Forças Armadas, no momento da convocação deverá entregar o comprovante do pedido de exoneração a contar da data da posse ou Termo de Rescisão de Contrato de Trabalho ou Termo de Cessação da Aposentadoria.

5. Os candidatos convocados serão submetidos à inspeção de saúde, agendada pelo Departamento, para comprovação da aptidão física necessária para o exercício da função temporária.
5.1. O não comparecimento na data agendada para a inspeção médica e exames implicará na eliminação do candidato à função temporária, sem prejuízos à classificação no concurso, ressalvadas situações de impedimento absoluto devidamente comprovadas.
5.2. A inaptidão admissional atestada no laudo do médico perito implicará na eliminação do candidato, sendo considerado inabilitado e perdendo o direito a ocupar a vaga temporária, independente de notificação, e sua substituição ocorrerá observando a ordem de classificação.

6. A remuneração será composta de valor equivalente ao vencimento básico inicial do cargo correspondente à função para a qual for contratado, regime de trabalho integral (RTI), gratificações e vale-alimentação.
6.1 A Gratificação por Desempenho de Atividade Essencial (GDAE), será concedida nos termos da Lei nº 11.245/2012, cuja GDAE Variável é calculada com base no percentual referente à Lei 13.659/2023.
6.2. O vale-alimentação será concedido nos termos da Lei nº 7.532/1994.
6.3. Quadro de REMUNERAÇÃO MENSAL:

Cargo	Remuneração Padrão			Gratificações		Vale-Alimentação	Remuneração Mensal[1]
	Padrão do Cargo	Vencimento Básico	Regime de Trabalho RTI	GDAE Fixa	GDAE Variável		
Técnico em Tratamento de Água e Esgotos	7	R$ 1.896,79	R$ 948,40	R$ 796,65	R$ 1.612,27	R$ 800,00	R$ 6.054,11

[1] Valores referentes ao mês de setembro de 2025. A remuneração será atualizada nos mesmos períodos e pelos mesmos índices aplicados aos reajustes da remuneração dos servidores efetivos.

6.4 O vale-transporte será facultativo, mediante solicitação do contratado, e subsidiado pelo Departamento, em conformidade com o estabelecido pela Lei Municipal nº 5.595/1985, e pelo Decreto nº 20.681/2020.
6.5. Os contratados para as funções previstas neste Edital poderão perceber adicional de periculosidade ou de insalubridade, nos percentuais de 20% (vinte por cento), 30% (trinta por cento) ou 40% (quarenta por cento) sobre o vencimento básico, conforme as atividades realizadas e condicionado à emissão de laudo técnico oficial.
6.6. Aos admitidos para as funções previstas neste Edital, no caso de convocação para o serviço noturno, fica assegurado o adicional noturno, nos termos da Lei.
6.7 O servidor temporário terá direito a férias e gratificação natalina, conforme previsto na Lei nº 14.336/2025.

6.8 Aplica-se aos servidores admitidos o exposto no § 1º do Art. 8º da Lei 14.336 “As vantagens de caráter individual ou pessoal dos servidores efetivos não serão consideradas como paradigma de remuneração para os contratados temporariamente”.

7. Ao contratado será aplicado o Regime Geral de Previdência Social (RGPS).

8. Em data a ser informada pelo Departamento, o candidato deverá apresentar a documentação original para conferência.

9. A assinatura do Termo de Admissão será agendada pela Coordenação de Ingresso e Movimentação após aptidão admissional e análise da documentação.

Porto Alegre, 12 de dezembro de 2025.

JEZONI LUIS DIAS ALMEIDA, Diretor Administrativo e Patrimonial do DMAE.

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

RESULTADO DE DISPENSA ELETRÔNICA

O DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, através da Coordenação de Administração e Serviços da Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio, torna público o resultado de julgamento final da Dispensa de Licitação abaixo, que restou FRACASSADA:
DISPENSA ELETRÔNICA 002/2025 – PROCESSO 25.14.000005859-0, para a contratação de empresa seguradora especializada no ramo aeronáutico, regularmente autorizada pela SUSEP, para prestação dos serviços de seguro aeronáutico do tipo CASCO (seguro total) e R.E.T.A (Responsabilidade Civil do Explorador ou Transportador Aéreo), destinados à proteção da aeronave *VANT DJI Mavic 3 Enterprise*, com módulo RTK DJI, pertencentes ao Departamento Municipal de Habitação – DEMHAB, Avenida Princesa Isabel, n°1115.

Porto Alegre, 12 de dezembro de 2025.

ANDRÉ LUIZ DE MELLO MACHADO, Diretor-Geral do DEMHAB.

EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTE E CIRCULAÇÃO

RESOLUÇÃO 006/2025

PROCESSO 22.16.000047627-7

Estabelece os procedimentos para a concessão e renovação do Cartão de Bilhetagem Eletrônica das isenções tarifárias referidas para a criança ou o adolescente necessitado e matriculado ou vinculado nas entidades assistenciais Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul (FASE) e Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul (FPE), bem como aos beneficiários dos programas vinculados à Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), e seus eventuais acompanhantes.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA EPTC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei nº 8. 133, de 12 de janeiro de 1998, e em conformidade com o que dispõe a Lei nº 12.944, de 30 de dezembro de 2021,

RESOLVE:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1° Ficam estabelecidos, por esta Resolução, os procedimentos para a concessão e renovação do Cartão de Bilhetagem Eletrônica para as isenções tarifárias para a criança ou o adolescente necessitado e matriculado ou vinculado nas entidades assistenciais Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul (FASE e Fundação de Proteção Especial do Rio Grande do Sul (FPE), bem como aos beneficiários dos programas vinculados à Secretaria Municipal de Assistência Social (SMAS), e seus eventuais acompanhantes, referidas nos arts. 13 e art. 16 da Lei nº 12.944, de 30 de dezembro de 2021.

CAPÍTULO II
DAS CONDIÇÕES PARA REQUERIMENTO DA ISENÇÃO

Art. 2º A concessão e a renovação do benefício de isenção tarifária às crianças e adolescentes assitidos dar-se-á mediante o atendimento dos critérios estabelecidos pela Lei nº 12.944/2021, e apresentação dos seguintes documentos:
I – Ficha de Inscrição de Beneficiário (FIB), conforme modelo estabelecido no Anexo I desta Resolução, devidamente preenchida e assinada pelo responsável legal;
II – fotocópia de documento de identificação e do Cadastro de Pessoa Física (CPF);
III – fotocópia do documento de identificação e do cadastro de pessoa física (CPF) do responsável legal;
IV – comprovante de domicílio em nome do responsável legal, emitido nos últimos 90 (noventa) dias;
V – comprovantes de renda familiar de todos os membros do grupo familiar com 18 (dezoito) anos ou mais, emitidos nos últimos 90 (noventa) dias
VI – fotografia recente e sem rasuras, própria para documentos, com fundo branco para inclusões e, sempre que requerido, para renovações;
VII – comprovante de inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) válido.
§ 1º Ficam desobrigadas a apresentar as documentações comprobatórias, os beneficiários que estão acolhidos em Abrigos no Município de Porto Alegre.
§ 2º Caso o benefíciário que não possua renda ou renda autônoma, deve ser preenchida a declaração contida na FIB.
§ 3º O arquivo contendo a fotografia também pode ser enviado diretamente à EPTC.

Art. 3º A concessão de isenção tarifária a acompanhante dar-se-á mediante o preenchimento dos critérios legais e apresentação dos seguintes documentos:
I – Ficha de Inscrição de Acompanhante, conforme modelo estabelecido no Anexo II desta Resolução, devidamente preenchida e assinada pelo requerente;
II – fotocópia de documento de identificação e CPF;
III – comprovante de domicílio emitido nos últimos 90 (noventa) dias;
IV – comprovante de renda familiar emitidos nos últimos 90 (noventa) dias;
V - Certidão de inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) válido;
VI – fotografia recente e sem rasuras, própria para documentos, com fundo branco para inclusões e, sempre que requerido, para renovações.
§ 1º Caso o benefíciário que não possua renda ou renda autônoma, deve ser preenchida a declaração contida na FIB.
§ 2º O arquivo contendo a fotografia também pode ser enviado diretamente à EPTC.
§ 3º A instituição em que o beneficiário estiver matriculado ou vinculado fará a análise da necessidade de acompanhante, ficando esta responsável pela confirmação e comprovação da necessidade da concessão do benefício.
§ 4º O acompanhante deverá ter 18 (dezoito) anos ou mais.
§ 5º A inclusão do benefício da isenção de acompanhante contabiliza nas metas destinadas à Instituição de acordo com o Termo de Delegação de Poderes.
§ 6º A concessão e renovação do cartão de isenção tarifária de uso individual ao acompanhante, dar-se-á mediante a assinatura e preenchimento do Termo de Responsabilidade, conforme modelo estabelecido no Anexo III desta

Resolução.

CAPÍTULO III
DOS PROCEDIMENTOS E PRAZOS

Art. 4º Os Cartões da Bilhetagem Eletrônica deverão ser solicitados diretamente nas instituições em que estão matriculados ou vinculados os beneficiários ou requerentes.

Art. 5º As instituições representativas deverão encaminhar a documentação referida nos artigos 2º e 3º desta Resolução para a EPTC por meio de Processo Eletrônico SEI próprio ou através do *e-mail* raca@eptc.prefpoa.com.br, seguindo as orientações:
I – Ofício deve ser enviado em 01 arquivo PDF e deverá ser numerado, conter a descrição das solicitações, carimbo da Instituição representativa e assinatura de pessoa previamente cadastrada na EPTC;
II – Ficha de Inscrição e documentos deverão devem ser enviadas em um único arquivo em PDF.
§ 1º Os documentos informados no Incs. I e II também poderão ser unificados e enviados em apenas 01 arquivo PDF.
§ 2º O procedimento previsto neste artigo deverá ser repetido para cada ofício enviado e no caso de indeferimento o processo deverá ser inteiramente repetido.
§ 3º O número de ofício não poderá ser repetido.

Art. 6º O prazo para a conclusão das solicitações, inclusões e renovações será de até 15 (quinze) dias úteis, a contar da data em que a EPTC acusar o recebimento do ofício encaminhado pela instituição.

Art. 7º A solicitação e a expedição da segunda via do Cartão da Bilhetagem Eletrônica observará os seguintes procedimentos:
I – o usuário deverá solicitar o cancelamento do Cartão junto à Central de Atendimento da Bilhetagem Eletrônica;
II – somente será deferido pedido de segunda via caso o benefício do usuário esteja válido, sem bloqueios ou averiguações pendentes.
III – os cartões ficarão disponíveis para retirada pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias.

Art. 8º As primeiras vias do Cartão de Bilhetagem Eletrônica somente poderão ser retiradas por responsável da instituição previamente cadastrado na EPTC.
Parágrafo único. As segundas vias também poderão ser retiradas pelos responsáveis legais do beneficiário.

CAPÍTULO IV
DO CADASTRAMENTO E DAS RESPONSABILIDADES DAS INSTITUIÇÕES REPRESENTATIVAS

Art. 9º Para fins de autorização de encaminhamento das solicitações referentes Cartão da Bilhetagem Eletrônica, as instituições representativas deverão se cadastrar previamente na EPTC, apresentando:
I - ata de eleição e posse da Diretoria ou publicação da nomeação no Diário Oficial;
II - documento de identificação do representante legal que será cadastrado na EPTC;
III - Ficha de Informação da Instituição (FII), conforme modelo estabelecido no Anexo IV desta Resolução, devidamente preenchida, assinada pelo responsável e com carimbo da Instituição, com todos os dados cadastrais, nomes e assinaturas das pessoas autorizadas a representar a instituição perante a EPTC;
IV - Termo de Compromisso com assinatura original ou assinatura eletrônica devidamente autenticada pelo site responsável, conforme modelo estabelecido no Anexo V desta Resolução;
V - Termo de Delegação de Poderes fornecido pela SMAS, conforme números de metas estipuladas.
Parágrafo único. O procedimento descrito no *caput* deste artigo deverá ser refeito no recadastramento, que ocorre no vencimento da gestão.

Art. 10. Constituem deveres das instituições:
I - dar total atendimento aos seus assistidos, entrando em contato com a EPTC para qualquer divergência ou problema que ocorrer com o uso do Cartão da Bilhetagem Eletrônica, sem delegar essa resolução ao usuário;
II – prestar orientação aos beneficiários quanto às normas e aos procedimentos que devem ser observados para a fruição do benefício;
III - realizar as entregas da documentação previstas nesta Resolução;

IV – retirar os cartões na sede do operador da Bilhetagem Eletrônica;
V – entregar os cartões aos usuários e orientar nos casos de indeferimento do benefício.
VI – observar, com rigor, as orientações, normatizações, comunicações e requisições da EPTC e do Município, sob pena de cassação do credenciamento para atuarem no âmbito das isenções tarifárias.

CAPÍTULO V
DAS COMPETÊNCIAS DA EPTC

Art. 11. Compete à EPTC:
I – o controle e a fiscalização da emissão dos Cartões da Bilhetagem Eletrônica;
II – a conferência dos documentos e, em caso de indeferimento, alteração na validação eletrônica;
III – o indeferimento das solicitações, no caso de não atendimento às normas estabelecidas nesta Resolução e critérios estabelecidos na Legislação vigente, apontando as incorreções ou rasuras e especificando os motivos;
IV – o bloqueio do Cartão da Bilhetagem Eletrônica ao ser identificada qualquer irregularidade;
V – o repasse para o operador da bilhetagem das informações pertinentes para entrega de cartões e/ou documentações às Instituições.
VI – o sancionamento das entidades ou instituições representativas, na hipótese de ocorrência de irregularidades em sua atuação no âmbito das isenções tarifárias;
VII – o descadastramento das entidades ou instituições representativas.

CAPÍTULO V
DA RESPONSABILIDADE DO OPERADOR DO SISTEMA DE BILHETAGEM ELETRÔNICA

Art. 12. Compete ao operador do Sistema de Bilhetagem Eletrônica realizar a entrega de cartões, primeiras vias, para o responsável pelas Instituições, e segundas vias do Cartão da Bilhetagem Eletrônica para Instituições ou responsáveis legais.
Parágrafo único. Quando da entrega dos cartões mencionados *caput* deste artigo, esta deverá ser feita somente a pessoas autorizadas e identificadas no Sistema da Bilhetagem Eletrônica no cadastro da instituição mantido pela EPTC, nos termos desta Resolução.

Art. 13. São partes integrantes desta Resolução:
I – O Anexo I – Ficha de Inscrição de Beneficiário (FIB);
II – O Anexo II – Ficha de Inscrição de Acompanhante;
III – O Anexo III – Termo de Responsabilidade – TRI Acompanhante;
IV – O Anexo IV – Ficha de Informações de Instituição;
V – O Anexo V – Termo de Compromisso;
VI – O Anexo VI - Ficha de Solicitação de Aumento de Cota;
VII – O Anexo VII - Ficha de Solicitação de Direito de Uso.

Art. 14. Fica revogada a Resolução nº 031/2023.

Art. 15. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

Porto Alegre, 11 de dezembro de 2025.

PEDRO BISCH NETO, Diretor-Presidente EPTC.

Anexo I – Ficha de Inscrição de Beneficiário (FIB)

http://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/5894_ce_581813_1.pdf

Anexo II – Ficha de Inscrição de Acompanhante

http://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/5894_ce_581813_2.pdf

Anexo III – Termo de Responsabilidade – TRI Acompanhante

http://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/5894_ce_581813_3.pdf

Anexo IV – Ficha de Informações de Instituição

http://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/5894_ce_581813_4.pdf

Anexo V – Termo de Compromisso

http://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/5894_ce_581813_5.pdf

Anexo VI - Ficha de Solicitação de Aumento de Cota

http://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/5894_ce_581813_6.pdf

Anexo VII - Ficha de Solicitação de Direito de Uso

http://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/5894_ce_581813_7.pdf

RESOLUÇÃO 015/2025

PROCESSO 22.16.000047661-7

Estabelece os procedimentos para a concessão e renovação do Cartão de Bilhetagem Eletrônica das isenções tarifárias para o estudante hipossuficiente, regularmente inscrito no Ensino Fundamental, Médio, Técnico, Profissionalizante, Graduação ou Preparatório.

O DIRETOR-PRESIDENTE DA EPTC, no uso das atribuições que lhe confere a Lei 8.133, de 12 de janeiro de 1998, e de conformidade com o que dispõe a Lei 12.944, de 30 de dezembro de 2021,

RESOLVE:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Ficam estabelecidos, por esta Resolução, os procedimentos para a concessão e renovação do Cartão de Bilhetagem Eletrônica para as isenções tarifárias para o estudante hipossuficiente, regularmente inscrito no Ensino Fundamental, Médio, Técnico, Profissionalizante, Graduação ou Preparatório, assim estabelecidas no art. 4º da Lei nº 12.944, de 30 de dezembro de 2021.
Parágrafo único. Os procedimentos previstos no *caput* deste artigo iniciar-se-ão no primeiro dia útil de cada ano.

Art. 2º Os Cartões de Passagem Escolar emitidos ou renovados dentro de um exercício poderão ser revalidados até o último dia do mês de fevereiro do ano seguinte, exclusivamente pelos beneficiários que comprovarem continuar em atividade letiva em tal período, mediante o fornecimento do respectivo comprovante de frequência ao posto de recarga.
Parágrafo único. Ficam isentos do fornecimento do comprovante descrito no *caput* do art. 2º desta Resolução os beneficiários que tenham apresentado, quando da emissão, renovação ou revalidação do documento, comprovante com validade superior ao mês de dezembro do ano-exercício anterior.

Art. 3º Na hipótese de aumento de tarifa do transporte coletivo por ônibus, os créditos anteriormente adquiridos pelos usuários serão, pelo prazo de 30 (trinta) dias, utilizados com observância à tarifa antiga, interregno após o qual passará a ser debitado, no Cartão de Passagem Escolar, o valor correspondente à nova tarifa.

Art. 4º Na hipótese de troca de faixa de isenção, observar-se-á, no momento do processo de renovação do benefício de Passagem Escolar, os créditos porventura existentes no cartão, os quais serão debitados seguindo a regra da

faixa de isenção anterior à troca, até que sejam totalmente consumidos.
Parágrafo único. Na hipótese de alteração de faixa de isenção, o novo desconto comecará a viger a partir do 1º (primeiro) dia do mês subsequente, sendo que as recargas anteriores a esta data, ainda permanecerão com o desconto antigo.

Art. 5º Consideram-se Órgãos Oficiais Competentes para reconhecer os Estabelecimentos de Ensino Públicos ou Privados de Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Graduação e Supletivos:
I - o Ministério da Educação (MEC);
II - a Secretaria Estadual de Educação (SEC);
III - as Secretarias Municipais de Educação.
Parágrafo único. Consideram-se Outros Setores da Área de Educação, para efeitos da legislação municipal que dispõe sobre a Passagem Escolar, os setores internos da Secretaria Estadual de Educação (SEC) e das Secretarias Municipais de Educação que realizem o cadastramento dos Estabelecimentos de Ensino, a exemplo da Superintendência de Ensino Profissionalizante (SUEPRO).

Art. 6º A concessão do benefício da Passagem Escolar para os alunos de cursos preparatórios fica condicionada ao prévio cadastro do respectivo estabelecimento na Coordenação de Passagem Escolar e Isenções (CPEI/EPTC):
I - Contrato social e suas eventuais alterações, constando como objeto, especificamente, a oferta de curso preparatório e suas respectivas modalidades;
II - comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
III - assinatura do Termo de Compromisso para cursos preparatórios, conforme modelo disponibilizado no portal da Empresa Pública de Transporte e Circulação (EPTC), na *Internet*.

Art. 7º A solicitação do Cartão da Bilhetagem Eletrônica deverá ser encaminhada pelo aplicativo Tri ou por meio da respectiva Entidade Representativa.

Art. 8º Aos beneficiários será atribuída a responsabilidade pela guarda do Cartão da Bilhetagem Eletrônica.

Art. 9º Serão bloqueados e apreendidos os Cartões da Bilhetagem Eletrônica que forem utilizados por terceiros, que tenham sido fornecidos irregularmente ou, ainda, que apresentem qualquer tipo de adulteração, rasura, ou utilização fora do estrito objeto do benefício.
Parágrafo único. Na hipótese de bloqueio em função de biometria facial, o restabelecimento ou o cancelamento do benefício observará os procedimentos específicos estabelecidos na Lei 12.509, de 30 de janeiro de 2019.

Art. 10 Nos termos da Lei nº 12.944, de 30 de dezembro de 2021, a Passagem Escolar não contempla:
I - os alunos matriculados em cursos de nível superior ao da Graduação, como os cursos de Pós-Graduação, Mestrado, Doutorado, Pós-Doutorado ou Residência Médica;
II - estágios não obrigatórios;
III - cursos realizados em sua totalidade à distância (EAD), observando-se que as aulas virtuais não são válidas como presenciais.
Parágrafo único. Não são considerados cursos preparatórios, para efeitos de concessão da Passagem Escolar, os cursos oferecidos com vista à aprovação em concursos públicos ou para acesso a cargos ou empregos públicos.

Art. 11 A concessão do benefício de isenção tarifária aos estudantes hipossuficientes dar-se-á mediante o atendimento dos critérios estabelecidos pela Lei nº 12.944, de 30 de dezembro de 2021, e apresentação dos seguintes documentos:
I - Ficha de Inscrição de Beneficiário (FIB), conforme modelo estabelecido no Anexo I desta Resolução, devidamente preenchida e assinada pelo requerente ou formulário eletrônico preenchido pelo aplicativo do Tri;
II - fotocópia de documento de identificação e CPF;
III - fotografia 3x4, recente e sem rasuras, própria para documentos;
IV - fornecimento de documento que comprove atividade escolar, contendo o nome completo do aluno, datado no período letivo corrente, comprovando atividade escolar presencial, o qual deve ser original com autenticação, carimbo e assinatura da Instituição de Ensino ou podendo ser fotocópia de documento com autenticação eletrônica da Instituição de Ensino;
V - comprovante de domicílio emitido nos últimos 90 (noventa) dias em nome do requerente ou declaração, devidamente assinada, acompanhada de cópia do documento de identidade do declarante;
VI - comprovantes de renda familiar emitidos nos últimos 90 (noventa) dias;

VII - Comprovante de inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) válido;
§ 1º Os menores de 18 (dezoito) anos de idade poderão fornecer fotocópia da Certidão de Nascimento, em substituição ao documento de identidade.
§ 2º O beneficiário, ainda que menor de 18 (dezoito) anos de idade, deverá apresentar Cadastro de Pessoa Física (CPF) próprio.
§ 3º Após a conferência pela CPEI/EPTC, os documentos previstos neste artigo serão descartados.
§ 4º Os documentos referidos nos incs, I, V e no § 4º do art. 11, desta Resolução, devem ser assinados pelo próprio requerente ou em caso deste ser menor de 18 (dezoito) anos, por seu responsável legal.
§ 5º São aceitos como comprovantes de domicílio qualquer correspondência comercial, declaração do posto de saúde, CRAS ou associação, devidamente assinada e carimbada pela instituição declarante e, desde que atualizada, a certidão do CadUnico com o QRCODE.
§ 6º São aceitos como comprovantes de renda o contracheque, o recibo, o demonstrativo ou o extrato de benefícios e, desde que atualizada, a certidão do CadUnico com o QRCODE, observanando-se que para o benefíciário que não possuir renda ou renda autônoma deve ser preenchida a declaração contida na FIB e que para o grupo familiar deve ser entregue auto declaração.
§ 7 ª Quando a solicitação for realizada pela entidade estuantil, o aluno deverá retirar o cartão na entidade estudantil representativa; no caso da solicitação pelo aplicativo, o aluno poderá apontar o local de retirada dentro da opções disponíveis.

Art. 12 O requerente terá direito à compra de até 75 (setenta e cinco) passagens mensais.
Parágrafo único. No caso de possuir isenção tarifária integral, o requerente terá direito a 75 (setenta e cinco) viagens mensais.

Art. 13 A renda *per capita* será calculada com base na soma dos vencimentos de todos os moradores de uma residência, dividida pelo número de pessoas, independentemente do laço afetivo.

Art. 14 Os Requerimentos de isenção tarifária aos estudantes hipossuficientes poderão ser encaminhados pelo Aplicativo do Tri ou por Entidade Representativa.

Art. 15 No caso de terem sido encaminhados por Entidade Representativa, os requerimentos para obtenção do Cartão da Bilhetagem Eletrônica permanecerão na CPEI/EPTC por até 12 (doze) dias úteis; escoado o prazo, os cartões autorizados e as solicitações indeferidas, com a indicação dos respectivos motivos, serão entregues às Entidades remetentes.
Parágrafo único. A Entidade Representativa deverá entregar os cartões autorizados pela EPTC a seus representados em no máximo 15 (quinze) dias úteis contados da data da solicitação destes.

Art. 16 No caso de terem sido encaminhados diretamente para a EPTC, o prazo de análise dos requerimentos e disponibilidade dos Cartões da Bilhetagem Eletrônica é de até 12 (doze) dias úteis.
Parágrafo único. No caso das solicitações indeferidas, o beneficiário terá acesso ao motivo do indeferimento de sua solicitação diretamente no aplicativo do Tri.

Art. 17 A renovação anual do Cartão de Bilhetagem Eletrônica pelas Entidades Representativas dar-se-á mediante a apresentação dos mesmos documentos necessários para a concessão do benefício.
§ 1º No caso de renovação do benefício através de Entidade Representativa, o usuário também deve apresentar o cartão da bilhetagem para conferência.
§ 2º Desde que o requerimento de concessão tenha sido feito através de Entidade Estudantil, fica garantido ao usuário que, no ato da renovação, não possuir o Cartão de Passagem Escolar em virtude de perda, furto ou roubo, o direito de solicitar a renovação do benefício e a emissão de uma nova via.
§ 3º Quando a solictação for realizada diretamente pela EPTC o estudante pode requerer a segunda do via do cartão junto com a renovação do cartão ou diretamente para a ATP no site tripoa.net.br, aplicativo Tri ou pelo callcenter 3027.9959.
§ 4º A transferência de créditos escolares do cartão antigo para o novo é feita de forma automática quando é solicita a segunda via, quando a retirada for realizada por entidades estudantis, ficam essas responsáveis pela guarda e entrega do cartão somente para o titular ou pessoa devidamente autorizada pelo próprio, impedindo assim, o uso indevido do benefício.

Art. 18 A operacionalização da renovação anual do Cartão de Passagem Escolar, quando solicitada por meio das

Entidades Representativas, compreenderá as seguintes etapas:
I - cadastro por meio do portal https://precad.tripoa.net.br/ no sistema denominado PRECAD, pela Entidade Representativa, que habilitará o beneficiário a validade de recargas por 30 dias à contar da data da realização do PRECAD, a partir de 15 (quinze) dias anteriores ao início das atividades escolares, ou, na hipótese de já se encontrar em seu período de aulas;
II – anexação de todos os documentos diretamente no sistema, contendo as FIBs, documentos de comprovações de renda e domcílio, documento que comprove o vínculo estudantil e comprovaçao de inscrição no CadUnico;
III - no prazo de até 25 (vinte e cinco) dias úteis, a partir da data que a EPTC acusar o recebimento, a CPEI/EPTC fará a análise e fiscalização dos comprovantes.
IV – A EPTC receberá as solicitações das entidades estudantis, identificadas por lotes, via relatório da ATP que será gerado diariamente.
§ 1º A Entidade Representativa somente poderá lançar anualmente uma renovação para cada Cartão de Passagem Escolar.
§ 2º O resultado da análise ficará disponível para a entidade estudantil diretamente no sistema do PRECAD.
§ 3º Na hipótese da Entidade Representativa não fornecer à CPEI/EPTC os documentos referentes a todos os lançamentos efetuados por ela no sistema PRECAD, será efetuada sua notificação para a prestação de esclarecimentos, a serem por ela apresentados no prazo máximo de 10 (dez) dias.
§ 4º Sendo insuficiente o teor dos esclarecimentos prestados, ou não o tendo sido, determinará a EPTC, por intermédio da CPEI/EPTC, abertura de Processo Administrativo para apuração de responsabilidade pelos cadastramentos não documentados, podendo este redundar em descredenciamento da Entidade responsável, no caso de haver suficiência de evidências contrárias à Entidade em questão.

Art. 19 A operacionalização da renovação anual do Cartão de Passagem Escolar, quando solicitada diretamente para a EPTC, compreenderá as seguintes etapas:
I - cadastro por meio do aplicativo Tri, que habilitará o beneficiário a validade de recargas por 30 (trinta) dias à contar da data da realização do PRECAD, a partir de 15 (quinze) dias anteriores ao início das atividades escolares, ou, na hipótese de já se encontrar em seu período de aulas;
II - preencheenchimento do formulário e anexação dos comprovações de renda e domicílio, documento que comprove o vínculo estudantil e comprovaçao de inscrição no CadUnico;
III - no prazo de até 25 (vinte e cinco) dias úteis, a partir da data que a EPTC acusar o recebimento da solicitação, a CPEI/ EPTC fará a análise e fiscalização dos comprovantes.
§ 1º A renovação do Cartão de Passagem Escolar é anual.
§ 2º Caso a documentação não atenda aos critérios estabelecidos no art. 11 desta Resolução, o indeferimento será informado ao requerente diretamente no aplicativo.

Art. 20 O requerimento e a expedição da segunda via do Cartão da Bilhetagem Eletrônica observarão os seguintes procedimentos:
I - o usuário deverá solicitar o cancelamento do Cartão à Central de Atendimento da Bilhetagem Eletrônica;
II - efetuada a comunicação descrita no inc. I, compete ao usuário:
a) nos casos de perda, furto, roubo ou danificação do Cartão da Bilhetagem Eletrônica, em que o beneficiário tiver efetuado a solicitação de concessão pela Entidade Estudantil, a retirada do novo cartão deverá ser feita na própria Entidade Representativa.
b) no caso do validador do ônibus não estar reconhecendo o *chip* e o cartão estar em perfeito estado de conservação e esse ter menos de um ano de uso, o aluno deve se dirigir até um posto de recarga com o cartão e um documento com foto em mãos para fazer uma avaliação, e caso na avaliação for constatado dano interno, a nova via não terá custo.
§ 1º Compete às Entidades Representativas, nas hipóteses previstas na al. "a" do inc. II deste artigo, solicitar a emissão dos cartões escolares junto à CPEI/EPTC, fornecendo-lhe a planilha disponibilizada no portal da EPTC, na *Internet*, a ser preenchida em ordem alfabética, devidamente assinada e carimbada, com no máximo 25 (vinte e cinco) solicitações por lote.
§ 2º O estudante pode realizar a solicitação da segunda via do cartão diretamente pelo portal www.tripoa.net.br, aplicativo do Tri ou *Callcenter* da ATP pelo telefone (51) 3027-9959.
§ 3º O local de retirada será de acordo com a opção escolhida pelo usuário.

Art. 21 De modo a operacionalizar a emissão do Cartão de Passagem Escolar, as Entidades Representativas de estudantes deverão observar, ainda, os seguintes procedimentos:

I - realização de seu cadastramento na CPEI/EPTC, mediante a lavratura do Termo de Compromisso disponibilizado no portal da EPTC na *Internet*, através de *link* enviado por *e-mail*, contendo assinatura com reconhecimento de firma, dos respectivos Dirigentes, cuja legitimidade será demonstrada com o fornecimento da situação cadastral do CNPJ atualizada, das Atas de Eleição, do Estatuto e da Posse da Diretoria, registros esses, devidamente averbados, nos termos da Lei Civil, observando-se que quaisquer alterações na direção da Entidade implicarão na necessidade de lavratura de novo Termo de Compromisso, bem como sua assinatura pela nova Direção;
II - impressão das Fichas de Inscrição de Beneficiários (FIB), conforme modelo disponibilizado no portal da EPTC, na *Internet*;
III- orientação aos beneficiários quanto às normas e aos procedimentos que devem ser observados para a fruição do benefício, devendo abster-se de orientar e delegar aos beneficiários o contato com a EPTC;
IV - execução dos serviços de sua competência no que tange ao Cartão de Passagem Escolar, sobretudo os de solicitação e de entrega dos documentos, fornecendo ao posto de atendimento a relação, ordenada alfabeticamente, dos nomes dos beneficiários, em duas vias, sendo que uma via lhe será devolvida, carimbada e assinada, contendo a data de entrada dos documentos para fins de protocolização do recebimento da remessa e com no máximo 25 (vinte e cinco) solicitações por Lote;
V - manutenção, durante todo o ano letivo, do atendimento aos beneficiários representados, observando as normas legais que regulam o benefício da passagem escolar, os atos normativos da EPTC, operacionalizados pela Coordenação de Passagem Escolar e Isenções - CPEI/EPTC , e a exclusividade da Entidade, no que tange ao contato com os beneficiários visando à arrecadação e entrega de documentos, vedada a delegação a terceiros, salvo o disposto no art. 21 desta Resolução, devendo abster-se de orientar e delegar aos beneficiários o contato com a EPTC;
VI - entrega aos usuários representados, no prazo máximo de 15 (quize) dias úteis, contados da data da solicitação, dos Cartões de Passagem Escolar validados e dos requerimentos indeferidos, fornecendo a cada requerente um protocolo para a retirada do Cartão de Passagem Escolar, composto, entre outros, por seu nome completo, data de solicitação e carimbo da Entidade;
VII - recolhimento, a cada solicitação de Cartão de Passagem Escolar, da documentação necessária para concessão e renovação do benefício;
VIII - Realização de pré-cadastro dos requerentes no portal https://precad.tripoa.net.br/ no sistema denominado PRECAD, preenchendo todos os campos solicitados na inclusão, salvo os não fornecidos pelos usuários, o qual o habilitará, no caso das renovações, a validade de recargas por 30 dias à conta da data da realização do PRECAD, a partir de 15 (quinze) dias anteriores ao início das atividades escolares, ou desde que este já esteja em seu período de aulas;
IX - fornecimento à CPEI/EPTC da relação de autorizados a tramitar documentos referentes ao Cartão de Passagem Escolar, em número não superior a 05 (cinco) pessoas, observando que:
a) no caso de Dirigentes eleitos, deverá ser anexado o comprovante de matrícula atual e das rematrículas subsequentes;
b) no caso de funcionários da Entidade, o Contrato de trabalho vigente ou cópia de sua Carteira de Trabalho (CTPS);
c) no caso de prestadores de serviço sem vínculo empregatício, deverá ser efetuado o credenciamento previsto no art. 20 desta Resolução;
d) no caso de bolsistas, deverá ser apresentado o Contrato assinado entre as partes.
X - observar, com rigor, as orientações, normatizações, comunicações e requisições da EPTC e do Município, sob pena de cassação do credenciamento para atuarem no âmbito das isenções tarifárias;
XI - observar o valor máximo de 06 (seis) tarifas integrais do Transporte Coletivo por Ônibus que poderá ser cobrado dos estudantes, a título de Taxa Conveniência, conforme art. 21 da Lei 12.944, de 2021, e art. 13, § 2º, do Decreto 21.406, de 02 de março de 2022.
§ 1º Considera-se Entidade Representativa Estudantil, para fins da legislação de isenção tarifária do Transporte Coletivo por Ônibus do Município de Porto Alegre, as pessoas jurídicas devidamente constituídas na forma da Lei e que tenham por objeto social a atuação representativa dos estudantes, em qualquer dos níveis de Ensino.
§ 2º As Entidades Representativas Estudantis, para se habilitarem nas funções de solicitação e entrega dos cartões de bilhetagem eletrônica de Passagem Escolar, deverão comprovar perante a EPTC, capacidade técnica e idoneidade moral e financeira.
§ 3º A EPTC fornecerá ao representante da Entidade Representativa, os cadastros atualizados da Entidade, os quais tenham sido entregues e devidamente digitados no sistema de PRECAD.
§ 4º Os dados inseridos no sistema PRECAD também devem estar preenchidos integralmente na FIB e conter o devido número FIB.
§ 5º Na hipótese da Entidade não fornecer à EPTC os documentos referentes a todos os lançamentos efetuados por ela no sistema PRECAD, proceder-se-á na forma dos §§ 2º, 3º e 4º do art. 18 desta Resolução.

§ 6º A não observância dos incs. VIII e IX do *caput* deste artigo implicará o indeferimento da solicitação.
§ 7º A Entidade Representativa que não efetuar a devida orientação aos beneficiários relativamente às normas e aos procedimentos que devem ser observados para a fruição do benefício, poderá ser penalizada.

Art. 22 Somente poderão cadastrar-se na CPEI/EPTC as Entidades Representativas cujos Dirigentes tenham idade superior a 16 (dezesseis) anos.
§ 1º Tratando-se de Dirigentes menores de 18 (dezoito) e maiores de 16 (dezesseis) anos de idade, é imprescindível a assinatura de Termo de Compromisso por seus Responsáveis Legais, qualidade devidamente comprovada por meio de cópia autenticada do Documento de identidade ou equivalente.
§ 2º Após a assinatura do Termo de Compromisso referido no § 1º deste artigo, restarão os signatários responsáveis pela instituição perante a EPTC, no que se refere aos procedimentos previstos na presente Resolução.

Art. 23 As Entidades e os Prestadores de Serviços deverão emitir, periodicamente, prestações de contas relativas ao Primeiro Semestre (de janeiro a junho) e ao Segundo Semestre (julho a dezembro).
§ 1º As Entidades Representativas apresentarão por meio do preenchimento de formulário próprio para tal fim, destacando o total arrecadado com a atividade e a destinação dos valores recebidos, nos termos do modelo disponibilizado pela CPEI/EPTC, por meio de correio eletrônico.
§ 2º Os Prestadores de Serviços devem fornecer documento autenticado por Contador Responsável que especifique os cartões solicitados e as renovações e discriminando o histórico financeiro estabelecido com cada Entidade para a qual tenha prestado serviços.
§ 3º As prestações de contas deverão ser apresentadas à EPTC, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, prorrogáveis por igual período, mediante solicitação formal e autorização expressa, contados do encerramento do respectivo semestre.
§ 4º A não apresentação até o final do período concedido no § 3º, acarretará a suspensão do cadastro da Entidade ou Prestadora de Serviços junto a EPTC.

Art. 24 Havendo interesse da Entidade Representativa na delegação do serviço de emissão de cartões em favor de empresa especializada em tal procedimento, deverá ser observado:
I - o prévio fornecimento de cópia do respectivo Contrato à CPEI/EPTC, documento no qual constarão autenticadas as assinaturas nele lançadas;
II - na hipótese do Contrato de prestação de serviços ter sido assinado por Dirigente menor de 18 (dezoito) anos e maior de 16 (dezesseis) anos, deverá o documento trazer a indispensável anuência dos Responsáveis Legais do Dirigente;
III - na hipótese da delegação se dar em favor de pessoa física, esta deverá firmar Termo de Compromisso com a EPTC, responsabilizando-se civil e criminalmente pela distribuição do Cartão de Passagem Escolar, conforme modelo disponibilizado no portal da EPTC, na *Internet*;
IV - na hipótese da delegação se dar em favor de Pessoa Jurídica, deverão ser anexadas cópias do Contrato social, do comprovante de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) e da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (DIPJ), além da assinatura de Termo de Compromisso com a EPTC, responsabilizando-se civil e criminalmente pela distribuição do Cartão de Passagem Escolar, conforme modelo disponibilizado no portal da EPTC, na *Internet*.
Parágrafo único. Nos casos previstos nos incs. III e IV deste artigo, ao contratado para prestação de serviços referentes ao Cartão de Passagem Escolar poderá ser solicitada a prestação de contas ao término de cada semestre, fornecendo documento que especifique os cartões solicitados e as renovações e discriminando o histórico financeiro estabelecido com cada Entidade para a qual tenha prestado serviços. O documento deve ser devidamente autenticado pelo Contador Responsável pelas informações.

Art. 25 Após o vencimento da validade de recargas, dentro do exercício, salvo os isentos mencionados no parágrafo único do art. 2º desta Resolução, visando à revalidação do Cartão de Passagem Escolar, compete aos beneficiários cadastrados no Sistema de Bilhetagem Eletrônica fornecer ao posto de distribuição documento que comprove atividade escolar, devendo ser original o documento autenticado por carimbo e assinatura da Instituição de Ensino ou podendo ser fotocópia de documento com autenticação eletrônica da Instituição de Ensino, contendo nome completo do aluno e data de emissão contida no período letivo corrente, demonstrando atividade curricular obrigatória.
§ 1º Os estudantes com matrículas anuais estarão dispensados de proceder à revalidação dos cartões.
§ 2º No ato do fornecimento do comprovante de matrícula, visando à revalidação do Cartão de Passagem Escolar, caso este documento não esteja de acordo com as exigências previstas no *caput* deste artigo, o posto de recargas

de créditos poderá aplicar validade provisória no cadastro do beneficiário, permitindo 01 (uma) recarga, devendo notificá-lo para que providencie novo comprovante de matrícula, sob pena de bloqueio para aquisição de novos créditos, mediante preenchimento e assinatura do formulário disponibilizado no portal da EPTC, na *Internet*.

Art. 26 Compete aos postos de recargas de créditos escolares também a responsabilidade pela fiscalização do Sistema de Passagem Escolar, sendo suas competências específicas:
I - revalidar o Cartão de Passagem Escolar, mediante fornecimento, por parte do beneficiário, de Atestado ou Comprovante de Matrícula, demonstrando atividade curricular obrigatória;
II - disponibilizar a Declaração de Aumento de Cota Mensal a visando à aquisição superior a 75 (setenta e cinco) créditos pelos usuários, informando-lhe o resultado da solicitação no próprio requerimento;
III - a distribuição dos créditos de passagens escolares exclusivamente aos beneficiários que se encontrarem cadastrados no seu banco de dados;
IV - a observância ao princípio de que o serviço de distribuição das passagens escolares é descentralizado, bem como ao fato de ser vedado o fornecimento de créditos de passagens escolares referentes a meses anteriores ou já transcorridos;
V - a operacionalização da venda por meio eletrônico e a implantação de controle permanente sobre tal procedimento, observando que os postos de distribuição de créditos escolares deverão disponibilizar os meios informatizados necessários a tal tarefa e o mínimo de 02 (dois) pontos de recarga e de 02 (dois) funcionários em cada estabelecimento;
VI - proceder à fiscalização do Sistema, comunicando à CPEI/EPTC possíveis fraudes.
§ 1º Deferido o pedido formulado pelo usuário, na forma do inc. I e II deste artigo, deverá o posto de recarga remeter documentação à CPEI/EPTC, de modo a possibilitar a análise dos documentos e a alteração no banco de dados se necessário.
§ 2º Na hipótese de o local de distribuição realizar quaisquer recargas de crédito em favor de cadastro que se encontre desligado para compra, não cadastrado, ou não revalidado, compete ao posto de recarga ressarcir os respectivos valores ao Sistema de Passagem Escolar, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.
§ 3º A opção de “Carga Embarcada”, realizada via *Internet*, será cobrada sempre que acionado o Ressarcimento do Custo de Processamento e Transmissão, mediante o pagamento da taxa de conveniência devida, prevista no art. 2º do Decreto nº 20.123, de 04 de dezembro de 2018.

Art. 27 As devoluções de valores pagos a título de recarga escolar, quando da impossibilidade de efetivação da carga, serão realizadas via depósito bancário, em conta informada pelo beneficiário, salvo quando possível realizá-las no caixa da prestadora de serviço.
Parágrafo único. Caso exista a possibilidade do valor financeiro reverter em créditos, constarão estes no Sistema Automático de Bilhetagem Eletrônica como “créditos pendentes”, até o momento da incidência do direito de recarga, ocasião em que serão disponibilizados para utilização no Cartão de Passagem Escolar.

Art. 28 Toda modificação no cadastro de beneficiário de Passagem Escolar deverá ser realizada mediante apresentação de documento de identificação do usuário.
Parágrafo único. No caso de menores de idade, seus Responsáveis deverão se identificar e identificar seus respectivos filhos/tutelados, por meio de documento de identidade ou Certidão de Nascimento.

Art. 29 Na execução dos procedimentos do Sistema de Transporte Público de Passageiros de Porto Alegre (STPPOA), e no que tange à confecção, fiscalização e distribuição de Cartões de Passagem Escolar, competem à CPEI/ EPTC, sem prejuízo de outras atribuições decorrentes da função:
I - o controle e a fiscalização da emissão dos Cartões de Passagem Escolar;
II - a conferência dos documentos e, em caso de indeferimento, alteração na validação eletrônica;
III - o indeferimento das solicitações, no caso de não atendimento às normas estabelecidas nesta Resolução, apontando as incorreções ou rasuras e especificando os motivos por escrito no rodapé da Ficha de Inscrição de Beneficiário, no espaço destinado a esse fim;
IV - a Auditagem do benefício junto a Instituições de Ensino, a partir do envio e recebimento de listagens de alunos contendo confirmação de matrícula e a frequência escolar;
V - a Auditagem relativa às ampliações de cota para 150 (cento e cinquenta) passagens ao mês, por intermédio de Relatórios de Uso, considerando a integração existente no Sistema de Bilhetagem Eletrônica (SBE), que permite segunda viagem gratuita aos beneficiários da passagem escolar, a fim de verificar a possibilidade de readequação da cota para 75 (setenta e cinco) passagens;

VI - o bloqueio do uso e a efetivação de impedimento de recarga da Passagem Escolar, verificada autorização indevida proveniente de fornecimento de atestado comprovadamente falso, mediante recolhimento das evidências necessárias à abertura de Processo Administrativo, além da adoção das seguintes providências:
a) Convocação do beneficiário para prestar esclarecimentos;
b) Solicitação à escola ou instituição respectiva o fornecimento de histórico escolar do titular do Atestado, quando houver;
c) Repasse, ao operador da Bilhetagem Eletrônica, de todas as informações pertinentes à entrega dos cartões.

Art. 30 Compete à EPTC supervisionar e exercer amplo controle de todas as operações realizadas pelos postos de atendimentos e pelas demais empresas e Entidades que integram ou participam, de qualquer forma, do STPOA, devendo:
I - o sancionamento das Entidades ou Instituições Representativas, na hipótese de ocorrência de irregularidades em sua atuação no âmbito das isenções tarifárias;
II - o descadastramento das Entidades ou Instituições Representativas.

Art. 31 Compete ao Operador do sistema da Bilhetagem Eletrônica:
I - manter suporte às Entidades, para esclarecimentos referentes ao uso do sistema PRECAD, por intermédio do serviço de suporte de informática;
II – dar duporte ao usuário em caso de erros apresentados pelos sistema na realização da solicitação;
III - realizar a entrega de primeira via, sem custo, e segundas vias do Cartão de Passagem Escolar às Entidades Emissoras, com a respectiva cobrança do preço público de confecção destes cartões;
IV - Solicitação de segundas vias e entrega de primeiras, sem custo, e segundas vias, com a respectiva cobrança do preço público de confecção destes cartões, direto aos usuários nos Postos de Atendimento Centro e Triângulo.
Parágrafo único. A entrega dos cartões mencionados no inc. III deste artigo deverá ser feita somente a pessoas autorizadas e identificadas, cujos nomes constem no Sistema Automático de Bilhetagem Eletrônica no cadastro da Entidade mantido pela EPTC, nos termos desta Resolução, ficando assegurado o dever da Entidade de retirar todos os escolares disponíveis emitidos em seu nome, mesmo que não seja apresentado o protocolo correspondente.

Art. 32 As informações e documentos necessários referentes à passagem escolar encontram-se disponíveis no portal da EPTC, pelo *link* https://bit.ly/2Zyvi9C.

CAPÍTULO II
DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITORIAS

Art. 33 Excepcionalmente em relação aos anos de referência 2020 e 2021, para as Entidades que não tenham regularizado a prestação de contas junto à EPTC, fica estabelecido o prazo de até 30 (trinta) dias corridos a contar da publicação desta Resolução, para a apresentação mediante a remessa ao correio eletrônico escolar@eptc.prefpoa.com.br do formulário disponibilizado pela CPEI/EPTC, devidamente preenchido e no qual conste o total arrecadado com a atividade e a destinação dos valores recebidos.
Parágrafo único. A não apresentação da prestação de contas pendente, no prazo estipulado no *caput* desse artigo, sujeita a Entidade ao descredenciamento.

Art. 34 Além do Anexo I, também são partes integrantes desta Resolução os Anexos I, II e III, que trazem os modelos de Declaração de Domicílio do Beneficiário, Declaração de Domicílio de Terceiros e Declaração de Renda Informal, respectivamente.

Art. 33 Fica revogada a Resolução 002/2022.

Art. 34 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Alegre, 11 de dezembro de 2025.

PEDRO BISCH NETO, Diretor-Presidente EPTC.

Anexo I FIB 2024

http://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/5894_ce_581816_1.pdf

Anexo II - Declaração de Domicílio do Beneficiário

http://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/5894_ce_581816_2.pdf

Anexo III - Declaração de Domicílio de Terceiros

http://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/5894_ce_581816_3.pdf

Anexo IV - Declaração de Renda Informal

http://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/5894_ce_581816_4.pdf

EDITAIS

Editais

SECRETARIA MUNICIPAL GERAL DE GOVERNO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO V

PROCESSO 23.0.000075693-8

CONTRATO REGISTRADO PGM/ANO: 88096/2024.
ADITIVO REGISTRADO PGM/ANO: 99309/2025.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE através da Secretaria Municipal Geral de Governo.
CONTRATADA: Transportes Sagebin Ltda.
CNPJ: 09.386297/0001-40.
OBJETO DO CONTRATO: prestação de serviço de locação de veículo com Motorista.
OBJETO DO TERMO ADITIVO: prorrogação contratual por mais 12 (doze) meses, a contar de 25/01/2026.
MODALIDADE: PE 451/2023.
DATA DA ASSINATURA: 10/12/2025.
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 25/01/2025 a 24/01/2026.
VIGÊNCIA DO ADITIVO: 25/01/2026 a 24/01/2027.
VALOR: R$ 109.250,55 (cento e nove mil duzentos e cinquenta reais e cinquenta e cinco centavos).
ORIGEM DE RECURSOS: recursos próprios.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 100210-2976-339039990400-1.
BASE LEGAL: Lei Federal 8.666/1993.

Porto Alegre, 10 de dezembro de 2025.

ANDRÉ FLORES CORONEL, Secretário Municipal Geral de Governo.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO

EDITAL 135/2025

CONCURSOS PÚBLICOS 826 A 864
DIVERSOS CARGOS
PROCESSO 25.0.000138436-0

O Município de Porto Alegre/RS, por intermédio da Secretaria Municipal de Administração e Patrimônio, no uso de suas atribuições legais, mediante as condições estipuladas neste Edital, em conformidade com a Constituição Federal e demais disposições atinentes à matéria, TORNA PÚBLICO:

1. A LISTA DEFINITIVA DE INSCRITOS, conforme quadro abaixo:

ANEXO	ASSUNTO
I	LISTA DEFINITIVA DE INSCRITOS - AMPLA CONCORRÊNCIA
II	LISTA DEFINITIVA DE INSCRITOS - PESSOAS NEGRAS - PN
III	LISTA DEFINITIVA DE INSCRITOS - PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - PCD

2. O RESULTADO DEFINITIVO DOS CANDIDATOS QUE SOLICITARAM CONDIÇÃO ESPECIAL PARA A REALIZAÇÃO DAS PROVAS, conforme ANEXO IV, deste Edital.

3. O RESULTADO FINAL DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS CONTRA A LISTA PRELIMINAR DE INSCRITOS, conforme ANEXO V, deste Edital.
3.1. Os candidatos que impetraram recurso contra o indeferimento de sua inscrição poderão consultar a resposta do recurso, no período de 10 (dez) dias, no endereço eletrônico www.avalia.org.br, através do *link* Consultar resposta do recurso contra o indeferimento da solicitação de inscrição.

4. A CONVOCAÇÃO DOS CANDIDATOS PARA A APLICAÇÃO DAS PROVAS. As provas realizar-se-ão na data 21/12/2025 (DOMINGO), no período da TARDE na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul.
4.1. O portão de acesso ao local de realização da prova será aberto às 12h e fechado às 13h, observado o horário de Brasília/DF.
4.2. A aplicação das provas terá início 15 (quinze) minutos após o fechamento do portão de acesso, observado o horário de Brasília/DF, com duração de 05 (cinco) horas para todos os cargos, incluído o tempo de marcação na Folha de Respostas e preenchimento da Folha da Versão Definitiva da Prova Discursiva, se for o caso, conforme subitens 11.19 e 11.20 do Edital de Abertura 122/2025.
4.3. Para conhecer o local de realização da prova, o candidato deverá consultar e imprimir o CARTÃO DE INFORMAÇÃO DO CANDIDATO (Horário e Local de prova) que estará disponível no endereço eletrônico www.avalia.org.br, a partir das 15h do dia 15/12/2025. A identificação do local de realização da prova é de responsabilidade exclusiva do candidato, não podendo o mesmo realizar a prova em desconformidade com as disposições estabelecidas neste Edital.
4.4. O candidato deverá comparecer com antecedência mínima de 60 (sessenta) minutos do horário fixado para o fechamento do portão de acesso ao local de realização da prova, munido de caneta esferográfica de tinta azul ou preta fabricada em material transparente, do seu DOCUMENTO ORIGINAL OFICIAL DE IDENTIFICAÇÃO COM FOTO e do CARTÃO DE INFORMAÇÃO DO CANDIDATO impresso através do endereço eletrônico www.avalia.org.br no *link* CARTÃO DE INFORMAÇÃO DO CANDIDATO (Horário e Local de prova).

Porto Alegre, 12 de dezembro de 2025.

ADRIANA DOS SANTOS CAIERON, Diretora de Seleção e Provimento.

ANEXO I - LISTA DEFINITIVA DE INSCRITOS - AMPLA CONCORRÊNCIA

http://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/5894_ce_582049_1.pdf

ANEXO II - LISTA DEFINITIVA DE INSCRITOS - PESSOAS NEGRAS - PN

http://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/5894_ce_582049_2.pdf

ANEXO III - LISTA DEFINITIVA DE INSCRITOS - PESSOAS COM DEFICIÊNCIA - PCD

http://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/5894_ce_582049_3.pdf

ANEXO IV - RESULTADO DEFINITIVO DOS CANDIDATOS QUE SOLICITARAM CONDIÇÃO ESPECIAL PARA A REALIZAÇÃO DAS PROVAS

http://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/5894_ce_582049_4.pdf

ANEXO V - RESULTADO FINAL DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS CONTRA A LISTA PRELIMINAR DE INSCRITOS

http://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/5894_ce_582049_5.pdf

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

ABERTURA DE PREGÃO

O MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, através da Diretoria de Licitações e Contratos da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, torna pública a abertura da licitação abaixo, cujo Edital e seus anexos podem ser obtidos no endereço eletrônico da sessão pública, a partir da publicação deste aviso:
PREGÃO ELETRÔNICO 416/2022 – PROCESSO 24.17.000003114-1, para Contratação de empresa para prestação de serviços de limpeza urbana nas vias públicas, áreas, terrenos e instalações de propriedade ou de responsabilidade do Município de Porto Alegre, conforme especificações constantes no ANEXO I - Termo de Referência, integrante do presente Edital.
SESSÃO PÚBLICA: será às 09h do dia 06 de janeiro de 2025, no *site* www.portaldecompraspublicas.com.br.

LETÍCIA NOVELLO CEZAROTTO, Diretora de Licitações e Contratos/SMPG.

ABERTURA DE PREGÃO ELETRÔNICO

O MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, através da Diretoria de Licitações e Contratos da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, torna pública a abertura da licitação abaixo, cujo Edital e seus anexos podem ser obtidos no endereço eletrônico da sessão pública, a partir da publicação deste aviso:
PREGÃO ELETRÔNICO 523/2025 – PROCESSO 25.0.000159855-7, para aquisição de materiais esportivos para a Secretaria Municipal de Educação, conforme especificações constantes no ANEXO I – Termo de Referência, integrante do Edital.
SESSÃO PÚBLICA: será às 10h do dia 06 de janeiro de 2026, no *site* www.portaldecompraspublicas.com.br.

LETÍCIA NOVELLO CEZAROTTO, Diretora de Licitações e Contratos/SMPG.

ABERTURA DE PREGÃO ELETRÔNICO

O MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, através da Diretoria de Licitações e Contratos da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, torna pública a abertura da licitação abaixo, cujo Edital e seus anexos podem ser obtidos no endereço eletrônico da sessão pública, a partir da publicação deste aviso:
PREGÃO ELETRÔNICO 533/2025 – PROCESSO 25.0.000116705-0, para aquisição de veículo zero quilômetro, sedan, branco, para o PROCON - Secretaria Municipal de Transparência e Controladoria, conforme especificações constantes no ANEXO I – Termo de Referência, integrante do Edital.
SESSÃO PÚBLICA: será às 10h do dia 07 de janeiro de 2026, no *site* www.portaldecompraspublicas.com.br.

LETÍCIA NOVELLO CEZAROTTO, Diretora de Licitações e Contratos/SMPG.

ABERTURA DE PREGÃO

O MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, através da Diretoria de Licitações e Contratos da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, torna pública a abertura da licitação abaixo, cujo Edital e seus anexos podem ser obtidos no endereço eletrônico da sessão pública, a partir da publicação deste aviso:
PREGÃO ELETRÔNICO 492/2025 – PROCESSO 25.0.000138076-4, para Registro de Preços para a aquisição de recarga de gás liquefeito de petróleo (GLP) para os órgãos da Administração Municipal de Porto Alegre/RS, de acordo com as especificações e os detalhamentos constantes no ANEXO III – Especificação do Objeto/Modelo de Proposta de Preço integrante do presente Edital.
SESSÃO PÚBLICA: será às 09h do dia 07 de janeiro de 2026, no *site* www.portaldecompraspublicas.com.br.

LETÍCIA NOVELLO CEZAROTTO, Diretora de Licitações e Contratos/SMPG.

ABERTURA DE PREGÃO

O MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, através da Diretoria de Licitações e Contratos da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, torna pública a abertura da licitação abaixo, cujo Edital e seus anexos podem ser obtidos no endereço eletrônico da sessão pública, a partir da publicação deste aviso:
PREGÃO ELETRÔNICO 412/2025 – PROCESSO 25.0.000121771-5, para o registro de preços para a aquisição de material de escritório para os órgãos da Administração Municipal de Porto Alegre/RS, conforme especificações constantes no ANEXO I - Termo de Referência, integrante do presente Edital.
SESSÃO PÚBLICA: será às 09h do dia 08 de janeiro de 2026, no *site* www.portaldecompraspublicas.com.br.

LETÍCIA NOVELLO CEZAROTTO, Diretora de Licitações e Contratos/SMPG.

ABERTURA DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA

O MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, através da Diretoria de Licitações e Contratos da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, torna pública a abertura da licitação abaixo, cujo Edital e seus anexos podem ser obtidos no endereço eletrônico da sessão pública, a partir da publicação deste aviso:
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 032/2025 – PROCESSO 24.17.000003509-0, para a contratação de empresa para prestação do serviço de coleta regular de resíduos sólidos recicláveis, conforme especificações constantes no ANEXO I – Projeto Básico, integrante do presente Edital.
SESSÃO PÚBLICA: será às 10h do dia 29 de janeiro de 2026, no *site* www.portaldecompraspublicas.com.br.

LETÍCIA NOVELLO CEZAROTTO, Diretora de Licitações e Contratos/SMPG.

ABERTURA DE CONCORRÊNCIA

O MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, através da Diretoria de Licitações e Contratos da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, torna pública a abertura da licitação abaixo, cujo Edital e seus anexos podem ser obtidos no endereço eletrônico da sessão pública, a partir da publicação deste aviso:
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 051/2025 – PROCESSO 25.0.000128420-0, para a Contratação de empresa para execução da obra de "REFORMA E MODERNIZAÇÃO DE GINÁSIO DE ESPORTES LUPI MARTINS", localizado na Av. Arnaldo Bohrer, 320 - Bairro Teresópolis, conforme Projeto Básico – ANEXO I e demais documentos do Edital.
SESSÃO PÚBLICA: será às 10h do dia 08 de janeiro de 2026, no *site* www.portaldecompraspublicas.com.br.

LETÍCIA NOVELLO CEZAROTTO, Diretora de Licitações e Contratos/SMPG.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, através da Diretoria de Licitações e Contratos, da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, torna públicos os preços unitários registrados e avisa que a íntegra das Atas ode ser obtida na *Internet*, através do *site* https://prefeitura.poa.br/smpg/diretoria-de-licitacoes-e-contratos/registro-de-precos-de-bens-materiais.
PREGÃO ELETRÔNICO 401/2025 - PROCESSO 25.0.000130692-0, objeto: registro de preços para a eventual aquisição de material odontológico para a Secretaria Municipal de Saúde.

FORNECEDOR: DENTAL HIGIX PRODUTOS ODONTOLOGICOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA.
CNPJ: 26.240.632/0001-16.
VALORES: ITEM 01 (R$ 0,73).
ORIGEM DOS RECURSOS: Próprios.
VIGÊNCIA DA ATA: 11/12/2025 a 11/12/2026.

FORNECEDOR: ALG BRASIL COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE PRODUTOS LTDA.
CNPJ: 11.495.858/0001-90.
VALORES: ITEM 02 (R$ 3,95).
ORIGEM DOS RECURSOS: Próprios.
VIGÊNCIA DA ATA: 11/12/2025 a 11/12/2026.

Porto Alegre, 15 de dezembro de 2025.

LETÍCIA NOVELLO CEZAROTTO, Diretora de Licitações e Contratos/SMPG.

ABERTURA DE DISPENSA ELETRÔNICA

O MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, através da Diretoria de Licitações e Contratos da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, torna pública a realização de DISPENSA ELETRÔNICA, do tipo MENOR VALOR, cujo Edital pode ser obtido no endereço eletrônico da Sessão Pública, a partir da publicação deste Aviso:
DISPENSA ELETRÔNICA 085/2025 – PROCESSO 25.0.000132577-1, para a Contratação Emergencial de empresa para execução de serviços de locação e instalação de grupo gerador a *diesel* no QGBT do Pronto Atendimento Cruzeiro do Sul (PACS), vinculado à Secretaria Municipal de Saúde – SMS.
LIMITE DE ENTREGA DE PROPOSTAS: 18/12/2025 às 08h59min.
DATA DE ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA DISPUTA: 18/12/2025 às 09h.
ENCERRAMENTO DA FASE DE LANCES: 18/12/2025 às 15h.
O cadastramento das propostas é pelo *site* www.portaldecompraspublicas.com.br.

LETÍCIA NOVELLO CEZAROTTO, Diretora de Licitações e Contratos/SMPG.

AVISO DE SOLICITAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE

SELEÇÃO BASEADA EM QUALIDADE E CUSTO (SBQC)

O MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, através da Comissão Especial de Licitação (CEL), responsável pela condução da fase externa das licitações dos Contratos de Financiamento Internacionais da Administração Direta e Indireta do Município, à exceção do Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE), torna pública a abertura de prazo para o recebimento de manifestações de interesse, currículos e portfólios para a solicitação abaixo, pelo método de Seleção Baseada em Qualidade e Custo (SBQC), cujo Edital está disponível no endereço eletrônico https://prefeitura.poa.br/smpg/diretoria-de-licitacoes-e-contratos/selecao-baseada-na-qualidade-e-custo-sbqc:

PROCESSO 25.0.000128891-4.
SOLICITAÇÃO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE SBQC nº 002/2025/Regras Internacionais - nº 019/2025.
OBJETO: Contratação de consultoria técnica especializada (serviços de engenharia) para elaboração do Plano Setorial de Transporte Coletivo de Porto Alegre (PSTC), com pesquisas de campo, diagnóstico, simulação de cenários, detalhamento, projetos conceituais e funcionais, plano de ação e avaliação de interfaces institucionais; e elaboração de Estudo de Circulação do Centro Histórico (CH) e 4º Distrito (4D), com pesquisas de campo, diagnóstico, identificação de cenários, projetos funcionais de circulação viária, plano de ação e interfaces com outros modais.
PROJETO: Programa de Revitalização da Área Central de Porto Alegre - CENTRO+4D. *Green, Resilient and Inclusive Regeneration of the Central Area of Porto Alegre* (P178072).
EMPRÉSTIMO: BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO - BIRD/Acordo de Empréstimo BIRD 9534-BR e AGÊNCIA FRANCESA DE DESENVOLVIMENTO - AFD/Acordo de Empréstimo CBR 1152 01 L.

As Manifestações de Interesse, currículos e portfólios deverão ser entregues até as 10h do dia 19 de janeiro de 2026, na sede da Diretoria de Licitações e Contratos da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão da Prefeitura de Porto Alegre, aos cuidados da Comissão Especial de Licitações do Programa Centro+4D, no Edifício Intendente José Montaury, 5º Andar, situado à Rua Siqueira Campos, nº 1300, Centro Histórico, Porto Alegre/RS, CEP 90.010-001, ou enviada por correio eletrônico: celfin@portoalegre.rs.gov.br, especificando no campo assunto: BIRD-AFD9534-BR SBQC 002/2025_Nome da Empresa.

LETÍCIA NOVELLO CEZAROTTO, Presidente da Comissão.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, através da Diretoria de Licitações e Contratos, da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, torna públicos os preços unitários registrados e avisa que a íntegra das Atas pode ser obtida na *Internet*, através do *site* https://prefeitura.poa.br/smpg/diretoria-de-licitacoes-e-contratos/registro-de-precos-de-bens-materiais.
PREGÃO ELETRÔNICO 162/2025 - PROCESSO 25.0.000062150-4, objeto: registro de preços para a eventual aquisição de material odontológico para a Secretaria Municipal de Saúde.

FORNECEDOR: ATHENA COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS MÉDICOS E HOSPITALARES LTDA.
CNPJ: 34.412.925/0001-61.
VALORES: ITEM 15 (R$ 12,23), ITEM 16 (R$ 11,57), ITEM 17 (R$ 12,02), ITEM 18 (R$ 9,64), ITEM 19 (R$ 9,64), ITEM 20 (R$ 9,64).
ORIGEM DOS RECURSOS: Próprios.
VIGÊNCIA DA ATA: 11/12/2025 a 11/12/2026.

FORNECEDOR: DENTAL IPO LTDA.
CNPJ: 50.567.060/0001-69.
VALORES: ITEM 02 (R$ 52,55), ITEM 22 (R$ 74,57), ITEM 25 (R$ 101,57), ITEM 26 (R$ 95,18), ITEM 28 (R$ 68,53), ITEM 29 (R$ 68,52), ITEM 30 (R$ 72,62).
ORIGEM DOS RECURSOS: Próprios.

VIGÊNCIA DA ATA: 11/12/2025 a 11/12/2026.

FORNECEDOR: DENTÁRIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENSE LTDA.
CNPJ: 91.083.212/0001-35.
VALORES: ITEM 01 (R$ 8,87), ITEM 07 (R$ 39,59), ITEM 12 (R$ 5,40), ITEM 14 (R$ 51,96), ITEM 21 (R$ 39,00), ITEM 23 (R$ 38,54), ITEM 24 (R$ 37,95), ITEM 27 (R$ 38,99).
ORIGEM DOS RECURSOS: Próprios.
VIGÊNCIA DA ATA: 11/12/2025 a 11/12/2026.

FORNECEDOR: MAQUIRA INDÚSTRIA DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS S.A.
CNPJ: 05.823.205/0001-90.
VALORES: ITEM 03 (R$ 26,40), ITEM 09 (R$ 13,99), ITEM 10 (R$ 4,47), ITEM 11 (R$ 1,18).
ORIGEM DOS RECURSOS: Próprios.
VIGÊNCIA DA ATA: 11/12/2025 a 11/12/2026.

FORNECEDOR: MÁXIMA DENTAL IMPORTAÇÃO, EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA.
CNPJ: 28.857.335/0001-40.
VALORES: ITEM 04 (R$ 25,25).
ORIGEM DOS RECURSOS: Próprios.
VIGÊNCIA DA ATA: 11/12/2025 a 11/12/2026.

Porto Alegre, 15 de dezembro de 2025.

LETÍCIA NOVELLO CEZAROTTO, Diretora de Licitações e Contratos/SMPG.

ALTERAÇÃO DE DATA DE ABERTURA

O MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, através da Diretoria de Licitações e Contratos da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, torna pública a alteração da data de abertura da sessão pública da licitação abaixo:
PREGÃO ELETRÔNICO 500/2025 – PROCESSO 25.0.000132709-0, para Contratação de empresa para a locação de 01 (um) veículo com Motorista (CBO 7823), para atender as demandas da Procuradoria-Geral do Município, conforme especificações constantes no ANEXO I - Termo de Referência, integrante do presente Edital.
SESSÃO PÚBLICA: será às 10h do dia 30 de dezembro de 2025, no *site* www.portaldecompraspublicas.com.br.
As demais disposições permanecem inalteradas.

LETÍCIA NOVELLO CEZAROTTO, Diretora de Licitações e Contratos/SMPG.

TORNA SEM EFEITO

O MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, através da Diretoria de Licitações e Contratos da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, torna sem efeito a publicação de abertura da licitação abaixo, da Edição 7665, do Diário Oficial de Porto Alegre e no Jornal Cidades, do dia 12, 13 e 14 de dezembro:
PREGÃO ELETRÔNICO 451/2025 – PROCESSO 25.0.000114775-0, para Contratação de empresa para execução dos serviços de Higienização, Desinfecção e Conservação Hospitalar, com supervisão de higienização e fornecimento de mão de obra, equipamentos e materiais nas dependências dos hospitais e pronto atendimento, para atender a Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre, conforme especificações constantes no ANEXO I - Termo de Referência, integrante do presente Edital.

LETÍCIA NOVELLO CEZAROTTO, Diretora de Licitações e Contratos/SMPG.

REABERTURA DE PRAZO DE
CONVITES PARA COMPARAÇÃO DE PREÇOS

O MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, através da Comissão Especial de Licitação (CEL), responsável pela condução da fase externa das licitações dos Contratos de Financiamento Internacionais da Administração Direta e Indireta do Município, à exceção do Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE), torna pública a reabertura de prazo para o recebimento das propostas para os Convites para a Comparação de Preços (CP) abaixo, cujos Editais e seus Anexos estão disponíveis no endereço eletrônico https://prefeitura.poa.br/smpg/diretoria-de-licitacoes-e-contratos/comparacao-de-precos.

PROCESSO 25.0.000137210-9.
CONVITE PARA A COMPARAÇÃO DE PREÇOS (CP) 003/2025/Regras Internacionais - nº 010/2025.
OBJETO: aquisição de 05 (cinco) Câmeras de videoconferência (*webcam*) e de 01 (um) Televisor tipo *Smart Tv*, 85".
PROJETO: Programa de Revitalização da Área Central de Porto Alegre – CENTRO+4D. *Green, Resilient and Inclusive Regeneration of the Central Area of Porto Alegre* (P178072).
EMPRÉSTIMO: BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO – BIRD/Acordo de Empréstimo BIRD 9534-BR e AGÊNCIA FRANCESA DE DESENVOLVIMENTO – AFD/Acordo de Empréstimo CBR 1152 01 L.

PROCESSO 25.0.000143311-6.
CONVITE PARA A COMPARAÇÃO DE PREÇOS (CP) 005/2025/Regras Internacionais - nº 013/2025.
OBJETO: aquisição de equipamentos de monitoramento eletrônico e segurança, sendo 02 (duas) câmeras de segurança tipo *bullet* e 01 (uma) fechadura eletrônica digital.
PROJETO: Programa de Revitalização da Área Central de Porto Alegre – CENTRO+4D. *Green, Resilient and Inclusive Regeneration of the Central Area of Porto Alegre* (P178072).
EMPRÉSTIMO: BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO – BIRD/Acordo de Empréstimo BIRD 9534-BR e AGÊNCIA FRANCESA DE DESENVOLVIMENTO – AFD/Acordo de Empréstimo CBR 1152 01 L.

PROCESSO 25.0.000143494-5.
CONVITE PARA A COMPARAÇÃO DE PREÇOS (CP) 006/2025/Regras Internacionais - nº 008/2025.
OBJETO: Aquisição de 10 (dez) estações de trabalho portáteis (*notebooks*) avançadas.
PROJETO: Programa de Revitalização da Área Central de Porto Alegre – CENTRO+4D. *Green, Resilient and Inclusive Regeneration of the Central Area of Porto Alegre* (P178072).
EMPRÉSTIMO: BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO – BIRD/Acordo de Empréstimo BIRD 9534-BR e AGÊNCIA FRANCESA DE DESENVOLVIMENTO – AFD/Acordo de Empréstimo CBR 1152 01 L.

LIMITE DE RECEBIMENTO ELETRÔNICO DAS PROPOSTAS: 07/01/2026, às 14 horas; pelo *e-mail* celfin@portoalegre.rs.gov.br. As propostas recebidas pela Comissão antes da presente reabertura permanecem válidas.

LETÍCIA NOVELLO CEZAROTTO, Presidente da Comissão.

ABERTURA DE PREGÃO

O MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, através da Diretoria de Licitações e Contratos da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, torna pública a abertura da licitação abaixo, cujo Edital e seus anexos podem ser obtidos no endereço eletrônico da sessão pública, a partir da publicação deste aviso:
PREGÃO ELETRÔNICO 392/2025 – PROCESSO 25.0.000033617-6, para Contratação de empresa para a locação de 01 (um) veículo com Motorista (CBO 7823), para atender as demandas da Procuradoria-Geral do Município, conforme especificações constantes no ANEXO I - Termo de Referência, integrante do presente Edital.
SESSÃO PÚBLICA: será às 10h do dia 29 de outubro de 2025, no *site* www.portaldecompraspublicas.com.br.

LETÍCIA NOVELLO CEZAROTTO, Diretora de Licitações e Contratos/SMPG.

RESULTADO DE JULGAMENTO

O MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, através da Diretoria de Licitações e Contratos da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, torna público o resultado de julgamento final da licitação abaixo:
PREGÃO ELETRÔNICO 437/2025 – PROCESSO 25.0.000094604-7 - Registro de preço para contratação de empresa para a prestação de serviços de desinsetização, desratização e descupinização, para atender às demandas da Administração Pública Municipal, conforme especificações constantes no ANEXO I - Termo de Referência, integrante do presente Edital.

LOTE: 01.
VENCEDOR: T. R. NITZ & J. A. V. C. JUNIOR LTDA.
CNPJ: 47.414.310/0001-16.

Porto Alegre, 15 de dezembro de 2025.

LETÍCIA NOVELLO CEZAROTTO, Diretora de Licitações e Contratos/SMPG.

RESULTADO DE JULGAMENTO

O MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, através da Diretoria de Licitações e Contratos da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, torna público o resultado de julgamento final da licitação abaixo:
CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA 043/2025 – PROCESSO 25.0.000129952-5, para a Contratação de empresa para execução de obra de construção da nova Clínica da Família Glória Intendente, localizada na Rua Intendente Alfredo Azevedo, nº 530 – Bairro Glória, Porto Alegre/RS, da Secretaria Municipal de Saúde.

VENCEDOR: I9 ENGENHARIA & CONSULTORIA LTDA.
CNPJ: 29.080.860/0001-64.

Porto Alegre, 15 de dezembro de 2025.

LETÍCIA NOVELLO CEZAROTTO, Diretora de Licitações e Contratos/SMPG.

ALTERAÇÃO DE DATA DE ABERTURA

O MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, através da Diretoria de Licitações e Contratos da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, torna pública a alteração da data de abertura da sessão pública da licitação abaixo:
PREGÃO ELETRÔNICO 515/2024 - PROCESSO 24.0.000121924-0, para o REGISTRO DE PREÇOS PARA A AQUISIÇÃO E INSTALAÇÃO DE MOBILIÁRIO URBANO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE DE PORTO ALEGRE/RS, conforme especificado em EDITAL.
SESSÃO PÚBLICA: será às 10h do dia 30 de dezembro de 2025, no *site* www.portaldecompraspublicas.com.br.
As demais disposições permanecem inalteradas.

LETÍCIA NOVELLO CEZAROTTO, Diretora de Licitações e Contratos/SMPG.

RESULTADO DE JULGAMENTO

O MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, através da Diretoria de Licitações e Contratos da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, torna público o resultado de julgamento final da licitação abaixo:

PREGÃO ELETRÔNICO 484/2025 – PROCESSO 25.0.000153333-1, para aquisição de quadro branco, desumidificador, fragmentadora e cartucho/t*oner* para multifuncional *Ricoh* para a Secretaria Municipal de Saúde, conforme especificações constantes no ANEXO I - Termo de Referência, integrante do Edital.

ITEM: 02.
VENCEDOR: DASTEL TECNOLOGIA LTDA.
CNPJ: 48.581.778/0001-68.

ITEM: 04.
VENCEDOR: ECOPONTO SOLUÇÕES E TECNOLOGIA LTDA.
CNPJ: 13.719.425/0001-05.

Porto Alegre, 12 de dezembro de 2025.

LETÍCIA NOVELLO CEZAROTTO, Diretora de Licitações e Contratos/SMPG.

RESULTADO DE JULGAMENTO

O MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, através da Diretoria de Licitações e Contratos da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão, torna público o resultado de julgamento final da licitação abaixo:
PREGÃO ELETRÔNICO 365/2025 – PROCESSO 25.0.000119449-9, para a aquisição de materiais diversos para a Secretaria Municipal da Saúde, conforme especificações constantes no ANEXO II - Termo de Referência, integrante do presente Edital.

ITEM: 07.
VENCEDOR: TOPMIX UTILIDADES E SERVICOS LTDA.
CNPJ: 30.994.121/0001-67

ITENS: 02 E 06.
FRACASSADOS.

ITENS: 01, 02, 03, 04, 05, 08, 09, 10, 11 E 12.
DESERTOS.

Porto Alegre, 12 de dezembro de 2025.

LETÍCIA NOVELLO CEZAROTTO, Diretora de Licitações e Contratos/SMPG.

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNANÇA CIDADÃ E DESENVOLVIMENTO RURAL

EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO I

PROCESSO 24.0.000066709-5

CONTRATO REGISTRADO PGM/ANO: 96250/2025.
TERMO DE APOSTILAMENTO REGISTRADO SECON: 99164/2025.
CONTRATANTE: Município de Porto Alegre, através da Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural – SMGOV.
CONTRATADA: CONSÓRCIO IDEA ENGENHARIA & PORTOBETON.
CNPJ: 57.597.351/0001-49.

OBJETO DO CONTRATO: Prestação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, materiais de consumo e insumos e mão de obra nos sistemas, equipamentos e instalações prediais utilizados pela Administração da Prefeitura de Porto Alegre, para atender a Secretaria Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural, na demanda de manutenção predial na Subprefeitura Ilhas.
OBJETO DO TERMO DE APOSTILAMENTO: 1. Reajuste contratual previsto na Cláusula Sexta do Contrato, conforme INCC-M, referente ao período de fevereiro/2024 a janeiro/2025, com aplicação a contar de 01/02/2025, resultando em índice de reajuste de 7,18%, acarretando: Repercussão financeira: R$ 2.743,91 (dois mil setecentos e quarenta e três reais e noventa e um centavos). Novo valor global do Contrato: R$ 40.959,94 (quarenta mil novecentos e cinquenta e nove reais e noventa e quatro centavos). Sem incidência sobre serviços já executados. 2. A contratada deverá adequar a garantia contratual: o percentual de garantia fica reduzido para 2,5% (dois vírgula cinco por cento) em relação ao valor total do Contrato.
VALOR: Alterado para R$ 40.959,94 a partir de 01/02/2025.
MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 093/2024.
DATA DA ASSINATURA DO APOSTILAMENTO: 10/12/2025
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 04/07/2025 a 03/01/2026.
ORIGEM DE RECURSOS: FUNDO PRÓ-DEFESA DO MEIO AMBIENTE DE PORTO ALEGRE
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 108001 002402 33.90.39.99 1.7.59.211001 1211
BASE LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021, a Lei Complementar Municipal nº 881/2020, a Lei Municipal nº 12.827/2021, pelo Decreto Municipal nº 21.859/2023 e demais normas pertinentes à matéria.

Porto Alegre, 12 de dezembro de 2025.

CASSIO DE JESUS TROGILDO, Secretário Municipal de Governança Cidadã e Desenvolvimento Rural.

SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE

EXTRATO DE DECISÃO

A SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE, URBANISMO E SUSTENTABILIDADE, em atendimento ao disposto no art. 2º, parágrafo único, inciso V, da Lei Complementar nº 992/2023, ultimada a Instrução Administrativa do Processo Administrativo 24.0.000055200-0, torna pública a decisão pela ANULAÇÃO do Auto de Infração nº 1028388, fundamentada na Decisão Administrativa nº 940/2025 do Colegiado SMAMUS.
AUTUADO: Antônio Carlos de Souza, CPF n° 237.XXX.XXX-15.

Porto Alegre, 12 de dezembro de 2025.

COLEGIADO SMAMUS, Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Sustentabilidade.

SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO I

PROCESSO 24.0.000029685-2

CONTRATO: 97285/2025.
CONTRATANTE: Município de Porto Alegre, através da Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura.
CONTRATADO: BDA ENGENHARIA LTDA., CNPJ nº 27.854.106/0001-09.

OBJETO: Contratação de empresa de Engenharia para elaboração de Projeto de Climatização dentro do escopo de projetos de revitalização do Centro Administrativo Municipal (CAM), localizado na rua General João Manoel, nº 157, onde estão localizadas várias secretarias da prefeitura e os gabinetes do Prefeito e Vice- Prefeito.
OBJETO DO TERMO ADITIVO I, REGISTRO 99125/2025: CLÁUSULA PRIMEIRA – DA PRORROGAÇÃO DA VIGÊNCIA 1.1. Conforme faculta a Cláusula Segunda, item 2.1 do Contrato, fica este prorrogado por mais 90 dias, a contar de 18 de novembro de 2025 para a conclusão dos serviços, não sendo necessários novos aportes de recursos financeiros para o cumprimento de obrigações financeiras deste Contrato.
CLÁUSULA SEGUNDA – DA GARANTIA CONTRATUAL 2.1. A CONTRATADA deverá adequar a garantia contratual anteriormente prestada, mantendo a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor total do Contrato, no prazo de 05 (cinco) dias da data da convocação para a assinatura deste Termo Aditivo, prorrogáveis por igual período, ficando a critério do CONTRATANTE, e mediante solicitação formal ao Fiscal do Contrato.
2.1.1. No caso de supressão do objeto ou outras alterações que acarretem a redução do valor total do Contrato, fica facultado à CONTRATADA manter a garantia contratual já oferecida anteriormente ou fazer a sua alteração, mantendo-se sempre a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor total do Contrato.
2.2. Tendo a CONTRATADA Programa de Integridade implementado, de acordo com a Lei Municipal nº 12.827/2021, o percentual de garantia fica reduzido para 2,5% (dois vírgula cinco por cento) em relação ao valor total do Contrato.
VIGÊNCIA: 16/02/2026.
MODALIDADE: Dispensa Eletrônica nº 025/2025.
VALOR: R$ 21.980,00 (vinte e um mil novecentos e oitenta reais).
ORIGEM DE RECURSOS: Recursos Próprios.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 08202 - 004364 - 1.759.399.000 - 33.90.39.
BASE LEGAL: art. 75, inciso I e art. 111 da Lei Federal nº 14.133/2021.

Porto Alegre, 12 de dezembro de 2025.

ANDRÉ SILVA FLORES, Secretário Municipal de Obras e Infraestrutura.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS URBANOS

EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO IV

CONTRATO REGISTRADO SECON 99362/2025
PROCESSO 22.0.000124690-2

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, através da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos.
CONTRATADA: MULTISERV LTDA, CNPJ nº 04.212.350/0001-72.
CONTRATO REGISTRADO SECON ORIGINAL: nº 82896/2023.
OBJETO: prestação de serviços de manutenção de espaços e passeios públicos no Município de Porto Alegre, incluindo passeios e calçadas de próprios municipais, calçadões, passagens de pedestres, rampas de acessibilidade, passagens de canteiro central, escadarias e pontos de ônibus, definidos pela Divisão de Conservação de Vias Urbanas (DCVU) da Secretaria Municipal de Serviços Urbanos (SMSUrb).
OBJETO DO TERMO DE APOSTILAMENTO: Fica incluída na Cláusula Décima Primeira – Da Dotação Orçamentária, especificamente no subitem 11.1, a seguinte Dotação Orçamentária: 07601-004269-33903921-2. 752001001. Concede-se o reajuste referente ao período de apuração de abril/2024 até março/2025 e concessão a contar de 25/04/2025, conforme segue: Índice: Índice de Obras Rodoviárias do DNIT; II - Data da proposta: 24/04/2023; III - Data do Contrato: 19/05/2023; IV - Índice de reajuste ao Contrato: conforme Despacho 36685919. A contar de 25/04/2025, o valor de reajuste obtido, conforme Planilha de Custos constante no Documento SEI nº 35987781, na qual consta o detalhamento da aplicação dos índices de reajuste, conforme previsto em Contrato, representa uma repercussão financeira no Contrato no valor de R$ 199.149,44 (cento e noventa e nove mil cento e quarenta e nove reais e quarenta e quatro centavos), alterando o valor global do mesmo para R$ 5.675.990,83 (cinco milhões seiscentos e setenta e cinco mil novecentos e noventa reais e oitenta e três centavos), sendo que R$ 1.751.634,39 (um milhão setecentos e cinquenta e um mil seiscentos e trinta e quatro reais e trinta e nove centavos) referem-se à mão de obra, R$ 2.937.448,79 (dois milhões novecentos e trinta e sete mil quatrocentos e

quarenta e oito reais e setenta e nove centavos) referem-se ao material e R$ 986.907,65 (novecentos e oitenta e seis mil novecentos e sete reais e sessenta e cinco centavos) referem-se aos equipamentos, sem incidência sobre percentuais legais de acréscimo. A CONTRATADA deverá adequar a garantia contratual anteriormente prestada, mantendo a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor total do Contrato, no prazo de 05 (cinco) dias da data da convocação para a assinatura deste Termo Aditivo, podendo ser prorrogável por igual período, ficando a critério do CONTRATANTE, e mediante solicitação formal ao Fiscal do Contrato. Tendo a CONTRATADA Programa de Integridade implementado, de acordo com a Lei Municipal nº 12.827/2021, o percentual de garantia fica reduzido para 2,5% (dois vírgula cinco por cento) em relação ao valor total do Contrato.
VIGÊNCIA: 11/06/2026.
MODALIDADE: PE 724/2022.
VALOR: R$ 5.675.990,83 (cinco milhões seiscentos e setenta e cinco mil novecentos e noventa reais e oitenta e três centavos).
ORIGEM DOS RECURSOS: Tesouro Municipal.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 07601-004269-33903921-2.752001001 e 7601-4269-339039210100-0001 e 7601-4269-339039-1501002001.
BASE LEGAL: artigo 65, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Porto Alegre, 11 de dezembro de 2025.

VITORINO BASEGGIO, Secretário Municipal de Serviços Urbanos.

SECRETARIA MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA

COMUNICADO

PROCESSO 25.0.000048127-3

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA, no uso de suas atribuições legais e na forma do que dispõe o Art. 59 da LC 992/2023, declara extinto o Processo Administrativo abaixo:

PROCESSO	AUTUADO	DECISÃO
25.0.000048127-3	Condomínio Edifício José Guimarães	Extinção do Processo Administrativo (Art. 59 da LC 992/2023)

Porto Alegre, 04 de dezembro de 2025.

ADÃO DE CASTRO JUNIOR, Secretário Municipal de Mobilidade Urbana.

COMUNICADO

PROCESSO 20.0.000103470-8

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA, no uso de suas atribuições legais e na forma do que dispõe o Art. 72 da LC 992/2023, torna pública a Baixa Prescricional do Processo abaixo:

PROCESSO	AUTUADO	DECISÃO
20.0.000103470-8	ANDREIA RODRIGUES MAINA	Baixa Prescricional (Processo parado há mais de três anos)

Porto Alegre, 03 de dezembro de 2025.

ADÃO DE CASTRO JUNIOR, Secretário Municipal de Mobilidade Urbana.

COMUNICADO

PROCESSO 21.0.000052585-2

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA, no uso de suas atribuições legais e na forma do que dispõe o Art. 72 da LC 992/2023, torna pública a Baixa Prescricional do Processo abaixo:

PROCESSO	AUTUADO	DECISÃO
21.0.000052585-2	ALCIDES FERNANDES L. NETO	Baixa Prescricional (Processo parado há mais de três anos)

Porto Alegre, 03 de dezembro de 2025.

ADÃO DE CASTRO JUNIOR, Secretário Municipal de Mobilidade Urbana.

COMUNICADO

PROCESSO 21.0.000036146-9

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE MOBILIDADE URBANA, no uso de suas atribuições legais e na forma do que dispõe o Art. 72 da LC 992/2023, torna pública a Baixa Prescricional do Processo abaixo:

PROCESSO	AUTUADO	DECISÃO
21.0.000036146-9	Cel. Lucas de Oliveira, nº 500	Baixa Prescricional (Processo parado há mais de três anos)

Porto Alegre, 03 de dezembro de 2025.

ADÃO DE CASTRO JUNIOR, Secretário Municipal de Mobilidade Urbana.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO

PROCESSO 25.0.000089792-5

TERMO DE FOMENTO Nº: 99352/2025.
PARCEIROS: Secretaria Municipal de Assistência Social – SMAS e Lar de Santo Antônio dos Excepcionais.
OBJETO DA PARCERIA: Execução da Emenda Impositiva Federal nº 202540730006, Programação 431490220250003, GND 03 (despesas de custeio), Funcional Programática nº 082455131219G0043, aprovada no Orçamento Geral da União – OGU 2025, bem como as condições para a utilização da referida verba.
REGIME DE ATUAÇÃO DA PARCERIA: Emenda Parlamentar Impositiva.
MODALIDADE: Inexigibilidade de Chamamento Público 710/2025.
DATA DA ASSINATURA: 11/12/2025.

VIGÊNCIA: 12 meses, contados da data de assinatura do presente Instrumento, podendo ser prorrogado.
VALOR: R$ 100.000,00.
ORIGEM DE RECURSOS: Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 8702-4522- 1.6.60.037110-33.50.43.06.
BASE LEGAL: Constituição Federal de 1988, Lei nº 13.019/2014, Decretos Municipais nº 19.775/2017 e nº 20.239/2019, Manual de Prestação de Contas das Parcerias do Município de Porto Alegre, LOA 2025 – PMPA.

Porto Alegre, 11 de dezembro de 2025.

MATHEUS DA LUZ XAVIER, Secretário Municipal de Assistência Social.

NOTIFICAÇÃO DE APLICAÇÃO DE ADVERTÊNCIA

PROCESSOS 25.15.000000613-0/20.15.000002544-7

CONTRATO: nº 72089 - L.1155-D - PGMCD Nº 1940 - SC/1962, 007/2020 FASC.
CONTRATADA: FORTE TRANSPORTES LTDA, CNPJ 08.931.788/0001-61.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, CNPJ nº 92.963.560/0001-60, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SMAS.
ADVERTÊNCIA: nº 37057521/2025.
OBJETO DO CONTRATO: Locação de veículo com Motorista.
MOTIVO: A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA (SMAS), através desta Unidade de Fiscalização de Contratos e Convênios, vem, NOTIFICAR a empresa supramencionada, da intenção de aplicação da penalidade de ADVERTÊNCIA, conforme prevê o item 9.2 e seguintes do Contrato 007/2020. Neste sentido, ressalta-se que a ora notificada, vem infringindo o Contrato, uma vez que o veículo contratado com Motorista, para execução do serviço não está sendo disponibilizado para sua finalidade, por estar frequentemente com falta de combustível, impossibilitando a continuidade das atividades externas programadas para o período, dessa forma estando em desconformidade com a devida execução contratual. Tais situações foram devidamente registrados e encaminhados pelo CREAS PARTENON SEI nº 36909073, 37057399 e 37057460. Diante do exposto, o Município de Porto Alegre, por meio do Fiscal do Contrato, manifesta-se favorável à aplicação de penalidade de ADVERTÊNCIA disposto na Cláusula 9.2 do referido Contrato, 007/2020. Fica concedido o prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar do recebimento desta Notificação, para a apresentação de Defesa Prévia. O Processo SEI 25.15.000000613-0 encontra-se à disposição dos interessados. A Defesa Prévia contendo a identificação da empresa deverá ser entregue a ora notificante, através do *e-mail* ufcc.smas@portoalegre.rs.gov.br.

Porto Alegre, 12 de dezembro de 2025.

ANA RITA FERRI TRENTIN, Fiscal de Contrato.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE E LAZER

EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO I

PROCESSO 24.0.000117476-9

CONTRATO REGISTRADO SECON: 92660/2024.
TERMO DE APOSTILAMENTO REGISTRADO SECON: 98956/2025.
CONTRATANTE: Município de Porto Alegre, através da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer - SMEL.
CONTRATADA: Consórcio Idea Engenharia & Portobeton.
CNPJ: 57.597.351/0001-49.
OBJETO DO CONTRATO: Prestação de serviços de manutenção predial preventiva e corretiva, com fornecimento de peças, materiais de consumo e insumos e mão de obra nos sistemas, equipamentos e instalações prediais

utilizados pela Administração da Prefeitura de Porto Alegre/SMEL, nas condições estabelecidas no Projeto Básico.
OBJETO DO APOSTILAMENTO: Reajuste conforme variação INCC-M de 7,18%, referente ao período de fevereiro/ 2024 a janeiro/2025, acarretando um aumento de R$ 6.339,69 (seis mil trezentos e trinta e nove reais e sessenta e nove centavos) no valor anual do Contrato; alteração do valor total do Contrato, que passa a ser de R$ 193.435,11 (cento e noventa e três mil quatrocentos e trinta e cinco reais e onze centavos); adequação da garantia contratual, mantendo-se a proporção de 5% (cinco por cento) em relação ao valor total do Contrato.
MODALIDADE: Pregão Eletrônico 093/2024.
VIGÊNCIA: De 04/12/2024 a 03/10/2025.
ORIGEM DOS RECURSOS: Próprios.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 108401 - 1761 - 3.3.90.39.99.0000 - 1.500.001.001.
BASE LEGAL: Artigo 6º, inciso LVIII da Lei Federal nº 14.133/2021.

Porto Alegre, 25 de novembro de 2025.

JULIO CÉSAR DE SOUZA GONÇALVES, Secretário Municipal de Esporte e Lazer.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO IV

PROCESSO 22.0.000156407-6

CONTRATO REGISTRADO PGM/ANO: 85401/2023.
TERMO ADITIVO REGISTRADO PGM/ANO: 99261/2025.
CONCEDENTE: Município de Porto Alegre, através da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer - SMEL.
CONVENENTE: Associação Famílias em Solidariedade - AFASO.
CNPJ: 74.703.125/0001-14.
OBJETO DO CONTRATO: Desenvolvimento de ações ligadas ao esporte (boxe e capoeira) junto a 140 crianças e adolescentes, com idade entre 09 e 15 anos de idade, ligadas ao trabalho das cozinhas comunitárias existentes nos seguintes bairros: Mário Quintana, Lomba do Pinheiro, Glória, Morro da Cruz, Sarandi, Santa Rosa e Bom Jesus, com duração de 12 meses, conforme relacionado no Plano de Trabalho, mediante repasse, pela SMEL à Entidade beneficiada, dos valores referentes à Emenda Impositiva de número 520/2023, aprovada na Lei Orçamentária Anual – LOA de 2023.
OBJETO DO TERMO ADITIVO: Prorrogação da vigência do Termo de Fomento pelo período de 30/11/2025 a 29/03/2026, para a total execução do objeto da Emenda Impositiva.
MODALIDADE: Processo de Dispensa nº 128/2023.
DATA DA ASSINATURA: 09/12/2025.
ORIGEM DE RECURSOS: Emenda Impositiva 520/2023.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 108401 - 4147 - 335041999900 - 1.500.001.001.
BASE LEGAL: Lei Federal nº 13.019/2014, e Decreto nº 19.775/2017.

Porto Alegre, 12 de dezembro de 2025.

JÚLIO CÉSAR DE SOUZA GONÇALVES, Secretário Municipal de Esporte e Lazer.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO V

PROCESSO 22.0.000087626-0

CONTRATO SECON: 80110/2022.
TERMO ADITIVO SECON: 99363/2025.
CONTRATANTE: Município de Porto Alegre, através da Secretaria Municipal de Esporte e Lazer - SMEL.
CONTRATADA: Plano M Construtora Ltda.
CNPJ: 24.530.584/0001-75.
OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa especializada para a execução de obra de reforma do Ginásio Municipal Osmar Fortes Barcellos – Tesourinha (primeira etapa), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital de Tomada de Preços nº 035/2022 e seus anexos, com recursos oriundos de Repasse

Federal previsto no Contrato de Repasse nº 890342/2019/MC/CAIXA, firmado pelo Município com o Ministério da Cidadania e Contrapartida do Município.

OBJETO DO TERMO ADITIVO: Retificação da Cláusula Primeira do I Termo de Apostilamento SECON nº 92071/2024, em relação ao índice de reajuste ao Contrato, que passa a ser de 2,96%; retificação da Cláusula Segunda do III Termo Aditivo SECON nº 94652/2025, em relação ao valor total do Contrato; prorrogação da vigência, para 04 (quatro) meses a contar de 28/10/2025, e da execução dos serviços até 31/12/2025; atualização do cronograma físico-financeiro do Contrato, para o constante no Documento SEI nº 36511674; reajuste a contar de 16/09/2024, com base na variação do INCC-M de 4,59%; adequação da garantia contratual, mantendo a proporção de 5% em relação ao valor total do Contrato.

MODALIDADE: Tomada de Preços 035/2022.

DATA DA ASSINATURA: 11/12/2025.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: De 28/10/2022 a 27/10/2025.

VIGÊNCIA DO TERMO ADITIVO: De 28/10/2025 a 27/02/2026.

VALOR FINAL: R$ 3.141.401,77 (três milhões cento e quarenta e um mil quatrocentos e um reais e setenta e sete centavos), sendo que R$ 723.811,34 (setecentos e vinte e três mil oitocentos e onze reais e trinta e quatro centavos) referem-se à mão-de-obra, R$ 2.321.012,75 (dois milhões trezentos e vinte e um mil doze reais e setenta e cinco centavos) referem-se ao emprego de material, e R$ 96.577,68 (noventa e seis mil quinhentos e setenta e sete reais e sessenta e oito centavos) referem-se a utilização de equipamentos, conforme a planilha de custos no Documento SEI nº 36628040.

ORIGEM DE RECURSOS: Próprios.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 108202 - 4364 - 44905191 - 2.501.002.001 - 2 - Fundo Municipal para Restauração, Reforma e Manutenção do Patrimônio Imobiliário de Porto Alegre (FUN-PAT).

BASE LEGAL: Artigos 57, § 1º, I, 40, XI, 55, III e 65, da Lei Federal nº 8.666/1993.

Porto Alegre, 12 de dezembro de 2025.

JULIO CÉSAR DE SOUZA GONÇALVES, Secretário Municipal de Esporte e Lazer.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PARCERIAS

EXTRATO DE TERMO DE ADOÇÃO

PROCESSO 25.0.000166076-7

A SECRETARIA MUNICIPAL DE PARCERIAS torna público, em atenção à Lei Ordinária nº 13.741/2023 e ao Decreto nº 20.631/2020, que a SOCIEDADE BENEFICENTE E EDUCACIONAL SAO CRISTOVAO representada pelo Sr. RAFAEL RITTER MEDEIROS e FUNDACAO PASTORAL INTER MIRIFICA representada pelo Sr. MARCELO SILVA RAGAFNIN nesta data, preenchem os pré-requisitos necessários para iniciar o Processo de adoção da RÓTULA DO PAPA localizada no cruzamento das avenidas Erico Veríssimo com Jose de Alencar, Bairro Azenha na cidade de Porto Alegre/RS, conforme previsto no Art. 12, § 1º do Decreto nº 20.631/2020, eventuais manifestações de interessados na adoção do mesmo local ou contrariedade deverão ser protocoladas através do *e-mail* apoiepoa@portoalegre.rs.gov.br, ou junto à Secretaria Municipal de Parcerias, situada na Rua João Manoel, nº 157, 13º andar, Centro, no prazo preclusivo de 15 (quinze) dias corridos, a contar da publicação deste Extrato. Transcorrido o prazo aludido, sem que haja manifestação, interesse ou contrariedade à proposta, o Processo seguirá os trâmites necessários para fase de homologação. Em havendo interesse ou contrariedade à proposta, a mesma será analisada pela Secretaria Municipal de Parcerias.

Porto Alegre, 11 de dezembro de 2025.

FABIANO GIORDANO RHEINHEIMER, Secretário Municipal de Parcerias Adjunto.

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

PROCESSO 17.0.000108281-7

PARTÍCIPES: O MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, neste Ato representado pela Secretaria Municipal de Educação e a OSC CLUBE DE MÃES INFINITA.
TERMO DE COLABORAÇÃO: 71445 - L.1152-D - PGMCD Nº 1447 - SC/1393.
OBJETO DO TERMO DE COLABORAÇÃO: O objeto da Parceria consiste na oferta de serviço educacional de 126 vagas na etapa de educação infantil para crianças de 0 (zero) a 05 (cinco) anos e 11 (onze) meses, em jornada integral, por no mínimo 10 horas diárias, conforme calendário escolar, por meio da gestão de unidade de atendimento denominada Escola Comunitária de Educação Infantil Negrinho do Pastoreio, em prédio público, situado na Rua Wolfram Metzler, nº 199, no Bairro Rubem Berta, CEP 91.250-320, em Porto Alegre/RS, Microrregião Nordeste e Eixo Baltazar.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência desta Parceria será de 05 (cinco) anos, prorrogável por igual período, a contar de 01 de janeiro de 2020, convalidando todos os Atos praticados a contar dessa data, podendo ser alterado na forma do art. 55 da Lei Federal nº 13.019/2014.
TERMO DE ADITIVO REGISTRADO: 99240/2025.
OBJETO DO TERMO DE ADITIVO: Alterações das Cláusulas Primeira, item 1.1. denominada "DO OBJETO" e Terceira, denominada "DOS RECURSOS FINANCEIROS". Inclui novo Plano de Trabalho e PAR, face à ampliação da carga horária da jornada integral de 10h para 12h diárias.
VIGÊNCIA DO TERMO DE ADITIVO: A contar da Ordem de Início até 31/12/2025.
VALOR: A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA repassará à OSC o valor mensal de R$ 157.773,42 (cento e cinquenta e sete mil setecentos e setenta e três reais e quarenta e dois centavos) relativo ao atendimento de 126 vagas, pelo período de 12h diárias, a contar da Ordem de Início até dezembro de 2025. O Município irá repassar o valor extra *per capita* de R$ 376,83 (trezentos e setenta e seis reais e oitenta e três centavos) por criança de berçário efetivamente atendida. Será repassado para a OSC o valor mensal extra de até R$ 13.565,88 (treze mil quinhentos e sessenta e cinco reais e oitenta e oito centavos) para o atendimento de 36 crianças de 0 (zero) a 01 (um) ano e 11 (onze) meses de idade. A contar da Ordem de Início, o valor do repasse mensal a ser considerado no cronograma de desembolso passa a ser de R$ 157.773,42 (cento e cinquenta e sete mil setecentos e setenta e três reais e quarenta e dois centavos).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01502-002917-33.50.43-1.540.031.000; 01502-002917-33.50.43-1.500.001.000; 01502-002917-33.50. 43-1.550.301.000; 01502-002917-33.50.43-2.550.0150301.000; 01502-002917-44.50. 42-1.500.001.000; 01502-002917-44.50.42-1.550.301.000; 01502-002917-44.50.42-2.550.301.000; 01502 002917 2.5.50.301001 00.33.50.43.
ORIGEM DOS RECURSOS: Salário Educação e Recurso Livre.
BASE LEGAL: Lei Federal nº 13.019/2014, Decreto Municipal nº 19.775/2017 e suas alterações, bem como nos princípios que regem a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA e demais normas pertinentes.

Porto Alegre, 11 de dezembro de 2025.

LEONARDO DUARTE PASCOAL, Secretário Municipal de Educação.

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

PROCESSO 25.0.000081628-3

PARTÍCIPES: O MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, neste Ato representado pela Secretaria Municipal de Educação e a OSC CRECHE BALÃO MÁGICO.
TERMO DE COLABORAÇÃO: Nº 71507 - L.1152 D - PGMCD Nº 1505 - SC/1527.
OBJETO DO TERMO DE COLABORAÇÃO: O objeto da Parceria consiste na oferta de serviço educacional de 108 vagas na etapa de educação infantil para crianças de 0 (zero) a 05 (cinco) anos e 11 (onze) meses, em jornada integral, por no mínimo 10 horas diárias, conforme calendário escolar, por meio da gestão de unidade de atendimento

denominada Escola Comunitária de Educação Infantil Balão Mágico, em prédio privado, situado na Rua Rio Negro, nº 59, no Bairro Lomba do Pinheiro, em Porto Alegre/RS.
VIGÊNCIA: O prazo de vigência desta Parceria será de 05 (cinco) anos, prorrogável por igual período, a contar de 01 de janeiro de 2020, convalidando todos os Atos praticados a contar de 01 de janeiro de 2020, podendo ser alterado na forma do art. 55 da Lei Federal nº 13.019/2014.
TERMO ADITIVO REGISTRADO: 99260/2025.
OBJETO DO TERMO DE ADITIVO: Alterações da Cláusula Terceira, denominada "DOS RECURSOS FINANCEIROS", com o acréscimo dos itens 3.4, 3.4.1 e 3.5. Inclui novo Plano de Trabalho, Plano de Execução e PAR.
VIGÊNCIA DO TERMO DE ADITIVO: A contar da assinatura até 31/12/2025.
VALOR: A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA repassará à OSC o valor de R$ 23.000,00 (vinte e três mil reais) em parcela única para a compra de equipamentos (brinquedos) para a pracinha da escola, conforme Plano de Aplicação de Recurso aprovado.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01502 002917 33.50.43.08 1.500.001.000 - 01502 002917 33.50.43.08 1.550.301.000 - 01502.002917.44.50.42.99.1.5.00.001001 0001.
ORIGEM DOS RECURSOS: Salário Educação e Recurso Livre.
BASE LEGAL: Lei Federal nº 13.019/2014, Decreto Municipal nº 19.775/2017 e suas alterações, bem como nos princípios que regem a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA e demais normas pertinentes.

Porto Alegre, 11 de dezembro de 2025.

LEONARDO DUARTE PASCOAL, Secretário Municipal de Educação.

SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA

ABERTURA DE CHAMAMENTO PÚBLICO

CREDENCIAMENTO 019/2025

O MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, através da Secretaria Municipal da Cultura, por meio da Comissão de Contratações, torna pública a abertura do Processo abaixo:
CHAMAMENTO PÚBLICO/CREDENCIAMENTO 019/2025 – PROCESSO 25.0.000156754-6, para o CREDENCIAMENTO DE ARTISTAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE CARÁTER CULTURAL E ARTÍSTICO, promovidas pela Secretaria Municipal da Cultura de Porto Alegre, conforme as necessidades e a programação estabelecida pela SMC.
ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO: A Documentação para o CREDENCIAMENTO deverá ser enviada eletronicamente através do formulário https://forms.gle/rELMhLYTA1Bje4157, conforme Item 4.2 do Edital.
PRAZO: O Edital de credenciamento permanecerá aberto por 12 meses a contar da data de abertura do mesmo. Os interessados poderão encaminhar sua documentação a qualquer momento enquanto o Processo estiver aberto. O Edital e seus Anexos estão disponíveis no endereço eletrônico https://prefeitura.poa.br/smc/credenciamentos.

LILIANA CARDOSO RODRIGUES DOS SANTOS DUARTE, Secretária Municipal da Cultura.

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 19/2025 - VITRINE CULTURAL

http://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/5894_ce_581603_1.pdf

ANEXO I - TABELAS DE CACHÊ

http://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/5894_ce_581603_2.pdf

ANEXO II - MODELO DE CARTA DE CREDENCIAMENTO

http://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/5894_ce_581603_3.pdf

ANEXO III - MODELO DE DECLARAÇÃO CONJUNTA

http://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/5894_ce_581603_4.pdf

ANEXO IV - DECLARAÇÃO FORMAL DE DISPONIBILIDADE PARA O DESEMPENHO DOS SERVIÇOS E DE PLENO CONHECIMENTO DO OBJETO

http://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/5894_ce_581603_5.pdf

ANEXO V - MINUTA DE CONTRATO

http://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/5894_ce_581603_6.pdf

ANEXO VI - MODELO DE RECURSO ADMINISTRATIVO PARA CANDIDATOS REPROVADOS PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

http://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/5894_ce_581603_7.pdf

ANEXO VII - LINKS PARA EMISSÃO DE DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

http://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/5894_ce_581603_8.pdf

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE 744/2025

PROCESSO 25.0.000163904-0

CONTRATANTE: Município de Porto Alegre, através da Secretaria Municipal da Cultura.
CONTRATADO: SILVIA MARIA DA SILVA DUARTE.
CNPJ: 12.270.754/0001-40.
OBJETO: Contratação por Inexigibilidade, embasado legalmente no Art. 74, inc. II, da Lei nº 14.133/2021 de SILVIA MARIA DA SILVA DUARTE, CNPJ 12.270.754/0001-40, para apresentação Grupo Pau-Brasil e convidados, no evento Dia Nacional do Samba no Mercado Público, no dia 04 de dezembro de 2025, Mercado Público de Porto Alegre - localizado no Largo Jorn. Glênio Péres, 1 - Centro Histórico, Porto Alegre/RS, 90020-050.
VALOR: R$ 7.500,00.
ORIGEM DE RECURSOS: FUNCULTURA.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 101003 002941 33.90.39.23 1.500.001.001.
BASE LEGAL: Art. 74, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e em conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 881/2020, a Lei Municipal nº 12.827/2021, os Decretos Municipais nº 21.859/2023 e 21.978/2023.

Porto Alegre, 12 de dezembro de 2025.

LILIANA CARDOSO RODRIGUES DOS SANTOS DUARTE, Secretária Municipal da Cultura.

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO 25.0.000163904-0

CONTRATO REGISTRADO PGM/ANO: Nº 99210/2025.
CONTRATANTE: Município de Porto Alegre, através da Secretaria Municipal da Cultura.
CONTRATADA: SILVIA MARIA DA SILVA DUARTE.
CNPJ: 12.270.754/0001-40.
OBJETO DO CONTRATO: Contratação por inexigibilidade, embasado legalmente no Art. 74, inc. II, da Lei nº 14.133/2021 de SILVIA MARIA DA SILVA DUARTE, CNPJ 12.270.754/0001-40, para apresentação Grupo Pau-

Brasil e convidados, no evento Dia Nacional do Samba no Mercado Público, no dia 04 de dezembro de 2025, Mercado Público de Porto Alegre - localizado no Largo Jorn. Glênio Péres, 01 - Centro Histórico, Porto Alegre/RS, 90020-050.
MODALIDADE: Inexigibilidade nº 744/2025.
DATA DA ASSINATURA: 09/12/2025.
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 90 dias a contar da assinatura do Contrato.
VALOR: R$ 7.500,00.
ORIGEM DE RECURSOS: FUNCULTURA.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 101003 002941 33.90.39.23 1.500.001.001.
BASE LEGAL: Art. 74, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e em conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 881/2020, a Lei Municipal nº 12.827/2021, os Decretos Municipais nº 21.859/2023 e 21.978/2023.

Porto Alegre, 12 de dezembro de 2025.

LILIANA CARDOSO RODRIGUES DOS SANTOS DUARTE, Secretária Municipal da Cultura.

EXTRATO DE APOSTILAMENTO

PROCESSO 25.0.000065959-5

CONTRATO REGISTRADO PGM/ANO: 96243/2025.
APOSTILAMENTO REGISTRADO PGM/ANO: 99380/2025.
CONTRATANTE: Secretaria Municipal da Cultura.
CONTRATADA: COMPANHIA DE TEATRO VENTO MINUANO LTDA representada por Airton Gonçalves de Oliveira, CPF nº X6X.02X.4XX-3X.
CNPJ: 14.737.646/0001-60.
OBJETO DO CONTRATO: Participação como Jurado na Comissão Julgadora do Prêmio Açorianos de Teatro Adulto 2025, no período de 30 de julho a 06 de dezembro de 2025.
OBJETO DO APOSTILAMENTO: Correção do item 13.1 da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.
MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação nº 309/2025.
DATA DA ASSINATURA: 04 de julho de 2025.
VIGÊNCIA DO CONTRATO: De 30 de junho a 06 de dezembro de 2025.
VIGÊNCIA DO APOSTILAMENTO: De 30 de junho a 06 de dezembro de 2025.
VALOR: R$ 1.833,00 (mil oitocentos e trinta e três reais).
ORIGEM DE RECURSOS: 1003 FUNCULTURA.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 1003.004229.33.90.39.05.1.7.59.204001 1204, conforme Pré-Empenho 101003-2025 PE000321.
BASE LEGAL: Letra “a”, do inciso I, do Art. 124, da Lei 14.133/2021.

Porto Alegre, 12 de dezembro de 2025.

LILIANA CARDOSO RODRIGUES DOS SANTOS DUARTE, Secretária Municipal da Cultura.

EXTRATO DE APOSTILAMENTO

PROCESSO 25.0.000073815-0

CONTRATO REGISTRADO PGM/ANO: 96451/2025.
APOSTILAMENTO REGISTRADO PGM/ANO: 99385/2025.
CONTRATANTE: Secretaria Municipal da Cultura.
CONTRATADA: FERNANDA FONSECA DE SOUZA.
CNPJ: 15.430.584/0001-02.
OBJETO DO CONTRATO: Participação como Jurado na Comissão Julgadora do Prêmio Açorianos de Teatro Adulto

2025, no período de 30 de julho a 06 de dezembro de 2025.
OBJETO DO APOSTILAMENTO: Correção do item 13.1 da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.
MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação nº 353/2025.
DATA DA ASSINATURA: 24 de julho de 2025.
VIGÊNCIA DO CONTRATO: De 30 de junho a 06 de dezembro de 2025.
VIGÊNCIA DO APOSTILAMENTO: De 30 de junho a 06 de dezembro de 2025.
VALOR: R$ 1.833,00 (mil oitocentos e trinta e três reais).
ORIGEM DE RECURSOS: 1003 FUNCULTURA.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 1003.004229.33.90.39.05.1.7.59.204001 1204, conforme Pré-Empenho 101003-2025 PE000321.
BASE LEGAL: Letra “a”, do inciso I, do Art. 124, da Lei 14.133/2021.

Porto Alegre, 12 de dezembro de 2025.

LILIANA CARDOSO RODRIGUES DOS SANTOS DUARTE, Secretária Municipal da Cultura

EXTRATO DE APOSTILAMENTO

PROCESSO 25.0.000065473-9

CONTRATO REGISTRADO PGM/ANO: 96186/2025.
APOSTILAMENTO REGISTRADO PGM/ANO: 99386/2025.
CONTRATANTE: Secretaria Municipal da Cultura.
CONTRATADA: IGOR SILVA RAMOS.
CNPJ: 12.305.434/0001-89.
OBJETO DO CONTRATO: Participação como Jurado na Comissão Julgadora do Prêmio Açorianos de Teatro Adulto 2025, no período de 30 de julho a 06 de dezembro de 2025.
OBJETO DO APOSTILAMENTO: Correção do item 13.1 da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.
MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação nº 312/2025.
DATA DA ASSINATURA: 03 de julho de 2025.
VIGÊNCIA DO CONTRATO: De 30 de junho a 06 de dezembro de 2025.
VIGÊNCIA DO APOSTILAMENTO: De 30 de junho a 06 de dezembro de 2025.
VALOR: R$ 1.833,00 (mil oitocentos e trinta e três reais).
ORIGEM DE RECURSOS: 1003 FUNCULTURA.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 1003.004229.33.90.39.05.1.7.59.204001 1204, conforme Pré-Empenho 101003-2025 PE000321.
BASE LEGAL: Letra “a”, do inciso I, do Art. 124, da Lei 14.133/2021.

Porto Alegre, 12 de dezembro de 2025.

LILIANA CARDOSO RODRIGUES DOS SANTOS DUARTE, Secretária Municipal da Cultura.

EXTRATO DE APOSTILAMENTO

PROCESSO 25.0.000068882-0

CONTRATO REGISTRADO PGM/ANO: 96309/2025.
APOSTILAMENTO REGISTRADO PGM/ANO: 99387/2025.
CONTRATANTE: Secretaria Municipal da Cultura.
CONTRATADA: Luís Francisco Wasilewski.
CPF: 9XX.1XX.XX0-XX.
OBJETO DO CONTRATO: Participação como Jurado na Comissão Julgadora do Prêmio Açorianos de Teatro Adulto

2025, no período de 30 de julho a 06 de dezembro de 2025.
OBJETO DO APOSTILAMENTO: Correção do item 13.1 da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.
MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação nº 310/2025.
DATA DA ASSINATURA: 08 de julho de 2025.
VIGÊNCIA DO CONTRATO: De 30 de junho a 06 de dezembro de 2025.
VIGÊNCIA DO APOSTILAMENTO: De 30 de junho a 06 de dezembro de 2025.
VALOR: R$ 1.833,00 (mil oitocentos e trinta e três reais).
ORIGEM DE RECURSOS: 1003 FUNCULTURA.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 1003.004229.33.90.39.05.1.7.59.204001 1204, conforme Pré-Empenho 101003-2025 PE000321.
BASE LEGAL: Letra “a”, do inciso I, do Art. 124, da Lei 14.133/2021.

Porto Alegre, 12 de dezembro de 2025.

LILIANA CARDOSO RODRIGUES DOS SANTOS DUARTE, Secretária Municipal da Cultura.

EXTRATO DE APOSTILAMENTO

PROCESSO 25.0.000073811-8

CONTRATO REGISTRADO PGM/ANO: 96490/2025.
APOSTILAMENTO REGISTRADO PGM/ANO: 99379/2025.
CONTRATANTE: Secretaria Municipal da Cultura.
CONTRATADA: PAULINA NOLIBOS.
CNPJ: 46.306.699/0001-13.
OBJETO DO CONTRATO: Participação como Jurado na Comissão Julgadora do Prêmio Tibicuera de Teatro Infantojuvenil 2025, no período de 30 de julho a 06 de dezembro de 2025.
OBJETO DO APOSTILAMENTO: Correção do item 13.1 da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.
MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação nº 363/2025.
DATA DA ASSINATURA: 29 de julho de 2025.
VIGÊNCIA DO CONTRATO: De 30 de junho a 06 de dezembro de 2025.
VIGÊNCIA DO APOSTILAMENTO: De 30 de junho a 06 de dezembro de 2025.
VALOR: R$ 1.833,00 (mil oitocentos e trinta e três reais).
ORIGEM DE RECURSOS: 1003 FUNCULTURA.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 1003.004229.33.90.39.05.1.7.59.204001 1204, conforme Pré-Empenho 101003-2025 PE000321.
BASE LEGAL: Letra “a”, do inciso I, do Art. 124, da Lei 14.133/2021.

Porto Alegre, 12 de dezembro de 2025.

LILIANA CARDOSO RODRIGUES DOS SANTOS DUARTE, Secretária Municipal da Cultura.

EXTRATO DE APOSTILAMENTO

PROCESSO 25.0.000073820-7

CONTRATO REGISTRADO PGM/ANO: 96257/2025.
APOSTILAMENTO REGISTRADO PGM/ANO: 99384/2025.
CONTRATANTE: Secretaria Municipal da Cultura.
CONTRATADA: Renato Campão Teixeira.
CPF: 4XX.0X2.XX0-XX.
OBJETO DO CONTRATO: Participação como Jurado na Comissão Julgadora do Prêmio Tibicuera de Teatro

Infantojuvenil 2025, no período de 30 de julho a 06 de dezembro de 2025.
OBJETO DO APOSTILAMENTO: Correção do item 13.1 da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.
MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação nº 328/2025.
DATA DA ASSINATURA: 04 de julho de 2025.
VIGÊNCIA DO CONTRATO: De 30 de junho a 06 de dezembro de 2025.
VIGÊNCIA DO APOSTILAMENTO: De 30 de junho a 06 de dezembro de 2025.
VALOR: R$ 1.833,00 (mil oitocentos e trinta e três reais).
ORIGEM DE RECURSOS: 1003 FUNCULTURA.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 1003.004229.33.90.39.05.1.7.59.204001 1204, conforme Pré-Empenho 101003-2025 PE000321 .
BASE LEGAL: Letra “a”, do inciso I, do Art. 124, da Lei 14.133/2021.

Porto Alegre, 12 de dezembro de 2025.

LILIANA CARDOSO RODRIGUES DOS SANTOS DUARTE, Secretária Municipal da Cultura.

EXTRATO DE APOSTILAMENTO

PROCESSO 25.0.000073820-7

CONTRATO REGISTRADO PGM/ANO: 96190/2025.
APOSTILAMENTO REGISTRADO PGM/ANO: 99382/2025.
CONTRATANTE: Secretaria Municipal da Cultura.
CONTRATADA: Ângelo Marcelo Adams dos Passos.
CPF: 7XX.0X5.XX0-XX.
OBJETO DO CONTRATO: Participação como Jurado na Comissão Julgadora do Prêmio Tibicuera de Teatro Infantojuvenil 2025, no período de 30 de julho a 06 de dezembro de 2025.
OBJETO DO APOSTILAMENTO: Correção do item 13.1 da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.
MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação nº 298/2025.
DATA DA ASSINATURA: 01 de julho de 2025.
VIGÊNCIA DO CONTRATO: De 30 de junho a 06 de dezembro de 2025.
VIGÊNCIA DO APOSTILAMENTO: De 30 de junho a 06 de dezembro de 2025.
VALOR: R$ 1.833,00 (mil oitocentos e trinta e três reais).
ORIGEM DE RECURSOS: 1003 FUNCULTURA.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 1003.004229.33.90.39.05.1.7.59.204001 1204, conforme Pré-Empenho 101003-2025 PE000321.
BASE LEGAL: Letra “a”, do inciso I, do Art. 124, da Lei 14.133/2021.

Porto Alegre, 12 de dezembro de 2025.

LILIANA CARDOSO RODRIGUES DOS SANTOS DUARTE, Secretária Municipal da Cultura.

EXTRATO DE APOSTILAMENTO

PROCESSO 25.0.000073806-1

CONTRATO REGISTRADO PGM/ANO: 96191/2025
APOSTILAMENTO REGISTRADO PGM/ANO: 99378/2025.
CONTRATANTE: Secretaria Municipal da Cultura.
CONTRATADA: PATRICIA ROCHA DOS SANTOS.
CNPJ: 26.424.496/0001-14.
OBJETO DO CONTRATO: Participação como Jurado na Comissão Julgadora do Prêmio Açorianos de Circo 2025,

no período de 30 de julho a 06 de dezembro de 2025.
OBJETO DO APOSTILAMENTO: Correção do item 13.1 da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.
MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação nº 300/2025.
DATA DA ASSINATURA: 03 de julho de 2025.
VIGÊNCIA DO CONTRATO: De 30 de junho a 06 de dezembro de 2025.
VIGÊNCIA DO APOSTILAMENTO: De 30 de junho a 06 de dezembro de 2025.
VALOR: R$ 1.833,00 (mil oitocentos e trinta e três reais).
ORIGEM DE RECURSOS: 1003 FUNCULTURA.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 1003.004229.33.90.39.05.1.7.59.204001 1204, conforme Pré-Empenho 101003-2025 PE000321.
BASE LEGAL: Letra “a”, do inciso I, do Art. 124, da Lei 14.133/2021.

Porto Alegre, 12 de dezembro de 2025.

LILIANA CARDOSO RODRIGUES DOS SANTOS DUARTE, Secretária Municipal da Cultura.

EXTRATO DE APOSTILAMENTO

PROCESSO 25.0.000073805-3

CONTRATO REGISTRADO PGM/ANO: 96195/2025.
APOSTILAMENTO REGISTRADO PGM/ANO: 99376/2025.
CONTRATANTE: Secretaria Municipal da Cultura.
CONTRATADA: MARIANA ABREU DOS SANTOS.
CNPJ: 12.784.081/0001-47.
OBJETO DO CONTRATO: Participação como Jurado na Comissão Julgadora do Prêmio Açorianos de Circo 2025, no período de 30 de julho a 06 de dezembro de 2025.
OBJETO DO APOSTILAMENTO: Correção do item 13.1 da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.
MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação nº 299/2025.
DATA DA ASSINATURA: 02 de julho de 2025.
VIGÊNCIA DO CONTRATO: De 30 de junho a 06 de dezembro de 2025.
VIGÊNCIA DO APOSTILAMENTO: De 30 de junho a 06 de dezembro de 2025.
VALOR: R$ 1.833,00 (mil oitocentos e trinta e três reais).
ORIGEM DE RECURSOS: 1003 FUNCULTURA.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 1003.004229.33.90.39.05.1.7.59.204001 1204, conforme Pré-Empenho 101003-2025 PE000321.
BASE LEGAL: Letra “a”, do inciso I, do Art. 124, da Lei 14.133/2021.

Porto Alegre, 12 de dezembro de 2025.

LILIANA CARDOSO RODRIGUES DOS SANTOS DUARTE, Secretária Municipal da Cultura.

EXTRATO DE APOSTILAMENTO

PROCESSO 25.0.000073802-9

CONTRATO REGISTRADO PGM/ANO: 97790/2025.
APOSTILAMENTO REGISTRADO PGM/ANO: 99375/2025.
CONTRATANTE: Secretaria Municipal da Cultura.
CONTRATADA: Marcelo de Souza Militão.
CNPJ: 38.200.698/0001-61.
OBJETO DO CONTRATO: Participação como Jurado na Comissão Julgadora do Prêmio Açorianos de Circo 2025,

no período de 30 de julho a 06 de dezembro de 2025.
OBJETO DO APOSTILAMENTO: Correção do item 13.1 da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.
MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação nº 302/2025.
DATA DA ASSINATURA: 23 de setembro de 2025.
VIGÊNCIA DO CONTRATO: De 30 de junho a 06 de dezembro de 2025.
VIGÊNCIA DO APOSTILAMENTO: De 30 de junho a 06 de dezembro de 2025.
VALOR: R$ 1.833,00 (mil oitocentos e trinta e três reais).
ORIGEM DE RECURSOS: 1003 FUNCULTURA.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: nº 1003.004229.33.90.39.05.1.7.59.204001 1204, conforme Pré-Empenho 101003-2025 PE000321.
BASE LEGAL: Letra “a”, do inciso I, do Art. 124, da Lei 14.133/2021.

Porto Alegre, 12 de dezembro de 2025.

LILIANA CARDOSO RODRIGUES DOS SANTOS DUARTE, Secretária Municipal da Cultura.

EXTRATO DE APOSTILAMENTO

PROCESSO 25.0.000073822-3

CONTRATO REGISTRADO PGM/ANO: 96305/2025.
APOSTILAMENTO REGISTRADO PGM/ANO: 99383/2025.
CONTRATANTE: Secretaria Municipal da Cultura.
CONTRATADA: Iasmin D'ornelas Ponsi.
CPF: 9XX.7X7.XX0-XX.
OBJETO DO CONTRATO: Participação como Jurado na Comissão Julgadora do Prêmio Açorianos de Circo 2025, no período de 30 de julho a 06 de dezembro de 2025.
OBJETO DO APOSTILAMENTO: Correção do item 13.1 da CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.
MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação nº 327/2025.
DATA DA ASSINATURA: 16 de setembro de 2025.
VIGÊNCIA DO CONTRATO: De 30 de junho a 06 de dezembro de 2025.
VIGÊNCIA DO APOSTILAMENTO: De 30 de junho a 06 de dezembro de 2025.
VALOR: R$ 1.833,00 (mil oitocentos e trinta e três reais).
ORIGEM DE RECURSOS: 1003 FUNCULTURA.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 1003.004229.33.90.39.05.1.7.59.204001 1204, conforme Pré-Empenho 101003-2025 PE000321.
BASE LEGAL: Letra “a”, do inciso I, do Art. 124, da Lei 14.133/2021.

Porto Alegre, 12 de dezembro de 2025.

LILIANA CARDOSO RODRIGUES DOS SANTOS DUARTE, Secretária Municipal da Cultura.

EXTRATO DE CONTRATO 99418/2025

PROCESSO 24.0.000143145-1

CONTRATO REGISTRADO PGM/ANO: 99418/2025.
CONTRATANTE: Município de Porto Alegre, através da Secretaria Municipal da Cultura.
CONTRATADA: CENTRO DE TRADIÇÕES GAÚCHAS PORTEIRA DA RESTINGA.
CNPJ: 92.397.041/0001-81.
OBJETO DO CONTRATO: Estabelecer os procedimentos para a execução do projeto Oficinas de Danças Tradicionalistas CTG Porteira da Restinga pelo MUNICÍPIO à ORGANIZAÇÃO BENEFICIADA e condições para a

utilização dos recursos relativos ao projeto mencionado, do valor referente à Emenda Impositiva 220/2025, aprovada na Lei Orçamentária Anual – LOA 2025.
MODALIDADE: Inexigibilidade 753/2025.
DATA DA ASSINATURA: 12/12/2025.
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12 meses.
VALOR: R$ 40.000,00.
ORIGEM DE RECURSOS: Emenda Municipal Impositiva 220/2025.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01001-002421-44.50.42.00-1.500.001.001.
BASE LEGAL: Arts. 2° e 17 da Lei nº 13.019/2014 e do art. 4° do Decreto Municipal n° 19.775/2017.

Porto Alegre, 12 de dezembro de 2025.

LILIANA CARDOSO RODRIGUES DOS SANTOS DUARTE, Secretária Municipal da Cultura.

EXTRATO DE CONTRATO 99407/2025

PROCESSO 25.0.000170839-5

CONTRATO REGISTRADO PGM/ANO: 99407/2025.
CONTRATANTE: Município de Porto Alegre, através da Secretaria Municipal da Cultura.
CONTRATADA: ALCATEIA ENTRETENIMENTO LTDA.
CNPJ: 42.318.448/0001-06.
OBJETO DO CONTRATO: Uma apresentação artística musical do Grupo do Bola durante etapa do Circuito Cultural do Extremo-Sul, que acontecerá no dia 27 de dezembro de 2025, das 15h às 22h, na Praça Paulo Franco Correa – Porto dos Casais, Bairro Ponta Grossa, Porto Alegre/RS.
MODALIDADE: Inexigibilidade 768/2025.
DATA DA ASSINATURA: 12/12/2025.
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 30 dias.
VALOR: R$ 14.000,00.
ORIGEM DE RECURSOS: Municipal.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01001-002421-33.90.39.23-1.5.00.001001.
BASE LEGAL: Art. 74, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e em conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 881/2020, a Lei Municipal nº 12.827/2021, os Decretos Municipais nº 21.859/2023 e 21.978/2023 e demais normas pertinentes à matéria.

Porto Alegre, 12 de dezembro de 2025.

LILIANA CARDOSO RODRIGUES DOS SANTOS DUARTE, Secretária Municipal da Cultura.

EXTRATO DE CONTRATO 99398/2025

PROCESSO 25.0.000166921-7

CONTRATO REGISTRADO PGM/ANO: 99398/2025.
CONTRATANTE: Município de Porto Alegre, através da Secretaria Municipal da Cultura.
CONTRATADA: 63.416.116 DIEGO MALAQUIAS DE SOUZA.
CNPJ: 63.416.116/0001-26.
OBJETO DO CONTRATO: A realização da Curadoria, Direção artística, Participação artística e Coordenação geral do Festival Cohab é Só *Rap* 2025, que será realizada no dia 14 de dezembro de 2025, das 14h às 22h, na Rua Wolfram Metzler, 197, Bairro Rubem Berta, Porto Alegre/RS.
MODALIDADE: Inexigibilidade 769/2025.
DATA DA ASSINATURA: 12/12/2025.
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 30 dias.
VALOR: R$ 25.140,00.

ORIGEM DE RECURSOS: Municipais.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 1001.002421.33.90.39.23.1.500.001.001.
BASE LEGAL: Art. 74, II, da Lei Federal nº 14.133/2021, e em conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 881/2020, a Lei Municipal nº 12.827/2021, os Decretos Municipais nº 21.859/2023 e 21.978/2023 e demais normas pertinentes à matéria.

Porto Alegre, 12 de dezembro de 2025.

LILIANA CARDOSO RODRIGUES DOS SANTOS DUARTE, Secretária Municipal da Cultura.

EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO

PROCESSO 25.0.000149845-5

CONTRATO REGISTRADO PGM/ANO: 99281/2025.
APOSTILAMENTO REGISTRADO PGM/ANO: 99422/2025.
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE.
CONTRATADA: COOPERATIVA ESTADUAL DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO DOS POVOS TRADICIONAIS DE MATRIZ AFRICANA - COOPTMA.
CNPJ: 31.636.591/0001-11.
OBJETO DO CONTRATO: A aquisição de equipamentos culturais e audiovisuais destinados ao fortalecimento da produção, do registro e da difusão das expressões culturais dos povos de matriz africana, com ênfase nas tradições do Batuque Gaúcho e demais manifestações afro-gaúchas.
OBJETO DO TERMO APOSTILAMENTO: DA RATIFICAÇÃO DA CLÁUSULA SÉTIMA - DA FONTE DE RECURSO. Fica alterada Cláusula Sétima do Contrato Original, que passa a ter a seguinte redação. 7.1 - A despesa de que trata o presente Instrumento correrá a conta do recurso referido na Cláusula Segunda, oriundo das Emendas Impositivas descritas na Cláusula Primeira, conforme a Dotação Orçamentária de número: 101001 002421 44.50.42.99 2.7.06.034110.
MODALIDADE: Inexigibilidade 657/2025.
DATA DA ASSINATURA: 08/12/2025.
VIGÊNCIA DO CONTRATO: A vigência deste Termo de Fomento será de 180 (cento e oitenta dias), contados da data de assinatura do presente Instrumento, podendo ser prorrogado, mediante Termo Aditivo, conforme artigos 31 e 57 do Decreto 19.775/2017.
VIGÊNCIA DO APOSTILAMENTO: A vigência deste Termo de Fomento será de 180 (cento e oitenta dias), contados da data de assinatura do presente Instrumento, podendo ser prorrogado, mediante Termo Aditivo, conforme artigos 31 e 57 do Decreto 19.775/2017.
VALOR: R$ 40.000,00 (quarenta mil reais).
ORIGEM DE RECURSOS: Emendas Federais 2024 - SMCEC - Exercícios anteriores.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 101001 002421 44.50.42.99 2.7.06.034110.
BASE LEGAL: Lei Federal n° 13.019/2014 e Decreto Municipal n° 19.775/2017.

Porto Alegre, 12 de dezembro de 2025.

LILLIANA CARDOSO RODRIGUES DOS SANTOS DUARTE, Secretaria Municipal da Cultura.

ERRATA

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO
PROCESSO 25.0.000149845-5

A SECRETARIA MUNICIPAL DA CULTURA torna pública a Errata do Extrato divulgado no DOPA Edição 7663, divulgada em 09/12/2025:
CONTRATO REGISTRADO PGM/ANO: Nº 99281/2025.
CONTRATANTE: Município de Porto Alegre, através da Secretaria Municipal da Cultura.
CONTRATADA: COOPERATIVA ESTADUAL DE TRABALHO E DESENVOLVIMENTO DOS POVOS

TRADICIONAIS DE MATRIZ AFRICANA - COOPTMA.
CNPJ: 31.636.591/0001-11.
OBJETO DO CONTRATO: A aquisição de equipamentos culturais e audiovisuais destinados ao fortalecimento da produção, do registro e da difusão das expressões culturais dos povos de matriz africana, com ênfase nas tradições do Batuque Gaúcho e demais manifestações afro-gaúchas.
MODALIDADE: Inexigibilidade 657/2025.
DATA DA ASSINATURA: 08 de dezembro de 2025.
VIGÊNCIA DO CONTRATO: A vigência deste Termo de Fomento será de 180 (cento e oitenta dias), contados da data de assinatura do presente Instrumento, podendo ser prorrogado, mediante Termo Aditivo, conforme artigos 31 e 57 do Decreto 19.775/2017.
VALOR: R$ 40.000,00 (quarenta mil reais).
ONDE SE LÊ: DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 10100 0100 002421 2.7.06.034110 44.50.41.01
LEIA-SE: DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA: 10001 002421 44.50.42.99 2.7.06.034110.
ORIGEM DE RECURSOS: Emendas Federais 2024 - SMEC - Exercícios Anteriores.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 10001 002421 44.50.42.99 2.7.06.034110.

Porto Alegre, 12 de dezembro de 2025.

LILLIANA CARDOSO RODRIGUES DOS SANTOS DUARTE, Secretaria Municipal da Cultura.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE 649/2025

PROCESSO 25.0.000152223-2

CONTRATANTE: Município de Porto Alegre, através da Secretaria Municipal da Cultura.
CONTRATADO: SILVIA MARIA DA SILVA DUARTE LTDA.
CNPJ: 12.270.754/0001-40.
OBJETO: Para apresentação do TRIBUTO A CLÁUDIO BARULHO de 13 a 20 de novembro no Largo Zumbi dos Palmares situado na Av. Loureiro da Silva, 730 - Cidade Baixa, Porto Alegre/RS, 90010-420.
VALOR: R$ 5.000,00 (cinco mil reais).
ORIGEM DE RECURSOS: 1.5.00.001001 0001 - RECURSO LIVRE ADM DIRETA.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 10100-002421-3390.39.23-1.5.00.001 0001.
BASE LEGAL: Artigo 74, II, Lei 14.133/21 e Lei Municipal nº 12.827/2021.

Porto Alegre,12 de dezembro de 2025.

LILIANA CARDOSO RODRIGUES DOS SANTOS DUARTE, Secretária Municipal da Cultura.

INEXIGIBILIDADE 660/2025

PROCESSO 25.0.000150719-5

CONTRATANTE: Município de Porto Alegre, através da Secretaria Municipal da Cultura.
CONTRATADO: SOCIEDADE BENEFICENTE E RECREATIVA IMPERADORES.
CNPJ: 89.402.531/0001-14.
OBJETO: Apresentação do Grupo *Show* da Escola de Samba IMPERADORES DO SAMBA entre os dias 13 a 20 de novembro de 2025 entre 08h e 22h, no Largo Zumbi dos Palmares situado na Av. Loureiro da Silva, 730 - Cidade Baixa, Porto Alegre/RS, 90010-420.
VALOR: R$ 6.000,00 (seis mil reais).
ORIGEM DE RECURSOS: 1.7.59.204001 1204 - RECURSOS FUNDO MUNICIPAL DA CULTURA.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 101003-002493-33.90.39.23-1.7.59.204001 1204.
BASE LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 Lei Municipal nº 12.827/2021.

Porto Alegre, 12 de dezembro de 2025.

LILIANA CARDOSO RODRIGUES DOS SANTOS DUARTE, Secretária Municipal da Cultura.

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO 25.0.000139850-7

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, através da Secretaria Municipal da Cultura.
CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO MÃES PRETAS.
CNPJ: 52.961.498/0001-52.
CONTRATO: 99426/2025.
OBJETO DO CONTRATO: O presente Contrato tem por objeto a contratação de ASSOCIAÇÃO MÃES PRETAS, CNPJ 52.961.498/0001-52, contemplar 50 crianças, entre 05 anos e 14 anos, durante as férias escolares, com atividades lúdicas e afrorreferenciadas, no período de 05 a 16 de janeiro de 2026, a realizar-se no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, Av. Bento Gonçalves, 1129 – Bairro Santo Antônio – Porto Alegre/RS.
MODALIDADE: Processo de Inexigibilidade - nº 777/2025.
DATA DA ASSINATURA: 12 de dezembro de 2025.
VIGÊNCIA DO CONTRATO: Vigência de 30 dias, a contar da data do recebimento da Ordem de Início.
VALOR: R$ 68.200,00 (sessenta e oito mil e duzentos reais).
ORIGEM DE RECURSOS: RECURSO LIVRE ADM DIRETA - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01003 4474 1.500.001.001 33.50.43.
BASE LEGAL: Art. 74, II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Porto Alegre, 12 de dezembro de 2025.

LILIANA CARDOSO DOS SANTOS RODRIGUES DUARTE, Secretária Municipal da Cultura.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE 777/2025

PROCESSO 25.0.000139850-7

CONTRATANTE: Município de Porto Alegre, através da Secretaria Municipal da Cultura.
CONTRATADO: ASSOCIAÇÃO MÃES PRETAS.
CNPJ: 52.961.498/0001-52.
OBJETO: O presente Contrato tem por objeto a contratação de ASSOCIAÇÃO MÃES PRETAS, CNPJ 52.961.498/0001-52, contemplar 50 crianças, entre 05 anos e 14 anos, durante as férias escolares, com atividades lúdicas e afrorreferenciadas, no período de 05 a 16 de janeiro de 2026, a realizar-se no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho, Av. Bento Gonçalves, 1129 – Bairro Santo Antônio – Porto Alegre/RS.
VALOR: R$ 68.200,00 (sessenta e oito mil e duzentos reais).
ORIGEM DE RECURSOS: RECURSO LIVRE ADM DIRETA - IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01003 4474 1.500.001.001 33.50.43.
BASE LEGAL: Art. 74, II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Porto Alegre, 12 de dezembro de 2025.

LILIANA CARDOSO RODRIGUES DOS SANTOS DUARTE, Secretária Municipal da Cultura.

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO

PROCESSO 24.0.000079634-0

CONTRATO REGISTRADO PGM/ANO: 98.717/2025.
CONTRATANTE: Município de Porto Alegre, através da Secretaria Municipal de Saúde – SMS.
CONTRATADA: Cepheid Brasil, Importação, Exportação e Comércio de Produtos de Diagnósticos Ltda.
CNPJ: 18.628.083/0002-04.
OBJETO DO CONTRATO: Prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, incluindo o suporte técnico, a manutenção e o reparo dos equipamentos dos sistemas GeneXpert, para realizar teste rápido molecular de tuberculose, com fornecimento de todas as peças, módulos e *kits* de manutenção preventiva (*XpertCheck*), dos equipamentos pertencentes a Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação nº 206/2025.
DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 10 de dezembro de 2025.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 10 de dezembro de 2025 a 10 de dezembro de 2026.
PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: 10 de dezembro de 2026.
VALOR: O valor máximo total da contratação é de R$ 101.727,96 (cento e um mil setecentos e vinte e sete reais e noventa e seis centavos), que serão pagos, conforme efetiva realização dos serviços.
ORIGEM DE RECURSOS: Fundo Municipal de Saúde – FMS.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01804-004043-33903900-2600502001-4502.
BASE LEGAL: Art. 74, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/2021, Lei Complementar Municipal nº 881/2020, Lei Municipal nº 12.827/2021, Decreto Municipal nº 21.859/2023, Decreto Municipal nº 21.978/2023 e demais normas pertinentes à matéria.

Porto Alegre, 10 de dezembro de 2025.

FERNANDO RITTER, Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO

PROCESSO 20.0.000062234-7

CONTRATO REGISTRADO PGM/ANO: 73.379/2020.
TERMO DE APOSTILAMENTO REGISTRADO PGM/ANO: 99.206/2025.
CONTRATANTE: Município de Porto Alegre, através da Secretaria Municipal de Saúde – SMS.
CONTRATADA: Crédito Real Imóveis e Condomínios S. A.
CNPJ: 92.691.336/0001-60.
OBJETO DO CONTRATO: Locação de imóvel não residencial, situado na Rua Uruguai, 300/1° andar, no Bairro Centro Histórico, na cidade de Porto Alegre/RS, com área útil construída de 271,60 m², registrado na 1ª Zona de Registro de Imóveis de Porto Alegre, destinado ao funcionamento das ONGS: SOMOS, GAPA/RS Igualdade e NEP/RS.
OBJETO DO 6° TERMO DE APOSTILAMENTO: Consoante Cláusula Terceira item 3.1 do Contrato 73.379/2020 e Cláusula Terceira do VI Termo Aditivo, o valor mensal do locatício será reajustado, passando dos atuais R$ 5.819,30 (cinco mil oitocentos e dezenove reais e trinta centavos) mensais, para R$ 6.050,90 (seis mil cinquenta reais e noventa centavos) mensais, a contar de 02/10/2025. O valor do aluguel reajustado servirá de parâmetro para reajustes futuros.
MODALIDADE: Dispensa de Licitação n° 162/2020.
DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 02 de outubro de 2020.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 02 de outubro de 2020 a 01 de outubro de 2026.
PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: 01 de outubro de 2026.
VALOR: R$ 6.050,90 (seis mil e cinquenta reais e noventa centavos) mensais.
ORIGEM DE RECURSOS: Fundo Municipal de Saúde – FMS.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01804-002269-1.6.00.502001-33.90.36.15.
BASE LEGAL: Art. 65, § 8º, da Lei Federal nº 8.666/93.

Porto Alegre, 05 de dezembro de 2025.

FERNANDO RITTER, Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PROCESSO 23.0.000022119-8

TERMO DE COLABORAÇÃO REGISTRADO PGM/ANO: 82.224/2023.
TERMO ADITIVO REGISTRADO PGM/ANO: 99.191/2025.
PARTÍCIPES: Município de Porto Alegre, através da Secretaria Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ nº 92.963.560/0001-60 e a Sociedade Sulina Divina Providência, CNPJ 87.317.764/0001-93, por meio de sua unidade mantida, Hospital Divina Providência, inscrito no CNPJ nº 87.317.764/0010-84.
OBJETO DO TERMO DE COLABORAÇÃO: Execução de atividades na rede de Atenção Primária à Saúde do Município de Porto Alegre.
OBJETO DO 14º TERMO ADITIVO: O presente Termo Aditivo ao Termo de Colaboração 82.224/2023, tem por objeto o repasse de recursos à Sociedade Sulina Divina Providência - SSDP para contratação de empresa para execução da substituição do cercamento e portão metálico de acionamento manual para a Unidade de Saúde Mapa, conforme escopo cercamento Mapa e Plano de Trabalho cercamento Mapa. Fica a colaboradora encarregada de contratar empresa especializada para o trabalho de substituição do cercamento e portão metálico, de acionamento manual para a Unidade de Saúde Mapa. O início das obras ocorrerá após a assinatura do presente Termo Aditivo, que terá vigência de 06 (seis) meses, com possibilidade de prorrogação por igual período.
DATA DA ASSINATURA DO TERMO DE COLABORAÇÃO: 17 de março de 2023.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 20 de março de 2023 a 19 de março de 2028.
PRAZO DE VIGÊNCIA DO TERMO DE COLABORAÇÃO: 19 de março de 2028.
VALOR: O valor previsto para a execução dos serviços é de R$ 57.715,93 (cinquenta e sete mil setecentos e quinze reais e noventa e três centavos) oriundo do Orçamento Participativo (OP), o qual será repassado em parcela única após a assinatura do presente Termo Aditivo. Com este repasse, o Termo de Colaboração original terá um acréscimo de 0,0128%, resultando em um aumento acumulado correspondente a 5,3683% do valor originalmente pactuado. Considerando o caráter temporário desta contratação, o valor ordinário do Termo de Colaboração permanece inalterado.
ORIGEM DE RECURSOS: Fundo Municipal de Saúde – SMS.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01804-004047-1.5.00.001001-0001-44.50.42.99.
BASE LEGAL: Artigo 57, da Lei Federal nº 13.019/2014 e artigos 55 e 56 do Decreto Municipal nº 19.775/2017.

Porto Alegre, 10 de dezembro de 2025.

FERNANDO RITTER, Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PROCESSO 24.0.000147139-9

CONTRATO REGISTRADO PGM/ANO: 93632/2025.
TERMO ADITIVO REGISTRADO PGM/ANO: 98985/2025.
CONTRATANTE: Município de Porto Alegre, através da Secretaria Municipal de Saúde – SMS.
CONTRATADA*:* Libertad Assistência Integral Ltda.
CNPJ: 14.762.530/0001-81.
OBJETO: Prestação de serviços de diagnóstico e tratamento voltado às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no Município de Porto Alegre/RS, de forma complementar ao Sistema Único de Saúde (SUS), junto à Secretaria Municipal de Saúde (SMS) no Município de Porto Alegre, de acordo com as especificações e os detalhamentos constantes no Termo de Referência.

OBJETO DO 1º TERMO ADITIVO: Acréscimo de vagas para a prestação de serviços de diagnóstico e tratamento voltado às pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA). Com o acréscimo de 99 (noventa e nove) vagas, o número de vagas contratadas passa para 180 (cento e oitenta), observando o limite da proposta apresentada pelo prestador no Chamamento Público de Credenciamento 018/2024. O presente Instrumento tem vigência a partir da Ordem de Início e acompanhará a vigência do Contrato, inclusive suas prorrogações, conforme Cláusula 11.1 do Contrato original e art. 107 da Lei Federal nº 14.133/2021.
MODALIDADE: Edital de Chamamento Público nº 018/2024.
DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 17 de janeiro de 2025.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 28 de janeiro de 2025 a 28 de janeiro de 2026.
PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: 28 de janeiro de 2026.
VALOR: Com o acréscimo, o valor mensal passa para R$ 238.528,80 (duzentos e trinta e oito mil quinhentos e vinte e oito reais e oitenta centavos), representando um acréscimo de 122,22% ao Contrato registrado sob o n° 93.632/2025.
ORIGEM DE RECURSOS: Fundo Municipal de Saúde – FMS.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01804-004488-1.5.00.001001-0001-33.90.39.00.
BASE LEGAL: Art. 124 da Lei Federal n° 14.133/2021.

Porto Alegre, 10 de dezembro de 2025.

FERNANDO RITTER, Secretário Municipal de Saúde.

JUSTIFICATIVA

PARA INEXIGIBILIDADE DE CHAMAMENTO PÚBLICO
PROCESSO 25.0.000120506-7

Em atendimento às disposições do Art. 29, Art. 31 e § 1º do Art. 32 da Lei Federal nº 13.019/2014 e inciso II do Art. 14 do Decreto Municipal 19.775/2017, e suas alterações, a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE justifica a Inexigibilidade de Chamamento Público para celebração de Termo de Fomento com ASSOCIAÇÃO SÃO PIETRO SAÚDE/HOSPITAL BANCO DE OLHOS, inscrito no CNPJ sob n° 09.128.192/0002-71, com sede na Rua Engenheiro Walter Boeh,I nº 285, Bairro Vila Ipiranga, em Porto Alegre, para repasse de Emenda Impositiva, tendo em vista a inviabilidade de competição entre as Organizações da Sociedade Civil, em razão da natureza singular do objeto da parceria ou das metas somente puderem ser atingidas pela entidade específica tendo em vista que a Emenda Impositiva abaixo discriminada foi aprovada na Lei Orçamentária Anual – LOA 2025. Impugnação à inexigibilidade, tornada pública neste ato, pode ser apresentada no prazo de (05) cinco dias a contar de sua publicação por meio do *e-mail* emendas.sms@portoalegre.rs.gov.br.

Proposta	Habilitação	Nº da Emenda	Nº da Inexigibilidade	Valor Previsto
36000709955202500	Portaria GM/MS 8.370/2025	71220001	745/2025	R$ 300.000,00

Porto Alegre, 08 de dezembro de 2025.

FERNANDO RITTER, Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO

PROCESSO 25.0.000074959-4

CONTRATO REGISTRADO PGM/ANO: 99270/2025.
CONTRATANTE: Município de Porto Alegre, através da Secretaria Municipal de Saúde - SMS.
CONTRATADA: ASSOCIAÇÃO SÃO PIETRO SAÚDE/HOSPITAL BANCO DE OLHOS.
CNPJ: 09.128.192/0002-71.

OBJETO: O presente TERMO DE FOMENTO tem por objeto a realização de Parceria para custeio dos serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial (MAC), visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde – SUS, conforme especificações técnicas e objetivos constantes do Plano de Trabalho 36357286, mediante repasse definido por Emenda Parlamentar.
MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação nº 682/2025.
DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 08/12/2025.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 08/12/2025 a 07/12/2027.
PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: 24 meses.
VALOR: O repasse dar-se-á em parcela única no valor de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais).
ORIGEM DO RECURSO: Emenda Parlamentar Proposta 36000671663202500.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 1804.4491.1.6.00.501110 4501.33.50.43.
BASE LEGAL: Artigo 2º, VIII, da Lei 13.019/2014 e no Decreto Municipal 19.775/2017.

Porto Alegre, 08 de dezembro de 2025.

FERNANDO RITTER, Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DE TERMO DE FOMENTO

PROCESSO 25.0.000009632-9

CONTRATO REGISTRADO PGM/ANO: 99127/2025.
CONTRATANTE: Município de Porto Alegre, através da Secretaria Municipal de Saúde - SMS.
CONTRATADA: IRMANDADE DA SANTA CASA DE MISERICÓRDIA DE PORTO ALEGRE.
CNPJ: 92.815.000/0001-68.
OBJETO: O presente TERMO DE FOMENTO tem por objeto a realização de Parceria para aquisição de instrumentais cirúrgicos, visando ao fortalecimento do Sistema Único de Saúde – SUS, conforme especificações técnicas e objetivos constantes do Plano de Trabalho 33441804, mediante repasse definido por Emenda Parlamentar.
MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação nº 278/2025.
DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 05/12/2025.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 05/12/2025 a 04/12/2027.
PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: 24 meses.
VALOR: O repasse dar-se-á em parcela única no valor de R$ 171.336,53 (cento e setenta e um mil trezentos e trinta e seis reais e cinquenta e três centavos).
ORIGEM DO RECURSO: Emenda Parlamentar Proposta 36000449600202200.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 1804.4491.1.6.59.001001 4001.33.90.39.
BASE LEGAL: Artigo 2º, VIII, da Lei 13.019/2014 e no Decreto Municipal 19.775/2017.

Porto Alegre, 05 de dezembro de 2025.

FERNANDO RITTER, Secretário Municipal de Saúde.

RESULTADO DE DISPENSA ELETRÔNICA 089/2025

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE torna público o resultado de julgamento final da Dispensa de Licitação abaixo, que restou FRACASSADA:
DISPENSA ELETRÔNICA 089/2025 – PROCESSO 25.0.000152199-6, para a aquisição por dispensa de licitação de fios cirúrgicos e *kit* catarata, códigos: 1039965, 1058775, 1058791, 1058809, 1058825, 1089184, para uso nas cirurgias do Hospital de Pronto Socorro - HPS.

Porto Alegre, 12 de dezembro de 2025.

FERNANDO RITTER, Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DE DISPENSA ELETRÔNICA 087/2025

PROCESSO 25.0.000096884-9

CONTRATANTE: Município de Porto Alegre, através da Secretaria Municipal de Saúde.
CONTRATADO: MQ SOLUCOES LTDA.
CNPJ: 61.874.388/0001-44.
OBJETO: Cordão Girassol de identificação para pessoas com deficiências ocultas.
VALOR: R$ 29.900,00.
ORIGEM DE RECURSOS: FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - ATENÇÃO BASICA - CUSTEIO.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 002063 1.6.00.500001 4500 33.90.32.00.
BASE LEGAL: Art. 74, inciso I, da Lei n° 14.133/2021.

Porto Alegre, 12 de dezembro de 2025.

FERNANDO RITTER, Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE 770/2025

PROCESSO 25.0.000028047-2

CONTRATANTE: Município de Porto Alegre, através da Secretaria Municipal de Saúde.
CONTRATADO: TERUMO BCT EUROPE N.V.
CNPJ: 13.409.129/0001-08.
OBJETO: Aquisição de lâminas para conexão estéril a serem utilizadas pelo aparelho de conexão estéril da marca Terumo - aparelho hoje disponível em nossa instituição por empréstimo do HEMORGS. A marca TERUMO possui somente 01 representante no Brasil.
VALOR: R$ 7.560,00.
ORIGEM DE RECURSOS: Fundo Municipal de Saúde.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 1804.4030.2621230201.4230.
BASE LEGAL: Lei 14.133/2021.

Porto Alegre, 12 de dezembro de 2025.

FERNANDO RITTER, Secretário Municipal de Saúde.

RESULTADO DE DISPENSA ELETRÔNICA 084/2025

A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE torna público o resultado de julgamento final da Dispensa de Licitação abaixo, que restou FRACASSADA:
DISPENSA ELETRÔNICA 084/2025 – PROCESSO 25.0.000152190-2, para a Aquisição de material de consumo para o Hospital de Pronto Socorro – HPS, destinado ao uso na rede de gases medicinais.

Porto Alegre, 12 de dezembro de 2025.

FERNANDO RITTER, Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DE TERMO DE APOSTILAMENTO

PROCESSO 24.0.000142901-5

CONTRATO REGISTRADO PGM/ANO: 92796/2024.
TERMO DE APOSTILAMENTO REGISTRADO PGM/ANO: 99321/2025.
CONTRATANTE: Município de Porto Alegre, através da Secretaria Municipal de Saúde - SMS.
CONTRATADA: Athello Transportes Ltda.
CNPJ: 34.258.894/0001-36.
OBJETO DO CONTRATO: Prestação de serviços contínuos de locação de veículo com Motorista para atender as demandas da Diretoria de Vigilância em Saúde, executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.
OBJETO DO 1º TERMO DE APOSTILAMENTO: Repactuação e reajuste contratual, na forma do art. 6º, LVIII e LIX, da Lei Federal nº 14.133/2021, e na Cláusula Sexta do Contrato. A contar de 09/12/2024, conforme faculta a Cláusula Sexta, item 6.8 do Contrato, e a Convenção Coletiva de Trabalho 2024/2025, SINDIELV, registrada no MTE sob o nº RS000482/2025, fica repactuado: o custo unitário do auxílio-alimentação que passa a ser de R$ 30,00 (trinta reais). O valor do salário normativo que passa a ser de R$ 2.091,44 (dois mil noventa e um reais e quarenta e quatro centavos). Essas alterações acarretarão uma repercussão financeira no valor total do Contrato de R$ 9.191,16 (nove mil cento e noventa e um reais e dezesseis centavos). A contar de 22/10/2025, fica reajustado o valor do Contrato, conforme Cláusula Sexta, item 6.9, com reajuste na variação IPCA de 5,172370%, referente ao período de 10/2024 a 09/2025, acarretando uma repercussão financeira anual de R$ 1.089,24 (mil oitenta e nove reais e vinte e quatro centavos).
MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 538/2023 - Lote 05.
DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 09 de dezembro de 2024.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 09 de dezembro de 2024 a 09 de dezembro de 2026.
PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: 09 de dezembro de 2026.
VALOR: A contar de 09/12/2024, considerando o disposto na Cláusula Segunda, o valor total do Contrato passa a ser de R$ 83.990,28 (oitenta e três mil novecentos e noventa reais e vinte e oito centavos), conforme a planilha de custos.
A contar de 22/10/2025, considerando o disposto na Cláusula Terceira, o valor total do Contrato passa a ser de R$ 85.079,52 (oitenta e cinco mil setenta e nove reais e cinquenta e dois centavos), conforme a planilha de custos.
ORIGEM DE RECURSOS: Fundo Municipal de Saúde – FMS.
DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS: 01804-004039-2.6.00.502101-33.90.39.04 e 01804-004039-1.6. 00.502001-4502-33.90.92.00.
BASE LEGAL: Art. 6º, LVIII e LIX, da Lei Federal nº 14.133/2021.

Porto Alegre, 10 de dezembro de 2025.

FERNANDO RITTER, Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PROCESSO 23.0.000018170-6

CONTRATO REGISTRADO PGM/ANO: 82.075/2023.
TERMO ADITIVO REGISTRADO PGM/ANO: 99.391/2025.
CONTRATANTE: Município de Porto Alegre, através da Secretaria Municipal de Saúde – SMS.
CONTRATADA: União Brasileira de Educação e Assistência/Hospital São Lucas da PUCRS. CNPJ 88.630.413/0007-96.
OBJETO: Integrar o HOSPITAL no Sistema Único de Saúde - SUS e definir a sua inserção na rede regionalizada e hierarquizada de ações e serviços de saúde, visando à garantia da atenção integral à saúde dos Munícipes.
OBJETO DO 32° TERMO ADITIVO: O objeto do presente Termo Aditivo ao Contrato registrado sob nº 82.075/2023 (22502900) consiste no repasse de recursos financeiros previstos na Portaria SES n° 1229/2025 (36856920), a ser transferido à União Brasileira de Educação e Assistência/Hospital São Lucas da PUC/RS.
DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 28 de fevereiro de 2024.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 01 de março de 2025 a 28 de fevereiro de 2026.
PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: 28 de fevereiro de 2026.
VALOR: O valor ordinário mensal do Contrato permanece em R$ 9.774.586,21 (nove milhões setecentos e setenta e quatro mil quinhentos e oitenta e seis reais e vinte e um centavos), conforme estabelecido no Termo Aditivo XXXI; O

repasse único e extraordinário referente à Portaria SES Nº 1229/2025 é de R$ 1.480.658,15 (um milhão quatrocentos e oitenta mil seiscentos e cinquenta e oito reais e quinze centavos).
ORIGEM DE RECURSOS: Fundo Municipal de Saúde – FMS.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 1804-004447-1.6.21.230001-4230-33.90.39.91.
BASE LEGAL: Art. 58, I, c/ 65, I, § 1º da Lei Federal nº 8.666/93.

Porto Alegre, 12 de dezembro de 2025.

FERNANDO RITTER, Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO TERMO ADITIVO

PROCESSO 23.0.000019657-6

CONTRATO REGISTRADO PGM/ANO: 82192/2023.
TERMO ADITIVO REGISTRADO PGM/ANO: 99390/2025.
CONTRATANTE: Município de Porto Alegre, através da Secretaria Municipal de Saúde - SMS.
CONTRATADA: Associação Hospitalar Vila Nova – AHVN.
CNPJ: 04.994.418/0001-12.
OBJETO DO CONTRATO: Integrar o Hospital no Sistema Único de Saúde - SUS e definir a sua inserção na rede regionalizada e hierarquizada de ações e serviços de saúde, visando à garantia da atenção integral à saúde dos munícipes que integram a região de saúde na qual o HOSPITAL está inserido, e conforme previsto no Descritivo Assistencial, parte integrante deste instrumento, elaborado conjuntamente pela SMS e pelo HOSPITAL, contendo todas as ações e serviços objeto deste Contrato.
OBJETO DO 38º TERMO DE ADITIVO: O presente Termo Aditivo ao Contrato registrado sob nº 82.192/2023 (22643917) consiste na inclusão da Portaria SES nº 1229/2025 (36858586) que estabelece repasse de valor financeiro em parcela única.
DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 09 de março de 2023.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 09 de março de 2023 a 08 de março de 2026.
PRAZO DE VIGÊNCIA DO CONTRATO: 08 de março de 2026.
VALOR: O valor ordinário mensal do Contrato permanece R$ 15.811.280,25 (quinze milhões oitocentos e onze mil duzentos e oitenta reais e vinte e cinco centavos), o repasse único e extraordinário referente a uma parcela complementar do Assistir é de R$ 1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais).
ORIGEM DE RECURSOS: Fundo Municipal de Saúde – FMS.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01804-004447-1.6.21.230001-4230-33.90.39.91.
BASE LEGAL: Art. 58, I, da Lei Federal n° 8.666/93.

Porto Alegre, 12 de dezembro de 2025.

FERNANDO RITTER, Secretário Municipal de Saúde.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PROCESSO 18.0.000018579-1

TERMO DE COLABORAÇÃO REGISTRADO PGM/ANO: 67385/2018.
TERMO ADITIVO REGISTRADO PGM/ANO: 99393/2025.
CONTRATANTE: Município de Porto Alegre, através da Secretaria Municipal de Saúde – SMS.
CONTRATADA: Associação Hospitalar Vila Nova - AHVN/Hospital da Restinga e Extremo Sul - HRES.
CNPJ: 04.994.418/0003-84.
OBJETO: Gerenciamento e execução das atividades e serviços de saúde do Hospital da Restinga e Extremo Sul – HRES, visando integrar o Hospital ao Sistema Único de Saúde - SUS, em mútua cooperação, para promover, proteger e recuperar a saúde da população, no âmbito do Município de Porto Alegre.

OBJETO DO 51º TERMO ADITIVO: O objeto do presente Termo Aditivo ao Termo de Colaboração registrado sob nº 67.385 (4758697) consiste na inclusão da Portaria SES nº 1229/2025 que estabelece repasse de valor financeiro em parcela única.
MODALIDADE: Edital de Chamada Pública nº 001/2018.
DATA DA ASSINATURA DO TERMO DE COLABORAÇÃO: 21 de agosto de 2018.
PRAZO DE EXECUÇÃO: 21 de agosto de 2018 a 20 de agosto de 2028.
PRAZO DE VIGÊNCIA DO TERMO DE COLABORAÇÃO: 20 de agosto de 2028.
VALOR: O valor ordinário mensal da Parceria mantém-se R$ 5.699.988,29 (cinco milhões seiscentos e noventa e nove mil novecentos e oitenta e oito reais e vinte e nove centavos), o repasse único e extraordinário referente a uma parcela complementar do Assistir é de R$ 740.045,06 (setecentos e quarenta mil quarenta e cinco reais e seis centavos).
ORIGEM DE RECURSOS: Fundo Municipal de Saúde - FMS.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 01804-004447-1.6.21.230001-4230-33.50.43.00.
BASE LEGAL: Art. 57 da Lei Federal n° 13.019/14 e arts. 55 e 56 do Decreto Municipal n° 19.775/2017.

Porto Alegre, 12 de dezembro de 2025.

FERNANDO RITTER, Secretário Municipal de Saúde.

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTOS

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO ELETRÔNICO 196/2025
PROCESSO 25.10.000010118-7

O DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTOS torna público o resultado do julgamento das propostas da licitação em epígrafe:
OBJETO: Aquisição de aparelhos e materiais para solda e mangueira para ar.
ORIGEM DE RECURSOS: Próprio.

ITEM 01.
EMPRESA: BRAXPARK MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA - EPP.
VALOR TOTAL DO ITEM: R$ 2.584,00.

ITENS 04, 05, 07 E 08.
EMPRESA: MULTIFASE COMERCIAL TÉCNICA LTDA- EPP.
VALOR TOTAL DOS ITENS: R$ 1.530,88.

ITENS 02, 03 E 06.
FRACASSADOS.

A íntegra da Ata encontra-se no *site* https://www.portaldecompraspublicas.com.br/.

Porto Alegre, 12 de dezembro de 2025.

JOÃO PAULO LOPES FERREIRA, Coordenador de Julgamento e Contratos.

EXTRATO

DOADOR: Departamento Municipal de Água e Esgotos.
DONATÁRIO: COLARTE – Coletivo de Artistas Independentes.
PROCESSO SEI 25.10.000001844-1.
TERMO DE DOAÇÃO 25.10.000001844-1.
OBJETO: Doação de material de informática.
ORIGEM DE RECURSOS: próprio.
VALOR: R$ 73.750,00.
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: artigo 76, II, “a”, da Lei 14.133/2021.

Porto Alegre, 12 de dezembro de 2025.

MAURÍCIO LEANDRO BORGES ROSA, Gestor de Contratos.

RESULTADO DE JULGAMENTO

PREGÃO ELETRÔNICO 173/2025
PROCESSO 25.10.000009771-6

O DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTOS torna público o resultado do julgamento das propostas da licitação em epígrafe:
OBJETO: Aquisição de ferramentas diversas, tinta, escada, corda náutica e utensílios de medição.
ORIGEM DE RECURSOS: Próprio.

ITENS 02, 08.
EMPRESA: JOSÉ D DA SILVA - ME.
VALOR TOTAL DOS ITENS: R$ 260,70.

ITENS 03, 05.
EMPRESA: D IMPORTAÇÃO - COMÉRCIO E BAZAR LTDA - EPP.
VALOR TOTAL DOS ITENS: R$ 93,27.

ITENS 04, 13.
EMPRESA: ALMADA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA - EPP.
VALOR TOTAL DOS ITENS: R$ 122,40.

ITENS 06, 09, 10, 11, 12.
EMPRESA: MULTIFASE COMERCIAL TÉCNICA LTDA - EPP.
VALOR TOTAL DOS ITENS: R$ 1.486,50.

ITENS 01, 07, 14, 15, 16.
FRACASSADOS.

A íntegra da Ata encontra-se no *site* https://www.portaldecompraspublicas.com.br/.

Porto Alegre, 12 de dezembro de 2025.

JOÃO PAULO LOPES FERREIRA, Coordenador de Julgamento e Contratos.

RESULTADO DO JULGAMENTO

PREGÃO ELETRÔNICO 221/2025
PROCESSO 25.10.000012226-5

O DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTOS torna público o resultado do julgamento das propostas da licitação em epígrafe:
OBJETO: Material elétrico (cabo condutor de eletricidade e terminal para cabos).
ORIGEM DOS RECURSOS: Próprio.

ITEM 01.
EMPRESA: SENGETEC COMÉRCIO E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PRECISÃO LTDA.
VALOR: R$ 140.000,00

ITEM 02.
EMPRESA: D IMPORTACAO - COMÉRCIO E BAZAR LTDA.
VALOR: R$ 1.375,00.

A íntegra da ata encontra-se no *site* www.portaldecompraspublicas.com.br.

Porto Alegre, 15 de dezembro de 2025.

JOÃO PAULO LOPES FERREIRA, Coordenador de Julgamento e Contratos.

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO II

PROCESSO 24.14.000003790-3

CONTRATO REGISTRADO: 099/2025.
ADITIVO REGISTRADO: 179/2025.
CONTRATANTE: DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO, CNPJ nº 92.965.870/0001-13.
CONTRATADA: ALM - ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA, CNPJ nº 01.733.827/0001-77.
OBJETO DO CONTRATO: Execução de Habitações de Interesse Social, destinadas a atender o Programa Pró-Moradia, com endereços à Rua Tamandaré, 864 - Condomínio Tamandaré I e Rua Tamandaré, 926 - Condomínio Tamandaré II, Bairro Cristal, Porto Alegre/RS. Os Condomínios irão contemplar, 340 unidades habitacionais (apartamentos), nas condições estabelecidas no Projeto Básico.
OBJETO DO TERMO ADITIVO: A contar da assinatura do presente Termo Aditivo, fica acrescido o valor total do Contrato em R$ 2.341.003,43 (dois milhões trezentos e quarenta e um mil três reais e quarenta e três centavos) o que equivale à cerca de 3,64% (exatamente 3,643569%) sobre o valor global reajustado. O referido acréscimo decorre da inclusão dos itens adicionais constantes na planilha de custos que integra o objeto originalmente licitado, devidamente especificados e justificados nos autos do Processo Administrativo.
MODALIDADE: Concorrência Eletrônica nº 039/2024.
DATA DA ASSINATURA: 12/12/2025.
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 20 (vinte) meses a contar de 28/02/2025.
VALOR: R$ 2.341.003,43 (dois milhões trezentos e quarenta e um mil três reais e quarenta e três centavos).
ORIGEM DE RECURSOS: FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL - FMHIS.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 03103.001217.44905100.1754016001 e 03103.001217.44905100.1759793001.
BASE LEGAL: Lei Federal 14.133/2021, a Lei Complementar Municipal nº 881/2020, Lei Municipal nº 12.827/2021, e o Decreto Municipal nº 21.859/2023.

Porto Alegre, 12 de dezembro de 2025.

ANDRÉ LUIZ DE MELLO MACHADO, Diretor-Geral do DEMHAB.

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA

EXTRATO DO TERMO DE APOSTILAMENTO 003 AO CONTRATO 013/2021

PROCESSO 21.17.000000989-1

REGISTRO 1397.
CONTRATANTE: DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA (DMLU) - CNPJ 88.017.272/0001-45.
CONTRATADA: TERRAPLENAGEM ERONI MACHADO LTDA., CNPJ 92.314.079/0001-43.
OBJETO DO CONTRATO: Disponibilização de 03 (três) retroescavadeiras, com operadores, para execução de serviços na Unidade de Triagem e Compostagem Francisco Engel Rodrigues - UTC, e eventualmente em outros locais, no Município de Porto Alegre, para atender ao Departamento Municipal de Limpeza Urbana.
OBJETO DO APOSTILAMENTO: Constitui objeto deste Apostilamento a ALTERAÇÃO de erro material no Termo Aditivo nº 005 ao Contrato 013/2021 (36975438).
VALOR: R$ 690.055,28.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 05001 002907 1.753.140.001 33.90.39.
ORIGEM: Taxa de Coleta de Lixo do DMLU.
MODALIDADE: Edital de Pregão Eletrônico nº 260/2021.
EMBASAMENTO LEGAL: Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

Porto Alegre, 11 de dezembro de 2025.

CARLOS ALBERTO HUNDERTMARKER, Diretor-Geral do DMLU.

EXTRATO DO 4° TERMO ADITIVO AO CONTRATO 031/2023

PROCESSO 23.17.000002490-5

REGISTRO 1389.
CONTRATANTE: DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA (DMLU) - CNPJ nº 88.017.272/0001-45.
CONTRATADA: TRANSPORTES OTALIRO LTDA, CNPJ nº 93.530.772/0001-16.
OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa para locação de caminhão *truck* dotado de caçamba basculante, com Motorista, para coleta de resíduos públicos e transporte de cargas diversas, no Município de Porto Alegre.
OBJETO DO TERMO ADITIVO: Constitui objeto deste TERMO ADITIVO a ALTERAÇÃO, o REAJUSTE e a REPACTUAÇÃO do Contrato Registrado 031/2023 (25123587).
ALTERAÇÃO, REAJUSTE E REPACTUAÇÃO: Por meio deste Termo Aditivo, altera-se a CLÁUSULA TERCEIRA do Termo Aditivo nº 003 ao Contrato 031/2023 (35145140) e reajusta-se a partir de 09/09/2025, conforme Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apurado no período de 09/09/2024 a 08/09/2025, 50% do IPCA 2025 (planilha 36480861), respeitando a Resolução CGOF nº 032/2025 (36346454), no percentual de 2,570832%, que representa metade do percentual total de 5,141664%.
VALOR: O valor anual passa de R$ 300.542,40 para R$ 306.192,36.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 05001 002217 1.753.140.001 33.90.39.
ORIGEM: Taxa de coleta de lixo do DMLU.
MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 114/2023.
EMBASAMENTO LEGAL: Cláusula Quinta do Contrato e art. 65 da Lei n° 8.666/93.

Porto Alegre, 12 de dezembro de 2025.

CARLOS ALBERTO HUNDERTMARKER, Diretor-Geral.

EXTRATO DO 3° APOSTILAMENTO AO CONTRATO 030/2023

PROCESSO 23.17.000002489-1

REGISTRO 1398.
CONTRATANTE: DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA (DMLU) - CNPJ nº 88.017.272/0001-45.
CONTRATADA: TRANSPORTES OTALIRO LTDA.
OBJETO DO CONTRATO: Contratação de empresa para locação de caminhão *truck* dotado de caçamba basculante, com Motorista, para coleta de resíduos públicos e transporte de cargas diversas, no Município de Porto Alegre.
OBJETO DO APOSTILAMENTO: Constitui objeto deste Apostilamento a ALTERAÇÃO da numeração do Apostilamento nº 001 ao Contrato 30/2023 (36672284).
VALOR: R$ 319.684,20.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 05001 002217 1.753.140.001 5140 33.90.39.
ORIGEM: Taxa de coleta de lixo do DMLU.
MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 114/2023.
EMBASAMENTO LEGAL: Art. 65 da Lei nº 8.666/93.

Porto Alegre, 12 de dezembro de 2025.

CARLOS ALBERTO HUNDERTMARKER, Diretor-Geral.

EXTRATO DE INDEFERIMENTO DE DEFESA

E APLICAÇÃO DE PENALIDADE
MULTA

PROCESSO 25.17.000004227-0.
CONTRATO: 020/2024.
CONTRATANTE: DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA (DMLU) - CNPJ nº 88.017.272/0001-45.
CONTRATADA: TAZAY TRANSPORTES LTDA – CNPJ nº 07.986.606/0001-97.
O DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA (DMLU), por meio da Diretoria de Destino Final (DDF), comunica à empresa TAZAY TRANSPORTES LTDA, inscrita no CNPJ nº 07.986.606/0001-97, a Decisão Administrativa de indeferimento da Defesa Prévia e a consequente aplicação da SANÇÃO ADMINISTRATIVA DE MULTA, em razão de não manter as unidades de transporte em caráter de exclusividade na prestação de serviços para o DMLU, conforme consta na Decisão Administrativa 37044149.
Pelo exposto, a Diretora da Diretoria de Destino Final – DDF delibera pela aplicação da penalidade de MULTA no valor de R$ 4.338,50 (quatro mil trezentos e trinta e oito reais e cinquenta centavos), devido à empresa ter transgredido o Item 11.1, subitem 53 do Termo de Referência do Contrato nº 020/2024, conforme previsto no Item 12 – Penalidades, subitem 40, com graduação de 50 (cinquenta) vezes o preço unitário do Contrato, por se tratar de quarta ocorrência, multiplicada por 01 (um) evento comprovado.
Fica concedido o prazo de 15 (quinze) dias úteis, contados da publicação deste Extrato no Diário Oficial do Município de Porto Alegre (DOPA), para a interposição de Recurso Administrativo.
O Processo encontra-se à disposição dos interessados no Departamento Municipal de Limpeza Urbana, localizado na Av. Azenha, nº 631, Porto Alegre/RS, ou mediante solicitação pelo e-*mail*: dmlu@dmlu.prefpoa.com.br.

Porto Alegre, 12 de dezembro de 2025.

DAIANI DA SILVA ISOPPO MACHADO, Diretora de Destino Final DMLU/PMPA.

EMPRESA PÚBLICA DE TRANSPORTE E CIRCULAÇÃO

EXTRATO

DO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 027/2024
PROCESSO 24.16.000035586-1

MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 028/2024.
CONTRATANTE: Empresa Pública de Transporte e Circulação S.A., CNPJ 02.510.700/0001-51.
CONTRATADA: MBM Seguradora S.A., CNPJ 87.883.807/0001-06.
OBJETO DO CONTRATO: Serviço de seguro de vida em grupo.
OBJETO DO TERMO ADITIVO: A prorrogação do prazo de vigência e o reajuste dos valores contratuais.
VIGÊNCIA: 23/12/2025 a 23/12/2026.
VALOR ATUALIZADO DO CONTRATO: R$ 131.203,80 (cento e trinta e um mil duzentos e três reais e oitenta centavos).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 6401 - 4395 - 3.1.9.0.11.02 - 1.500.001.001.
BASE LEGAL: Artigos 199, 212 do RILC-EPTC/2025, e 71 e 81, § 7º, da Lei 13.303/2016.

Porto Alegre, 12 de dezembro de 2025.

DALMIRO SCHAF LOPES, Diretor Administrativo-Financeiro.

EXTRATO

DO 2º APOSTILAMENTO AO CONTRATO 011/2022
PROCESSO 22.16.000031050-6

MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 010/2022.
CONTRATANTE: Empresa Pública de Transporte e Circulação S.A., CNPJ 02.510.700/0001-51.
CONTRATADA: Prius Representações Ltda., CNPJ 03.361.851/0001-58.
OBJETO DO CONTRATO: Serviço de distribuição eletrônica de notas de expediente judiciais.
OBJETO DO APOSTILAMENTO: O reajustamento dos valores contratados.
VIGÊNCIA: 15/07/2025 a 15/07/2026.
VALOR ATUALIZADO DO CONTRATO: R$ 2.624,40 (dois mil seiscentos e vinte e quatro reais e quarenta centavos).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 6401.4263.1.5.01.400001.33.90.39.99.
BASE LEGAL: Artigos 212, § 1º, do RILC-EPTC/25 e artigo 81, § 7º, da Lei 13.303/16.

Porto Alegre, 12 de dezembro de 2025.

DALMIRO SCHAF LOPES, Diretor Administrativo-Financeiro.

EXTRATO DO CONTRATO 019/2025

PROCESSOS 25.16.000035446-1/25.16.000043935-1

MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 030/2025.
CONTRATANTE: Empresa Pública de Transporte e Circulação S.A., CNPJ 02.510.700/0001-51.
CONTRATADA: Engi Project Ltda, CNPJ 20.745.692/001-04.
OBJETO: Prestação de serviço especializado para manutenção de elevador da Sede Jerônimo de Ornelas.
VALOR: R$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 6401-4263-339039-1.501.400.001.
BASE LEGAL: RILC-EPTC/2025**,** Lei Federal 13.303/16, Lei 12.827/2021 e Decreto Municipal 20.587/20.

Porto Alegre, 12 de dezembro de 2025.

DALMIRO SCHAF LOPES, Diretor Administrativo-Financeiro.

RELATÓRIOS LEGAIS E FISCAIS

Relatórios Legais e Fiscais

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE

CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS

PROCESSO 25.0.000022339-8

Relatório resumido dos Valores Arrecadados pelo DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE, referente às Contribuições Previdenciárias, por fonte pagadora, conforme o artigo 2º, § 2º, Lei Complementar nº 505, de 28/05/2004, na competência de novembro/ 2025.

Porto Alegre, 12 de dezembro de 2025.

DANIELA SILVEIRA MACHADO, Diretora Administrativo-Financeira.
SÍLVIO LUIS DA SILVA ZAGO, Diretor-Presidente, em exercício.

Relatório resumido dos valores arrecadados pelo Departamento Municipal de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Porto Alegre

http://dopaonlineupload.procempa.com.br/dopaonlineupload/5894_ce_582012_1.pdf

EXPEDIENTE

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE

Diário Oficial Eletrônico de Porto Alegre

Órgão de Divulgação Oficial do Município

Instituído pela Lei nº 11.029 de 03/01/2011

http://www.portoalegre.rs.gov.br/dopa

PREFEITO MUNICIPAL: Sebastião de Araújo Melo

SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PATRIMÔNIO: Elvio Alberto dos Santos

EDIÇÃO: Jessica Mitt Costa, Kimberly do Canto Winter dos Santos, Tamires Cristiane Gomes, Angelica Bartz Welter, Raquel Carvalho Leão

ENDEREÇO: R. Siqueira Campos, 1300, 7º andar, Porto Alegre, RS

CONTATO: e-mail dopa@portoalegre.rs.gov.br